



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A IGREJA QUE CONQUISTOU UM IMPÉRIO: HISTÓRIA DA
ASCENSÃO DO CRISTIANISMO NO IMPÉRIO ROMANO**

Ticiano Saulo Scavazza Castoldi

Lajeado, junho de 2014

Ticiano Saulo Scavazza Castoldi

**A IGREJA QUE CONQUISTOU UM IMPÉRIO: HISTÓRIA DA
ASCENSÃO DO CRISTIANISMO NO IMPÉRIO ROMANO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão II, do Curso de História, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Ms. Silvana Rossetti Faleiro

Lajeado, junho de 2014

AGRADECIMENTOS

Não há poucos a agradecer após toda essa jornada numa licenciatura de história, e por não poucos motivos.

Por clichê que possa parecer, sim, agradeço antes a Deus, sem especificações, já que faz parte em todos os âmbitos e por todos os lados no que diz respeito à minha vida.

Agradeço à minha família pelo apoio e auxílio nesse período, bem como por toda a vida, não só acadêmica. No tocante à monografia, ressalto a meu pai, Armando Paulo Castoldi, e a meu irmão, Natanael Pedro Castoldi, pelo auxílio de ambos na busca por bibliografias, algumas das quais se fizeram fundamentais desenvolvimento da pesquisa.

Também à minha orientadora, Silvana Rossetti Faleiro, a quem com toda a sinceridade faria questão de expressar a gratidão mesmo que sua posição não acarretasse essa quase que “obrigação” moral. O faço por reconhecer a confiança, a dedicação, a preocupação e o apoio que ficaram evidentes durante todo o desenvolvimento da proposta. Aproveito o espaço e estendo a gratidão aos meus demais professores pelo valor de seu trabalho e seu papel fundamental na minha formação acadêmica.

Agradeço ao prof. Dr. Martin Norberto Dreher pela verdadeira atenção a mim dispensada no intuito de auxiliar na produção desta monografia, auxílio este que foi de grande valor. Entendo que só por suas publicações e pela importância que tiveram no trabalho, uma menção já se justificaria.

Estendo também esse espaço a Rodrigo Bibó de Aquino e Glória Hefzibá, pela disposição de auxílio quando o pedido lhes chegou às mãos, apesar de pouco me conhecerem.

A meus colegas também faço questão de evidenciar. Fico feliz de ver que não carrego entre eles inimizades, e que guardo boas recordações de muito que nesse grupo passei. Também por eles, sairei ciente de que essa aventura valeu a pena.

Por fim, aos demais amigos, que não são poucos. A estes, sem citar nomes, agradeço por serem fundamentais na vida como um todo, alguns inclusive na área acadêmica. Sei bem que essa vida seria um lixo sem eles, e os considero um verdadeiro presente dado por Deus pra fazer valer a pena essa curta vida.

RESUMO

Esta pesquisa trata da ascensão e legalização do cristianismo no Império Romano, seu contexto e seus desdobramentos, considerando aspectos referentes ao Império Romano, Igreja cristã primitiva, ascensão da Igreja em meio ao paganismo, perseguições religiosas e suas implicações, análise das motivações e do papel de Constantino e a institucionalização da Igreja e suas decorrências. A metodologia pela qual se optou é de Análise Bibliográfica tendo como acréscimo a Análise Textual discursiva, num aporte teórico irrestrito, mas sob a ótica dos Annales e da História Nova.

Palavras-Chave: Antiguidade. Império Romano. Religião. Cristianismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 CONTEXTO ROMANO.....	09
2.1 O Estado e o Imperador.....	09
2.2 O desenvolvimento da religiosidade romana.....	16
3 CRISTIANISMO PRIMITIVO.....	21
3.1 Influências de judaísmo e helenismo.....	24
3.2 Movimentos de rejeição.....	27
3.3 Saliência no Estado.....	28
4 PERSEGUIÇÕES.....	30
4.1 A queda de Jerusalém.....	32
4.2 Causas das perseguições.....	32
4.3 Fases das perseguições.....	37
4.4 Resistência diante do martírio.....	44
5 POR QUE O CRISTIANISMO.....	46
5.1 Plenitude dos tempos.....	47
5.2 Crise ideológica romana.....	48
5.3 Papel do Helenismo.....	48
5.4 Papel do judaísmo.....	50
5.5 Deficiências do paganismo.....	51
5.6 Vantagens e conveniências do cristianismo.....	52
5.6.1 Proximidade.....	53
5.6.2 A universalidade e a mensagem do amor ao próximo.....	54
5.6.3 Originalidade.....	54
5.6.4 Sofisticação.....	55
5.6.5 Proselitismo.....	57
5.6.6 Mensagem do amor divino.....	58
5.6.7 Continuidade.....	59
6 CONSTANTINO.....	60
6.1 Tetrarquia e supremacia.....	60
6.2 Religiosidade pré-conversão.....	64

6.2.1 Mithras.....	64
6.3 Aproximações com o cristianismo.....	66
6.4 Conversão.....	66
6.5 O Edito de Tolerância.....	69
6.6 O Imperador cristão.....	70
6.7 O caráter controverso de Constantino.....	72
6.8 A morte de Constantino.....	73
7 MOTIVAÇÕES.....	74
7.1 Política.....	74
7.2 Egoística.....	76
7.3 Espiritual.....	77
7.4 Conjunto de fatores.....	79
8 MUNDO PÓS CONSTANTINIANO.....	80
8.1 O Estado pós-constantiniano.....	80
8.1.1 Cristianismo: benefícios ao Estado.....	81
8.1.2 Cristianismo: malefícios ao Estado.....	81
8.1.3 A queda de Roma e sua relação com o cristianismo.....	82
8.2 Igreja pós-constantiniana.....	83
8.2.1 Virando o jogo.....	87
8.2.2 Bipolaridade e sincretismo.....	90
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia visa trabalhar a ascensão da Igreja cristã e sua legalização no Império Romano. Para tal se faz necessária uma análise do cristianismo primitivo e da Roma imperial, buscando as pontes que atrelaram a ambos e culminariam não só nessa legalização, mas também na adoção da fé cristã como oficial no Estado. Se buscará ainda apontamentos em relação às consequências que tal união trouxe consigo, possivelmente até os dias atuais.

Comumente é posta nos ombros de Constantino a responsabilidade pela cristianização de Roma, e não se pode negar a importância dessa personalidade no processo, mas há muito a se considerar além desse ponto no contexto em que o evento se insere. O cristianismo se levanta num meio permeado pelo paganismo e cresce debaixo da espada da perseguição. Em lugar de se extinguir, alcança boa parte da população até chegar ao imperador que dividiria as águas da história: Constantino. Essa Igreja não só aumentaria em tamanho e influência, como com o tempo se tornaria uma verdadeira força política e até militar, para bem ou para mal. Cabe a busca por desvendar as movimentações históricas dessa trajetória, seus “porquês” e seus “comos”, com o que a historiografia nos pode pôr às mãos.

A complexidade do tema é evidente, e isso se retrata nas obras dos historiadores que o abordam em geral. Outra dificuldade é relacionada às fontes em virtude de restrições, como as que se impõe neste caso, postas tanto a distância temporal que tem o pesquisador do período estudado quanto a distância física das regiões onde se fizeram ver os referidos eventos. Assim sendo, a metodologia da Análise Bibliográfica constitui os fundamentos da pesquisa, tendo por critério os pressupostos da Escola

dos Annales e da História Nova, sobre as quais põe suas bases a monografia. Elas serão o critério perante o qual alegações de adeptos de outras linhas serão analisados e, se o caso for, utilizados. Parte do enriquecimento do trabalho se apoia no argumento da diversidade teórica, já que não necessariamente a restrição a uma ou outra escola acarreta credibilidade, como sustentam também autores da Guinada Crítica.

A metodologia da Análise Textual Discursiva igualmente terá espaço como ferramenta de interpretação textual, de forma a potencializar a inserção e aprofundamento nas fontes e no comparativo entre as mesmas, visando emergir a novas compreensões através de um processo de unitarização e categorização das explanações dos teóricos selecionados.

No tocante à importância da pesquisa, veja-se que o evento da adoção do cristianismo pelo Império Romano talvez figure como um dos descasos mais gritantes na historiografia, dada sua relevância frente ao número modesto de publicações acerca do tema, sobretudo quando percebe-se no referente período histórico um inegável definidor dos parâmetros culturais atuais, sobretudo no Ocidente.

Há assim carência de novas obras, especialmente em língua portuguesa, o que faz desta uma investigação convidativa e de possível acréscimo à comunidade acadêmica, especialmente local. A população, tanto em contexto nacional quanto regional – referenciando-se aqui ao Vale do Taquari -, oficialmente permanece sendo de maioria cristã, fazendo desta uma pesquisa de potencial interesse não apenas à comunidade científica, mas à sociedade como um todo, na perspectiva de contribuir para o entendimento de informações das - ou de parte das - origens de diversas características culturais e sociais que constituem as bases da atual sociedade através da influência cristã.

2 CONTEXTO ROMANO

No intuito de desenvolver o tema, entender o contexto romano não se faz necessário só no tocante ao período que cerca a vida de Constantino, mas não há apesar disso necessidade de rever seus primórdios. O que se tem em pauta são duas temáticas chave, sendo estas Roma e o cristianismo, o que torna necessária ao menos uma retomada a partir do ponto de choque entre ambas, e menos que um “choque” não se dirá que foi.

2.1 O Estado e o Imperador

O período de Cristo não se faz importante apenas por remeter à figura messiânica que surgia, mas ainda por constituir um momento chave por si só na existência do Império, que Império não era até pouco antes disso. Roma ostentava aí sua expansão máxima, estendendo-se ao Norte e engolindo o Mediterrâneo. Nas palavras de Aquino, Franco e Lopes, “[...] o Mediterrâneo tornou-se um ‘lago romano’, o *Mare Nostrum*”¹.

Os autores trazem ainda a questão de que novas forças surgiriam com a ascensão romana, onde o regime republicano se mostrara inadequado no fim de atender às novas necessidades do vasto território, e com o Império surgiriam novas forças sociais, tendo inicialmente crescimento e expressão restringidos pelos elementos senatoriais, que seriam por isso duramente atacados². Dreher acrescenta

¹ AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. 18.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 358.

² AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 358.

que o Estado se centrava na figura do Imperador, era dividido em províncias, mostrava-se multicultural e receptivo a religiões alheias (sendo a religião, porém, um dever de todo o cidadão) e demonstrava grande influência do helenismo, além de saliente desenvolvimento de uma cultura urbanizada e burguesa³.

Rostovtzeff, explanando a questão militar, deixará posto que o exército ganharia influência com o aumento do Império e seria a ele essencial. Os soldados nesse ambiente trabalhavam apenas mediante promessas de compensações e doações de terras em caso de vitórias⁴. A Aristocracia ainda viria a possuir terrenos em larga escala, mais que em períodos anteriores, manejados por trabalhadores em regime de servidão. Roma se constituiria assim um poderoso centro comercial a todo o território conhecido, salientando-se aí a importação de cereais para Roma e a exportação italiana de azeite e vinho⁵. Acerca da expansão nos séculos I e II a.C.², acrescenta ainda Rostovtzeff:

O fluxo de capitais para Itália também a expansão da indústria nos séculos II e I a.C. Certos tipos de manufatura haviam florescido desde as épocas iniciais [...]. As províncias, porém, gozavam de uma situação econômica muito menos florescente [...]. Mesmo assim, a influência da Itália tão próxima e próspera se fez sentir nelas⁶.

A prosperidade, todavia, não seria eterna, e a economia romana apresentaria suas fraquezas sem tardar, como diz Perry:

Um Estado mundial saudável exigia um comércio de âmbito imperial que servisse de base econômica à unidade política, expandindo a produção agrícola para alimentar as cidades e ampliando os mercados internos para estimular a produção industrial. No entanto, a economia do Império durante a *pax romana* apresentava sérias deficiências. Meios de comunicação e transportes lentos prejudicavam o comércio de longo curso. Muitos nobres, considerando indigno de um cavalheiro a prática do comércio, esbanjavam suas riquezas em vez de aplica-las em empreendimentos comerciais ou industriais. Sem o estímulo de um investimento de capital, a economia estava condenada à estagnação⁷.

Na sequência o autor explana que, em âmbito social, a crise agrária do século II recairia mais que a todos sobre os pequenos proprietários, contribuindo para o aumento da população ociosa nas cidades. Rebeliões surgiriam a partir disso potencializadas pelas péssimas condições de vida dos escravos. A questão é que a

³ DREHER, Martin N. **A Igreja no Império Romano**. Coleção História da Igreja, volume 1. 5.ed. São Leopoldo: SINODAL, 2004, p. 10.

⁴ ROSTOVITZEFF, Mikhail. **História de Roma**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961, p. 151.

⁵ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 153.

⁶ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 156-157.

⁷ PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. 2.ed. Tradução de Waltensir Dutra e Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.114-115.

crise se agravaria, mesmo após várias tentativas de reforma, e afetaria a todas as estirpes sociais e inclusive as bases do Império. O período seguinte e o debate sobre até que ponto o cristianismo contribuiu para a implosão do sistema imperial serão trabalhados adiante. Ainda assim vale perceber que nesse cenário de apogeu e crise se ergueu a religião cristã.

Se há figura histórica à qual calhe atrelar à ascensão do Império em Roma, é Augusto, ainda que não se tenha intitulado de forma direta Imperador. Seu governo é importante não só por questões políticas e por ser o estopim do surgimento do Império, mas pela religiosidade que incutiu e carregou em si. A situação na qual o Imperador põe os territórios sobre os quais se debruçam seus “tentáculos” dirá muito sobre o que o cristianismo viria a ser. “A autoridade de Augusto se baseava em parte em sua posição militar e no contrôle das rendas do Estado e em parte na popularidade que a nova Constituição tinha entre as massas”⁸.

Originalmente, e sendo assim por mais de setecentos anos, todo o cidadão era um militar, realidade que só mudaria a partir de 111 a.C., com a profissionalização das milícias⁹. O que se inova com Augusto é que agora ele mesmo controlava os assuntos militares, e isso seria marca saliente sua, tendo retirado a incumbência do Senado e da assembleia popular, ainda assim sem exercer monopólio, como cita Rostovtzeff:

Mas a principal inovação em relação ao sistema republicano consistia na retirada dos assuntos militares da competência do Senado e da assembleia popular. Nem eram esses assuntos atribuídos aos magistrados anuais, cônsules e pretores: ficavam reservados exclusivamente ao imperador. Augusto não monopolizava o poder militar (*imperium*): teoricamente êle estava nas mãos de todos os cônsules em Roma e todos os procônsules e protetores nas províncias. Mas, como os exércitos estavam aquartelados, quase sem exceção, nas províncias governadas por Augusto e como a guarda pretoriana defendia sua pessoa, tinha êle na prática o controle completo das forças militares¹⁰.

Mas seu foco não foi restrito a assuntos políticos e militares, surgindo aí o que mais convém ser abordado na presente pesquisa, que é o religioso. Grant e Pottinger argumentam que “Augusto utilizava a religião romana tradicional para garantir a aceitação de seu regime”. Segundo os autores, essa ferramenta lhe conferiria a simpatia em essência das classes média e alta (entre as quais a antiga religião era “moda”), e os incultos, por sua vez, encontrariam conforto nas superstições. As

⁸ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 154.

⁹ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Roma**: Vida pública e vida privada. 10.ed. São Paulo: Saraiva S.A., 1994, p. 55.

¹⁰ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 170.

guerras civis, todavia, trariam sensação de desconforto e insegurança na relação com os deuses (que da situação se poderiam estar desagradando), tensão que teoricamente seria acalmada mediante restabelecimento de antigas cerimônias e restauração de templos arruinados, como ocorreu, bem como a construção de novos, entre os quais o santuário de Palatino, dedicado a Apolo¹¹ e o templo de Júpiter¹².

Parece nítido que o objetivo de exercer tal nível de dominância não seria possível sem a religião, havendo nela vantagens que se estendiam à política. Se pode discutir a sinceridade da devoção de Augusto diante das intencionalidades políticas da mesma maneira que o se faz com Constantino, mas parece haver aí uma união do útil ao agradável. Sendo entretanto sincera ou não a religiosidade, ele a usará em enaltecimento próprio e benefício de si e de seu governo. Indo às vias práticas, o que Augusto essencialmente buscou foi o restabelecimento do prestígio da religião tradicional frente às novas vertentes, mas num esforço de resultados limitados, uma vez que a maior parte da população já se envolvia com crenças e práticas orientais¹³.

Quando Augusto renovou os cultos estatais, sua intenção era política, como já vimos. Honrando os deuses oficiais, o cidadão prestava um testemunho de sua fidelidade ao Estado. Mas Augusto também queria evitar que todos os tipos de religiões asiáticas penetrassem no Ocidente. Por lei, a adoração de todos os deuses estranhos era proibida, mas o Estado era tolerante. Todo o mundo podia 'crer' no que quisesse, desde que prestasse culto aos deuses oficiais. Somente funcionários públicos, oficiais e soldados eram obrigados a realizar sacrifícios nos templos¹⁴.

Ele perceberia as vantagens da sua posição e, agindo em conformidade com essa percepção, já seria após a guerra civil o homem mais rico do Estado, “por isso, o Senado absteve-se também de interferir nas finanças das províncias imperiais”¹⁵. E tal foi sua atenção à religião que se autoproclamou “Pontífice Máximo”¹⁶ (o título “*Augustus*” remeterá à autoridade religiosa).

Augusto nutria de si antes de tudo um sentimento messiânico. Se ele realmente acreditava ser a encarnação da divindade com a proteção de Apolo não é certo¹⁷, mas segundo Rostovtzeff, algo de que ele claramente tinha noção era da

¹¹ GRANT, Michael; POTTINGER, Don. **Os romanos** Tradução de Marília Costa. Lisboa: Livraria Moraes, 1965, p. 44.

¹² AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 358.

¹³ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 358.

¹⁴ DREHER, 2004, p. 51.

¹⁵ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 172-173.

¹⁶ GRANT; POTTINGER, 1965, p. 44.

¹⁷ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 186.

existência desses mecanismo sociais dos quais na época se utilizou, e talvez por esse reconhecimento cercou a si próprio de símbolos religiosos:

Mas é certo que tinha ciência dessa corrente de opinião tão evidente na sociedade de sua época e a canalizou. O templo de Apolo, no Palatino, ao lado de sua própria residência; o templo de Venus Genetrix no fórum de César, lembrando a origem divina da Casa Juliana; o templo de Marte, o Vingador, no fórum de Augusto, e cuja história se ligava à história da origem de Roma¹⁸.

Em todos os lugares passou-se a ver a figura de Augusto atrelada a divindades ou dignificada, e assim na sua pessoa não só o Estado mas também a religião estavam centralizados e combinados. Uma curiosidade desses entremeios, é que neles se ergueriam divindades de forma bastante saliente, como sugere Rostovtzeff:

Os cidadãos de Roma e das províncias há muito se haviam habituado a cultuar o poder divino do Estado sob a forma da grande deusa Roma, representada na arte com a semelhança de Atená, a grande deusa da civilização grega e da sociedade organizada. Ao lado de Roma vinha a misteriosa e vaga forma de Vesta, simbolizando a lareira da grande 'casa romana' e o fogo imortal dessa lareira. A essas representações divinas acrescentou-se mais um símbolo e fonte da grandeza de Roma, o *genius*, o Poder criador divino (*numen*) pertencente a Augusto, o chefe da grande família romana. Essa combinação estava perfeitamente em harmonia com as concepções religiosas do cidadão romano, fiel ao credo primitivo de sua raça, às crenças nos deuses do lar doméstico, no *genius* da casa, nos *genii* dos homens reunidos em sociedades religiosas e no *genius* da grande família vitoriosa do Estado romano¹⁹.

Um dos aspectos mais interessantes a se perceber é que no âmbito do culto a Augusto ascende a ideia de um Messias e a crença num *genius* divino (um espírito guardião ou tutelar) no homem²⁰, o que põe bases bastante familiares ao que se verá no cristianismo, que de certa forma beberá também dessa fonte. É importante frisar que a religião da qual se fala não é a dos primórdios de Roma, mas um culto nacional constituído nas novas extensões, com crenças primitivas misturadas a novos elementos majoritariamente helênicos, onde o panteão oficial era o greco-romano.

Apesar da dedicação pela restauração imperial, o sentimento geral era de pessimismo, sobretudo entre as classes governantes. O que se via no período era o vislumbre de uma Idade de Ouro focado no passado, e não no presente ou no futuro²¹. De toda a forma, a partir daí e das reformas de Augusto muitas coisas mudariam, se estruturando por exemplo a chamada *Pax Romana*, onde os exércitos atuariam mais como força de paz que de invasão. As fronteiras se fixariam e gerariam maior enfoque

¹⁸ ROSTOVITZEFF, 1961, p.186.

¹⁹ ROSTOVITZEFF, 1961, P.186-187.

²⁰ ROSTOVITZEFF, 1961, P.187.

²¹ ROSTOVITZEFF, 1961, P.187.

na organização burocrática e na administração e controle da população fronteiriça²². Rostovtzeff complementa:

Augusto e seus sucessores realizaram aquilo que parecera ao mundo antigo, antes de sua época, um objetivo inatingível: a paz permanente, sem choques constantes de guerra externa ou revolução interna, e uma vida regulada pelas condições ordenadas de um Estado civilizado. Essa paz e ordem foram criadas pelo Império Romano não para um aglomerado informe de homens, mas para todos os que estavam mais ou menos influenciados pela civilização. Outro benefício trouxe o Império Romano à humanidade, ao realizar consciente e coerentemente a missão que lhe fora legada pela Idade Helênica – a missão de receber o maior número possível de povos na civilização plantada pelo oriente, regida pelos gregos e aceita e desenvolvida pelos italianos. Dois séculos de paz sob o governo de imperadores romanos possibilitaram levar essa civilização às nações do Oeste e, em proporções menores, do leste, que não haviam sido atingidas por ela em fases anteriores de seu desenvolvimento²³.

Augusto morre no ano 14 d.C. após ultrapassar os quarenta anos de governo, crendo no principado como uma solução não temporária, mas perpétua sobre Roma²⁴. Pensando nisso é que ao longo da vida prezou por manter sempre um herdeiro por perto, como comenta Rostovtzeff:

O primeiro fora Marcelo, casado com a filha do imperador – Júlia, mas morreu em 23 a.C.; o segundo foi Agripa, que se casou com Júlia depois disso, este cedeu lugar a Caio e Lúcio, seus filhos com Júlia, que também morreram jovens. No fim Augusto se viu obrigado a adotar o único membro das famílias que suportaria o peso do governo, que era Tibério Cláudio Nero – filho de Lúvia com o primeiro marido [...]. O exército reconheceu-o como imperador, jurando-lhe fidelidade imediatamente após a morte de Augusto. Mais tarde, o Senado lhe conferiu todos os poderes especiais que haviam feito de Augusto o senhor do Estado. A partir de então, até o suicídio de Nero, o trono foi ocupado por membros da casa Cláudia, dos quais os dois primeiros foram adotados pela família do Júlio²⁵.

Mas o mundo nunca fora um mar de rosas, e nem o divino Augusto seria capaz de a tal patamar elevá-lo (se é que pretendia isso em lugar de meros benefícios próprios). Perry explica que os frutos dessa Paz Romana, apesar de existirem, só puderam ser colhidos pelas classes média e alta das cidades, ou seja, proprietários de terras, mercadores e administradores. Na sequência, arremata:

Essas classes privilegiadas adoçavam a boca dos pobres com pão e circo, mas às vezes as massas expressavam violentamente seu descontentamento. Fora das cidades, os camponeses, que ainda compunham a maior parte da população, eram explorados para que se pudesse proporcionar comida barata aos habitantes das cidades. Entre a cidade e o campo havia um enorme abismo cultural. Na verdade, as cidades eram pequenas ilhas de refinamento cultural, cercadas por um mar de barbárie camponesa²⁶.

²² FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Roma**: Vida pública e vida privada. 10.ed. São Paulo: Saraiva S.A., 1994, p. 55.

²³ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 194.

²⁴ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 192.

²⁵ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 193.

²⁶ PERRY, 1999, p. 115.

Com essa “paz” imperial, quase que ironicamente também se difundiria um dos entretenimentos mais violentos que noticia a história: o combate de gladiadores. Este que, entretanto, não surgira aí. Tinha bases em costumes religiosos etruscos, onde prisioneiros de guerra eram obrigados a lutar entre si até a morte nos funerais dos soldados locais como um sacrifício direcionado aos deuses, mas em honra a esses soldados etruscos, vencedores que haviam perecido. Posteriormente a morte dos gladiadores também passaria a representar a supremacia dos vivos, que mesmo pobres poderiam deleitar-se com o sangue e a morte, o que ajuda a explicar o porquê de os gladiadores quando derrotados serem retirados geralmente por um homem vestido como o deus etrusco Carum, que era uma espécie de “deus dos infernos”²⁷. As arenas onde se davam esses espetáculos futuramente seriam palco de extermínio dos cristãos, tanto em combates contra gladiadores como com feras. Arruda no tocante ao tema elucida:

Finalmente, os cristãos eram motivo de divertimento. Tornou-se comum martirizar cristãos nos circos, diante da plebe romana, que tinha aprendido a gostar de violência nos espetáculos de feras e gladiadores. Isto ficou evidente quando Nero culpou os cristãos pelo incêndio de Roma. Provavelmente o incêndio não foi provocado. Já haviam ocorrido incêndios em outras oportunidades, mas a massa revoltada exigia punição dos culpados²⁸.

Proporcionar conforto e luxo à vida da capital seria um dever cumprido com afincos em relação a outros que se poderiam considerar moralmente prioritários aos imperadores. A cidade de Roma se fazia assim, nas palavras de Rostovtzeff, uma “filha mimada”²⁹. A manutenção do Império e a proteção dos súditos se consolidaria como incumbência do governo central, enquanto a responsabilidade do imperador se limitaria à defesa das fronteiras e policiamento dos mares, num sistema onde a ordem interna era regida por organizações municipais através da polícia local. Nesse ponto há traços de usurpação por parte dos imperadores, que usavam-se de destacamentos para controlar questões internas e especialmente investigar atividades suspeitas, função que não se poderia confiar às cidades. Esse tipo de intervenção desembocará posteriormente numa espécie de policiamento religioso, que formará uma das bases da perseguição dos cristãos³⁰.

²⁷ FUNARI, 1994, p. 40.

²⁸ ARRUDA, 1991, p. 272.

²⁹ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 229.

³⁰ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 230-231.

Dessa forma o Império seguiu, com suas alternâncias e num novo sistema, e com ele a descendência de Augusto se prolongaria até Nero, o último imperador a ela ligado, encerrando seu reinado e assim o da estirpe augustiniana no ano de 68 d.C.³¹.

2.2 O desenvolvimento da religiosidade romana

Já na época de Cristo veríamos com ênfase a propagação do culto ao Imperador. O desenvolvimento dessa prática religiosa, segundo Rostovtzeff, tomaria duas vias: o culto ao imperador reinante e o culto ao imperador morto. Ambas as vias teriam origem no Oriente, como se vê, por exemplo, nos casos de Babilônia, Egito e Pérsia antigos. O livro bíblico de Daniel já apresentava o protesto do povo hebreu contra essa classe de culto (não sendo assim a negação uma característica uma necessária inovação cristã). Oficialmente existia apenas no Império Romano o culto ao imperador morto, mas haveria ainda assim os imperadores que reivindicavam a atribuição divina, como se verá frisadamente nos casos de Calígula e Domiciano³².

Adoração ao imperador era considerada prova de lealdade. Nos lugares mais visíveis de cada cidade, havia uma estátua do imperador reinante. A essa imagem, era oferecido incenso, como se oferecia aos deuses. Parece que numa das primeiras epístolas de Paulo há uma referência cautelosa contra essa forma de idolatria. Os cristãos recusavam-se a prestar tal adoração, mesmo um simples oferecimento de incenso sobre o altar. Pelo fato de cantarem hinos e louvores e adorarem a 'outro Rei, um tal Jesus', eram considerados, pelo povo, desleais e conspiradores de uma revolução³³.

Apesar das crenças tradicionais, salvo a obrigatoriedade desse culto ao Imperador, era nítida a política de tolerância em relação às crenças não-oficiais.

Na época de Augusto, Roma tornara-se um vasto panteão em que todas as divindades encontravam, pelo menos, uma tolerante hospitalidade [...]. Essa tolerância encontrava sua justificativa no fato de que Roma não pretende, jamais, em suas conquistas, impor aos povos dominados as velhas crenças romanas. Os dirigentes da política externa contentavam-se com a submissão político-financeira dos vencidos³⁴.

É importante salientar que a religiosidade romana não haveria de permanecer estática sequer em seus alvos de culto, e também não se pode fazer parecer que fosse homogênea nos períodos de Augusto e de Cristo, uma vez que já lá havia diversidade digna de um império com as extensões romanas. No entanto, oficialmente nos dois primeiros séculos prevalece com firmeza a tradição romana. Nesse contexto e período retornará uma prática cultural que a partir de então não se apagaria, que é

³¹ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 194.

³² DREHER, 2004, p. 13.

³³ HURLBUT, Jesse Lyman. **História da Igreja cristã** Tradução de João Batista. 2.ed. São Paulo: Vida, 2007, p. 61.

³⁴ GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma: antiguidade clássica II**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 333.

o culto doméstico dos *genius*, dos Lares e Penares, simbolizando a prosperidade da família, do lar e a vida, e havia também outros cultos provenientes da velha religião greco-romana, onde deuses e deusas cumprem papel semelhante. As reuniões cristãs inicialmente também tomarão essa forma “caseira”, sem necessariamente se restringir ao círculo familiar.

Apesar do título de sumo pontífice (*pontifex maximus*), que fazia do imperador a maior autoridade religiosa e assim alvo de veneração, a vida religiosa do povo não tinha de se submeter a grandes interferências do Estado, sendo o culto ao Imperador organizado por cidades de seu governo e sociedades voluntárias, intituladas *Augustales*³⁵. Mas se fazia necessária uma consciência religiosa mais profunda que o culto do imperadores, e as classes mais educadas nesse caso nutriam afinidade com linhas como a do estoicismo (um panteísmo de elevados conceitos morais), que ainda assim se fazia cada vez menos suficiente. “[...] era demasiado frio, demasiado razoável e lógico, demasiado da terra. No domínio da superstição, a astrologia, que usava o cálculo matemático e astronômico para revelar o futuro, era insatisfatória pelas mesmas razões”³⁶.

Esse estoicismo constituiu a principal representação filosófica da religião durante os primeiros séculos do Império. Nesse tempo, entre seus principais representantes figuraram Epiteco (um escravo), Sêneca (senador) e Marco Aurélio (o imperador). Saindo já do estoicismo, o século III contaria com figuras como Plotino e seus discípulos, numa doutrina mais complexa que pregava que os poderes espirituais poderiam ser postos a serviço do homem, os quais fariam frente de forma direta ao cristianismo³⁷.

O exército acabou tomando proporções dignas de nota na religiosidade imperial, e seu peso na vida cotidiana fez com que soasse quase óbvia essa afirmativa, tanto para o já citado culto ao Imperador, quanto ao culto a Marte e à trindade romana do Capitólio. Ao lado desses, crescia entre os soldados uma variedade de outros cultos às divindades locais pertencentes aos países onde estavam os campos fortificados ou simplesmente àqueles referentes aos locais de

³⁵ ROSTOVTZEFF, 1961, p. 229.

³⁶ ROSTOVTZEFF, 1961, p. 272.

³⁷ ROSTOVTZEFF, 1961, p. 272.

onde provinham esses soldados³⁸. Esse trânsito de milícias representava grande potencial de disseminação de cultos na extensão do Império. No fim das contas o maior sucesso no objetivo de conquistar os imperadores foi do deus Sol (o mesmo culto relacionado a Mithra), que atraía muito às milícias, sobre os ombros das quais estava posta a unidade do Império³⁹.

Mesmo que o tema fosse restrito somente ao que já foi abordado, ficaria clara a evidência de uma gama bem maior de crenças ascendendo no território além dos cultos oficiais. Segundo Dreher, enquanto se inseriam essas culturas no seio imperial, um espaço era aberto para que nele se disseminassem as novas crenças, sendo a capital, Roma, o centro ao qual quase todas tendiam a apontar, já que conjugava elementos para um cenário bastante tolerante com culturas subjugadas e o que fosse com elas trazido. Por vezes o Império se posicionava de forma a fomentá-las, ultrapassando o limite da tolerância⁴⁰. Rostovtzeff acrescenta que, favorecendo-se da existência dessa espécie de Estado mundial, credos se espalhavam das mais diversas formas, acompanhando algumas vezes comerciantes e artesãos orientais que acabavam estendendo além dos negócios sua fé particular a quase todos os centros comerciais, formando sociedades religiosas sobretudo em cidades marítimas (umas das dádivas do Mediterrâneo). Esse fluxo de cultos parecia pouco importar aos primeiros imperadores, desde que não se opusesse à sua supremacia⁴¹.

Na verdade, o despotismo esclarecido, baseado em princípios estoicos, mostrava-se disposto mesmo a favorecer a difusão do misticismo oriental, desde que não contrariasse as leis e abstivesse inteiramente da política. Assim os cultos locais e orientais existiam lado a lado em todas as partes do império e mais tarde tiveram apoio principalmente nas cidades. Em consequência dessa coexistência, encontramos a tentativa de reconciliar crenças diversas e de fundi-las numa única, pelo processo que chamamos hoje de sincretismo, no espírito de seus adeptos. Essa tendência era bem recebida pelas classes dominantes da sociedade e adequada ao seu monoteísmo panteísta⁴².

Parece certo que as proibições religiosas existiam, mas na realidade eram poucas e geralmente se impunham apenas a cultos que exigissem e/ou permitissem orgias e sacrifícios humanos⁴³, o que soa irônico quando se lembra das orgias a Baco/Dionísio, que não foram pouco disseminadas.

³⁸ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 275.

³⁹ DREHER, 2004, p. 55.

⁴⁰ DREHER, 2004, p. 12.

⁴¹ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 275.

⁴² ROSTOVITZEFF, 1961, p. 275.

⁴³ DREHER, 2004, p. 12.

Para Dreher o movimento helenista com seu sincretismo tomou grande proporção entre a classe culta, entre a qual a filosofia vinha a ocupar o espaço da religião, gerando uma espécie de ateísmo. Mas dificilmente se falava abertamente da incredulidade, na intenção de não romper vínculos com a crença de seu povo de origem e com os respectivos deuses. A religião, acima de tudo e não importando tanto qual fosse, era considerada um dever de todo o cidadão⁴⁴.

No meio da bagunça uma seita judaica chamada “cristã” se destacava e crescia rapidamente entre as demais. Começara bastante humilde em proporções, mas ganharia terreno numa velocidade surpreendente. Logo as comunidades cristãs se chocariam com o poder civil e a perseguição aos adeptos se tornaria política corriqueira entre imperadores, com uma variedade razoável de justificativas e amparos legais.

Aquino, Franco e Lopes argumentam que, além da expansão cristã, algumas outras ocorreram e inclusive a influenciaram de forma profunda. Os cultos místicos orientais trouxeram consigo ao âmbito imperial a crença na morte e na ressurreição da divindade (Isis e Osíris no Egito, Dionísio na Grécia, Actis e Cibele na Ásia Menos e na Síria, etc.), além da ideia messiânica de um deus salvador encontrada no culto a Mitra e no judaísmo⁴⁵. Apesar de o sincretismo ser normalmente tido como negativo na perspectiva cristã (bem como em especulações filosóficas não-cristãs da época), acabou preparando caminho para a expansão da crença monoteísta e do próprio cristianismo.

Nesse contexto o helenismo também teve presença marcante. Não podemos esquecer a grande importância, assumida na época de Augusto, de algumas correntes filosóficas e religiosas gregas, que, de certa maneira prepararam o caminho para o Cristianismo: o Estoicismo, que estabelecia um ideal de equilíbrio para a alma, e com a ideia de subordinação do comportamento humano às leis da Natureza, acabou por construir uma Faísca panteísta, isto é, afirmou-se a iminência de Deus em relação ao Universo. Foram também importantes o Neopitagorismo, os Mistérios de Elêusis e o Orfismo com a crença na vida futura⁴⁶.

O já citado culto a Mitra, de origem indo-europeia, merece atenção especial. É interessante ver que foi levado ao Ocidente aparentemente sem sofrer alterações além das influências que já anteriormente recebera da astrologia babilônica. Com dada facilidade se consolidou no Império e alcançou os grupos imperiais mais nobres.

⁴⁴ DREHER, 2004, p. 13.

⁴⁵ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 358.

⁴⁶ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 358.

Pregava a luta, a disciplina e o esforço, e assim ganhou sua influência no meio militar⁴⁷. Através dessa fama entre militares se tornou atrativo aos imperadores, incluindo o próprio Constantino.

Não seria exagero (talvez fosse um subestimo) dizer que havia religiões na antiga Roma como existem times de futebol no Brasil atual. Mas essa chuva de novos cultos tomando proporções notáveis serve para mostrar também a fraqueza ideológica e religiosa em que o Império se encontrava, e se faz um dos motivos que permitiram ao cristianismo tomar as proporções alcançadas posteriormente.

⁴⁷ GIORDANI, 2002, p. 305.

3 CRISTIANISMO PRIMITIVO

O cristianismo é uma religião de historiadores. Outros sistemas religiosos puderam fundar suas crenças e seus ritos em mitologia mais ou menos exterior ao tempo humano. Por livros sagrados, têm os cristãos livros de História, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os fatos da Igreja e dos santos. O cristianismo é, além disso, histórico em outro sentido, quicá mais profundo: situado entre a Queda e o Juízo Final, o destino da Humanidade representa, a seus olhos, uma larga aventura, da qual cada destino, cada <<peregrinação>> individual, oferece, por sua vez, o reflexo; na duração, e, portanto, na história, *eixo* central de toda a meditação cristã, se desenrola o grande drama do Pecado e da Redenção⁴⁸.

O trecho acima facilita o entendimento dos porquês de existir tão farta documentação, o que se torna relevante já que, como argumenta Giordani, o estudo das origens cristãs tem um interesse que chega a suplantiar os estudos de antiguidade em geral, por ser a fonte mor de traços doutrinários que influenciaram a história da humanidade, além de constituir até hoje a fé de milhões⁴⁹.

Na sequência o autor acrescenta que, no tocante ao aprofundamento teórico na mentalidade religiosa da Palestina contemporânea a Cristo, as fontes primeiras são os manuscritos, merecendo ênfase os famosos *Manuscritos do Mar Morto*, descobertos em 1947. Os referentes ao Novo Testamento são prioritários no que se refere à história da Igreja, sobretudo os evangelhos e o livro de Atos dos Apóstolos (segundo a tradição escrito por Lucas, autor do evangelho atribuído ao seu nome), além das cartas às igrejas e aos discípulos escritas especialmente por Paulo, Pedro e João, mas não só por estes. Outras importantes fontes são os manuscritos de Plínio, o Jovem, Tácito, Suetônio e do judeu Flávio José⁵⁰ (ou Josefo). Seguindo, o autor complementa:

O historiador não pode, portanto, nutrir idéia preconcebida contra qualquer espécie de fonte, antes que a mesma passe pelo crivo da mais rigorosa crítica científica. Com relação aos livros do Novo Testamento e, muito particularmente, aos quatro

⁴⁸ BLOCH apud GIORDANI, 2002, p. 308.

⁴⁹ GIORDANI, 2002, p. 307.

⁵⁰ GIORDANI, 2002, p. 308.

Evangelhos, devemos observar que jamais documento algum sofreu tão cerrado exame da crítica histórica. Não há uma palavra dos Evangelhos que não tenha sido objeto de cuidadosa consideração. A autenticidade, a veracidade e a integridade substancial desses escritos têm sido sobejamente provadas⁵¹.

A Igreja, em qualquer época, será considerada o corpo formado por todos os que creem em Jesus, o Cristo, Filho de Deus. Nesse ato de crer fica implícita a aceitação de Cristo como salvador e senhor⁵².

Historicamente o cristianismo surge na Palestina, região conquistada pelos romanos em 64 a.C. e anexada à Judéia em 40 a.C., governada então por Herodes, o Grande, que após morrer divide o território entre os filhos, fazendo recair o governo da região sobre Herodes Antipas, que fica com a Galileia. Segundo a tradição, aí nasce o Cristo que funda a fé que conquistaria o Império⁵³. No relato bíblico é expressada a crença na profecia de um novo rei que viria, causa provavelmente relacionada ao infanticídio promovido por Herodes ao tempo do nascimento de Jesus, cujos pais se deslocariam a Belém para o censo proposto pelo Império. Cristo, segundo Arruda, provavelmente teria nascido nos entornos do ano 4 a.C. durante o reinado de Augusto, fundador do Império, e seria crucificado no governo de Tibério⁵⁴.

Um momento chave quando pensamos no movimento cristão enquanto Igreja é o do dia de Pentecostes, que teria se dado no fim da Primavera (como convém a uma festividade relacionada às colheitas) do ano 30, em torno de 50 dias após a ressurreição de Cristo e dez dias após sua ascensão ao céu. Enquanto exercera seu ministério revelou-se como o Messias aguardado pelo povo de Israel, e apesar de aceitar ser recebido pelo título messiânico pelos discípulos mais íntimos, os havia proibido inicialmente de disseminarem essa informação aos demais. No final dos quarenta dias após a ressurreição é que teria lhes conferido a incumbência de levarem ao mundo as Boas Novas (o *euangelion*, ou “Evangelho”)⁵⁵.

Segundo Dowley, o alcance da Igreja cristã se estenderia a todo o Império antes mesmo de se tornar a religião oficial, e no final do século I já estaria disseminada ao redor de todo o Mediterrâneo e na Ásia Menor, sendo encontrado em todas as

⁵¹ GIORDANI, 2002, p. 308.

⁵² HURLBUT, 2007, p. 20-21.

⁵³ ARRUDA, José Jobson de A. **História antiga e medieval**. 15.ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 269.

⁵⁴ ARRUDA, 1991, p. 272.

⁵⁵ HURLBUT, 2007, p. 20-21.

províncias romanas⁵⁶. Quanto à conduta, há várias instruções não apenas nas palavras de Cristo, mas também nos escritos apostólicos, como se vê nesse trecho da primeira epístola de Pedro, que remete diretamente ao comportamento esperado diante da sociedade pagã:

Vivam entre os pagãos de maneira exemplar para que, naquilo em que eles os acusam de praticarem o mal, observem as boas obras que vocês praticam e glorifiquem a Deus no dia da sua intervenção. Por causa do Senhor, sujeitem-se a toda autoridade constituída entre os homens; seja ao rei, como autoridade suprema, seja aos governantes, como por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem. Pois é da vontade de Deus que, praticando o bem, vocês silenciem a ignorância dos insensatos. Vivam como pessoas livres, mas não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal; vivam como servos de Deus⁵⁷.

Apesar disso, até pela heterogeneidade cultural na qual a Igreja se alavanca, fica evidente a diversidade em conduta, métodos, dogmas e inclusive caráter. Os problemas já são vistos desde os primórdios da Igreja primitiva inclusive nas Cartas às Sete Igrejas, escritas por João⁵⁸, quebrando o mito da “igreja primitiva perfeita” que incrivelmente ainda é recorrente entre a cristandade. A imperfeição é óbvia e inevitável, como bem se pode esperar de qualquer instituição humana.

Cita Hurlbut que o discurso de paz não seria suficiente, e à medida em que o Evangelho espalhava-se diante das outras crenças, aumentava o ódio, especialmente por parte dos adeptos do judaísmo. Em quase todos os lugares onde suscitava espontaneamente perseguição religiosa aos cristãos, esta era instigada pelos judeus⁵⁹. Muito disso pode se atrelar ao fato de que o cristianismo se ergue como uma seita judaica e por esse atributo fora conhecido no Império, e porque era quase sempre nas sinagogas judaicas que punha em prática seu proselitismo ao redor do Mediterrâneo.

Expõe Arruda que Paulo seria inicialmente o grande missionário da religião cristã, indo para além das fronteiras da Judéia, mas Pedro não foi menos importante. O pescador que se tornou um “pescador de homens” foi aquele sobre o qual Jesus disse que seria erguida sua Igreja. Pedro levou o cristianismo à cidade de Roma, tendo lá por foco os humildes, pobres e escravos, até sua prisão e posterior crucificação⁶⁰,

⁵⁶ DOWLEY, Tim. **Os cristãos: Uma história Ilustrada**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 14.

⁵⁷ **BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA**. Edição Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006, 1Pe 2:12-16.

⁵⁸ BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, Ap. 2-3.

⁵⁹ HURLBUT, 2007, p. 40.

⁶⁰ ARRUDA, 1991, p. 272.

que segundo a tradição ocorreu de cabeça para baixo, já que alegara ser indigno de morrer como seu mestre.

Duffy complementa trazendo que o papado seria atribuído também a Pedro numa tradição encontrada em escritos bastante remotos da história cristã, quase desde seu princípio. O conceito estaria formado, até onde se sabe, pelo menos no ano de 180 d.C., quando Irineu de Lião invocou essa autoridade em defesa da ortodoxia⁶¹.

3.1 Influências de judaísmo e helenismo

As influências do mundo judaico e do mundo helenístico no cristianismo e em sua expansão existem cada qual com seus atributos, mas acima de tudo de forma simultânea, se fazendo inclusive difícil por vezes distinguir as influências de uma e de outra corrente, a iniciar com o fato de que a primeira onda de propagação cristã se deu através da dispersão judaica no mundo heleno. Diferentemente das populações de judeus que permaneceram na Palestina, as dispersas pelo Mediterrâneo raramente agiam de forma violenta e foram aos poucos integrando-se à nova civilização, ainda que sem perder o vínculo com a região de origem⁶². Os judeus dispersos adotariam a língua comum (o grego comum, chamado *coiné*) e praticamente deixariam morrer o aramaico. Apesar de tamanho poder de influência, a assimilação da cultura helena não apagaria a milenar herança monoteísta, como endossa Giordani:

[...] incomparavelmente superior às aberrações politeístas, detentores de uma doutrina elevada que sobrepujava, por seu conteúdo ético, a todos os preceitos religiosos e filosóficos da Antiguidade, os judeus da diáspora tinham presentes as palavras do Velho Tobias: <<Se Deus vos dispersou entre as nações que O ignoram, é a fim de que vós lhes canteis sua glória, que vós lhes façais reconhecer que só Ele é o Deus Todo-poderoso>>⁶³.

Dessa forma os judeus mantiveram certo nível de proselitismo e alcançaram destacados êxitos entre os “gentios”, proselitismo este que abriria caminhos para o cristianismo, mas que apesar do potencial, geralmente não suscitava adesão completa onde chegava, especialmente pelo infame ritual da circuncisão⁶⁴. A expressão do judaísmo também não apagaria o helenismo que, apesar de por longo

⁶¹ DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores**: história dos papas. Tradução de Luiz Antônio Araújo. São Paulo-SP: Cosac & Naify, 1998, p. 1.

⁶² GIORDANI, 2002, p. 322.

⁶³ GIORDANI, 2002, p. 323.

⁶⁴ GIORDANI, 2002, p. 323-324.

tempo enfraquecido pela conquista romana, retomaria o vigor de forma bastante visível especialmente no século III, quando o grego em várias regiões se sobrepõe à língua latina⁶⁵.

Dreher elucida acerca de Jerusalém pondo que, apesar de não ser onde Cristo nasceu, se faz por mérito a cidade mãe do Cristianismo, e não só pelo advento da crucificação, nem só também por ter sido o palco da aparição de Jesus aos quinhentos discípulos. Nela se desenvolveu uma forma de fé distinta da atual, forma esta que chamamos “cristianismo primitivo” ou “cristianismo judaico”. O que o Ocidente vivencia nesse aspecto, bem como o que a Idade Média vivenciou, é por sua vez denominado “cristianismo greco-latino”, lembrando que no que se vê hoje não houve só parte romana, mas também forte influência germânica (sem contar os sincretismos locais). Esse cristianismo judaico teve expressão na Europa até os séculos II e IV, sendo depois disso encoberto pelo Islamismo, e conhecido novamente pelo Ocidente cristão só 1600 anos mais tarde (hoje há maior expressão na Síria, país que mantém ainda forte perseguição religiosa ao culto cristão)⁶⁶. Na sequência propõe que o encarregado de fazer a ponte de Jerusalém à Roma e levar de uma a outra a mensagem do Evangelho foi Paulo. Este foi certamente um missionário eficiente e teólogo de mais alto nível, como já o era quando adepto do judaísmo. Os conflitos na cidade de Jerusalém, apesar dessa ponte e dos movimentos em comum, representavam bem as inquietações do povo judeu direcionadas ao Império como um todo.

A briga com a comunidade de Jerusalém só chegou ao fim quando sobreveio a catástrofe que terminou com o Estado judeu. Na Palestina, as discussões continuaram. Durante o governo do Imperador Claudio (41-54), os procuradores foram tirados da Palestina. Depois da morte de Herodes Agripa (At 12.23), eles voltaram e foram brutais. O radicalismo se acentuou. No ano de 66, os sicários, um grupo de zelotes, iniciou suas atividades guerrilheiras. O Procurador foi obrigado a fugir, e a guarnição romana teve que capitular. Vespasiano avançou com 60 mil homens contra Jerusalém. Em 10 de Agosto de 70, Jerusalém caiu nas mãos de Tito, filho de Vespasiano. Antes da destruição da cidade, a comunidade cristã fugiu para Pella, na Transjordânia, onde terminou sua existência⁶⁷.

O futuro do cristianismo repousaria assim nas comunidades gentílico-cristãs, cuja incumbência remete-se essencialmente também a Paulo, saindo do Estado judaico⁶⁸. Até o governo de Marco Aurélio, entre os anos de 161 e 180, essas

⁶⁵ PETIT, Paul. **História Antiga**. Tradução de Pedro Moacyr Campos. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrams Brasil S.A., 1995, p. 285.

⁶⁶ DREHER, 2004, p. 19.

⁶⁷ DREHER, 2004, p. 24.

⁶⁸ DREHER, 2004, p. 26.

comunidades eram constituídas essencialmente das classes pobres e menos abastadas, predominando nesse caso os escravos, já que a nova religião não distinguia classes sociais. Apesar disso os cristãos não pareciam ter por prioridade a crítica à escravidão, o que se firma sobretudo na esperança de uma volta breve do Messias, o que extirpava a urgência de algumas questões “terrenas”⁶⁹.

Ao passo em que se expandia a crença, em mais classes e grupos sociais ia se adentrando, e assim alimentando mudanças estruturais na sociedade. Alguns ramos profissionais, ainda assim, continuaram nutrindo pouca aceitação nas comunidades, figurando entre eles gladiadores, por vezes soldados, cocheiros de carruagens de corrida, atores, cartomantes, astrólogos, cafetões, etc.⁷⁰. As restrições a soldados e gladiadores, por exemplo, se relacionavam ao antimilitarismo intrínseco na ideologia cristã, que no futuro viria a ser uma das causas indiretas da perseguição, bem como ponto definidor da forma como esta iria ocorrer.

Admitiam-se funcionários públicos, mas havia certo cuidado na admissão de soldados, pois os antigos cristãos negavam-se a prestar serviço militar. Mesmo quando o cristianismo ficou um pouco mais liberal nessa questão, os problemas continuaram a existir, pois os soldados tinham que fazer um juramento, invocando os deuses, e venerar os lábaros. Cedo se colocava uma questão fundamental à fé cristã: o poder do Império repousava sobre o exército. Poderia a fé cristã deixar o exército de lado? A importância dessa questão pode ser vista na figura de Tertuliano, que pode ser caracterizado como o mais ferrenho representante do antimilitarismo. Tertuliano (150/155-223) era filho de um oficial. Nascera em Cartago e tornara-se jurista. Em sua terra natal fora presbítero e era responsável pelo ensino aos catecúmenos. Em seu antimilitarismo, fazia uso do seguinte argumento: Em certa ocasião, Jesus tirou a espada de Pedro. Por isso, a profissão de soldado e a fé cristã são inconciliáveis. Tertuliano e outros que pensavam como ele não tiveram sucesso: funcionários públicos e soldados tornaram-se cristãos, sem deixar a profissão de lado⁷¹.

Sugere Hurlbut que não havia inicialmente hierarquia demasiado sofisticada, mas com esse crescimento, por volta do ano 125 já se viam bispos liderando dioceses com presbíteros e diáconos sob seu comando. O concílio de Jerusalém, em torno do ano 50, fora composto por “apóstolos e anciãos” representando toda a Igreja, diferente do que se verá depois do ano 150, já sob perseguição, onde concílios e leis eram ditados apenas por bispos⁷².

Veyne acresce detalhes essenciais: no ano 200 o perfil de uma comunidade cristã já era bastante semelhante ao da sociedade em torno dela num sentido de

⁶⁹ DREHER, 2004, p. 31.

⁷⁰ DREHER, 2004, p. 31.

⁷¹ DREHER, 2004, p. 32.

⁷² HURLBUT, 2007, p. 72.

heterogeneidade de categorias sociais, e já produzia uma literatura ampla e sofisticada⁷³. É importante destacar que as multidões convertidas ao cristianismo não o faziam sem carregar consigo a cultura herdada, e essa variedade acabou sendo de imenso valor à Igreja, encaixando bem com seu caráter universalista. Foi, porém, um acréscimo parcial, sendo que com o tempo várias interpretações advindas das mais variadas cosmovisões apontariam a um sincretismo em dada forma nocivo, que geraria desvios doutrinários e heresias graves à doutrina tradicional⁷⁴.

3.2 Movimentos de rejeição

Difícilmente um movimento cultural distinto tomará corpo com aceitação indiscriminada e sem concorrências, e nesse aspecto o culto cristão não se distinguiria, enfrentando vários movimentos de rejeição por parte da sociedade imperial⁷⁵. Longe de ser uma consequência inesperada, a rejeição era sofrida já pelos apóstolos e havia sido predita por Cristo (que de forma visível também sofrera). O cristão sabia que não fazia parte deste mundo e pertencia a outro reino, o Reino dos Céus, e sempre teria por princípio obedecer a lei de Deus antes da dos homens, apesar da admoestação a que, sem esse conflito, as leis humanas fossem respeitadas. Essa ambiguidade e esse pertencimento a “dois reinos” hora ou outra haveria de gerar conflitos.

Rostovtzeff argumenta que embora o cristianismo não fosse integralmente hostil ao Estado, acabou se posicionando muitas vezes de forma contrária às forças governantes, muito em virtude de decisões das autoridades, e esse conflito se agravaria. Enquanto problemas surgiam, os fiéis buscavam tornar a doutrina cada vez mais inteligível, acessível e agradável às classes cultas e incultas. Um dos grandes gênios nesse aspecto foi Orígenes, que de certa forma contribuiu estabelecendo uma conexão permanente entre a religião e a filosofia⁷⁶.

Entre as motivações de rejeição está a posição comumente contrária ao escravismo. O Império Romano dependia do trabalho escravo avindo das conquistas

⁷³ VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**: 312-394. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 70.

⁷⁴ OLIVEIRA, Raimundo F. de. **História da Igreja**: dos primórdios à atualidade. 2.ed. Campinas: EETAD, 1985, p. 39.

⁷⁵ PELLISTANDI, Stan-Michel. **O Cristianismo primitivo**. Série Grandes Civilizações Desaparecidas. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978, p. 197.

⁷⁶ ROSTOVITZEFF, 1961, p. 310.

para manter-se funcionando, e quando o cristianismo questionava esse sistema, questionava as bases imperiais.

Apesar da diversidade social, muito da violência estabelecida contra os cristãos pode se relacionar às próprias posições sociais nas quais se enquadrava, sobretudo em Roma.

Dizia-se que, para viver em Roma, era necessário abrir os olhos (para contemplar a beleza dos enormes templos e palácios) mas ao mesmo tempo tapar o nariz para poder suportar o fedor, e sobretudo reprimir o sentimento do coração ao ver o abandono em que vivia a imensa maioria, criar postura de insensibilidade ativa tão típica do 'cidadão romano'. Roma vivia entre o luxo e o lixo e uma regra da arte de viver bem em Roma era manter o coração insensível diante dos sofrimentos do 'profano vulgar'. O dinheiro era drenado para mãos privadas. Segundo estudos realizados por CARNEY, por exemplo, os homens do aparato romano costumavam investir seus ganhos oficiais em grandes propriedades de terra. A taxação costumava ser regressiva, e por conseguinte caía com enorme peso sobre os ombros dos artesãos, comerciantes e agricultores. Os ricos praticamente não pagavam impostos, só se esforçavam para assegurar-se a base de seus rendimentos. A concentração de riquezas era ainda maior do que hoje.

Esse quadro geral pode ajudar, pois mostra que os ricos não moravam nas periferias, onde encontramos os cristãos [...] O mundo da periferia estava entregue à violência⁷⁷.

3.2 Saliência no Estado

O Cristianismo não fora uma corrente com expressões meramente religiosas. No século IV era já uma força socioeconômica e política considerável, com um sistema hierárquico interno perceptivelmente sólido.

Cada comunidade cristã copiava sua administração das sinagogas – é bom não esquecer que muitos dos primeiros cristãos eram judeus, cujas comunidades se espalhavam pelas cidades mediterrâneas do Império Romano -, mudando as designações de seus dirigentes por palavras gregas. Cada comunidade cristã tinha o seu Bispo, considerado sucessor dos Apóstolos e eleito pelos fiéis, que o reconheciam como supremo dirigente, os seus Presbíteros, encarregados das cerimônias do culto e ensino da religião, os seus Diáconos, que se ocupavam da administração dos bens materiais e da assistência à comunidade.

No século III, os Bispos começaram a se reunir em Sínodos para decidir que proposições e doutrinas deviam ser universalmente reconhecidas e obrigatórias, condenando e rejeitando as que se desviavam dos cânones. O resultado da atividade dos Bispos e Sínodos foi reunir as comunidades cristãs até então isoladas, em forte organização englobando todo o Império Romano⁷⁸.

Aos poucos a fé cristã adentrou espaços junto à aristocracia governante, entre outras vias através da educação, que por vezes era ministrada a jovens aristocratas por escravos cristãos, e muito também em virtude da popularidade da filosofia estoíca.

Várias igrejas locais passaram a ser proprietárias de terras, e prédios urbanos e bens móveis eram com frequência doados por famílias aristocráticas convertidas.

⁷⁷ **DIDAQUE:** catecismo dos primeiros cristãos. Tradução de Urbano Zilles. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 47.

⁷⁸ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 361.

Cresceria, tomaria forma e, no período de Constantino e seus sucessores, adquiriria não só a tolerância, mas a proteção estatal⁷⁹.

⁷⁹ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 361.

4 PERSEGUIÇÕES

Amados, não se surpreendam com o fogo que surge entre vocês para os provar, como se algo estranho lhes estivesse acontecendo. Mas alegrem-se à medida que participam dos sofrimentos de Cristo, para que também, quando a sua glória for revelada, vocês exultem com grande alegria. Se vocês são insultados por causa do nome de Cristo, felizes são vocês, pois o Espírito da glória, o Espírito de Deus, repousa sobre vocês. Se algum de vocês sofre, que não seja como assassino, ladrão, criminoso ou como quem se intromete em negócios alheios. Contudo, se sofre como cristão, não se envergonhe, mas glorifique a Deus por meio desse nome⁸⁰.

“Então, sereis atribulados, e vos matarão. Sereis odiados de todas as nações, por causa do meu nome”⁸¹, denunciara Cristo. Por perseguição religiosa entender-se-á aqui a obstrução do exercício da fé de forma truculenta, por vias legais ou não.

Já se veem seus traços nos princípios do cristianismo, o que não é novidade considerando o próprio martírio de Cristo. Os apóstolos igualmente seriam algumas vezes alvo de ferrenha perseguição, como vê-se nos escritos de Paulo. Entretanto, seria bastante distinta daquela introduzida por Nero, sob a qual também a maioria deles passaria e nela encontraria sua morte martírica (o Apocalipse, no caso, seria de produção contemporânea ao governo de Nero, abrindo espaço às interpretações que ligam as figuras da obra à situação da época, figurando o imperador, nesse caso, como um/o Anticristo). O povo cristão encarou o jugo de uma forma bastante peculiar, e muitos dos porquês são compreendidos nas bases apostólicas, como se vê na instrução passada por Pedro, transcrita no início do capítulo.

A intolerância religiosa culminando em perseguição violenta não surgiu aí e aí não terminou. Vale lembrar que a própria Igreja à sua forma a promoveu de forma trágica posteriormente, quando com o poder nas mãos. Os períodos de violência aos

⁸⁰ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, 1Pe 4:12-16.

⁸¹ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, Mt 24:9.

cristãos, entretanto, não são relevantes apenas no tocante a eles próprios, uma vez que ajudaram a construir a fé que posteriormente se fundiria ao Império, mas mais que isso, essa opressão é por muitos autores considerada um combustível para o fortalecimento e a expansão, como se verá de forma amplificada adiante. A própria posição de Constantino, de seu pai e de seus descendentes, terá por base a realidade persecutória, o corrobora a imprescindibilidade da discussão do tema.

Nos cálculos de Giordani, houve seis anos de perseguição e vinte e oito anos de tolerância no século I, oitenta e seis anos de perseguição e quatorze anos de tolerância no século II, vinte e quatro anos de perseguição e setenta e seis anos de tolerância no século III e treze anos de perseguição no século IV. São assim cento e vinte e nove anos de perseguição religiosa para cento e vinte anos de tolerância⁸². Padres históricos persuadem quase sempre aos leitores de seus escritos a crença em números imensos de mártires, e Agostinho (Sermo 351,4) em diversas oportunidades fala em uma “multidão incontável”; Eusébio, contemporâneo ao perseguidor Diocleciano, considera inviável saber o quão elevado foi o número de vítimas, tamanho este número teria sido (H. E. VIII4); Daniel Ruiz Bueno calcula, todavia, número de vítimas na casa dos duzentos mil, no máximo. É válido notar que nesse ambiente a penalização pela fé não se limitava às execuções, tendo muitos crentes sofrido com desterro, confisco de bens, maus tratos e torturas (a morte por torturas também seria frequente, mas geralmente perdia sua valia mediante confissão do “crime”), deportação com trabalhos forçados (trabalho em minas, pedreiras, etc.), entre outros⁸³.

As perseguições tiveram, em geral, caráter local, devendo-se em grande parte à superstição do povo: uma epidemia, um terremoto, fome ou enchentes eram razões suficientes para fazer com que houvesse perseguições. As acusações eram apresentadas ao governador que, mesmo estando convicto de sua inocência, tinha que abrir processo, caso não quisesse ser visto como favorável aos cristãos⁸⁴.

Nos primórdios a fé cristã, como comentado, não foi avessa à autoridade. Nesse sentido Pedro pregara (em trecho já citado anteriormente): “[...] sujeitem-se a toda autoridade constituída entre os homens; seja ao rei, como autoridade suprema, seja aos governantes”⁸⁵. E tampouco era tão antimilitarista como pode parecer.

⁸² GIORDANI, 2002, p. 331.

⁸³ GIORDANI, 2002, p. 332; GIORDANI, 2002, p. 334.

⁸⁴ DREHER, 2004, p. 53.

⁸⁵ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, 1Pe 2.13-14.

Justino escreveu ao imperador e ao Senado: “Nós somos vossos auxiliares e lutamos convosco pela paz muito mais do que todas as outras pessoas”. Também Tertuliano, que sempre foi reservado, afirmou aos governantes: “Nós somos marinheiros e prestamos serviço militar (!) convosco e nos ocupamos com a agricultura e com o comércio”. A referência ao serviço militar é especialmente fidedigna, caso lembrarmos que Tertuliano era ferrenho adversário do serviço militar⁸⁶.

4.1 A queda de Jerusalém

Longe de ser um fator de pouca relevância está a queda do antro de disseminação do monoteísmo, Jerusalém, no ano 70 d.C. Sua subjugação por parte do Império se deu para conter e exterminar movimentos rebeldes e separatistas de grupos judeus, e afetaria bastante a relação destes com os cristãos. É interessante perceber que de todas as províncias romanas, a única visivelmente descontente era a Judéia, na alegação de Hurlbut, que acrescenta em seguida:

Os judeus, de acordo com a interpretação que davam às profecias, consideravam-se destinados a conquistar e governar o mundo; baseados nessa esperança, somente forçados pelas armas e pelas ameaças é que se submetiam ao domínio dos imperadores romanos. Tempos que admitir, também, que muitos procuradores e governadores romanos fracassaram inteiramente na interpretação dos sentimentos e caráter judaicos e, por essa razão, tratavam os judeus com aspereza e arrogância⁸⁷.

Se é que morreram cristãos na queda de Jerusalém, foram poucos, diz ainda o autor. As profecias de Cristo já fizeram do episódio algo esperado, o que gerou certa eficiência no momento de refugiarem-se. Se deslocaram na maioria para Pella, cidade no Vale do Jordão, e o que há de relevante a se perceber aí é a ausência de martírio cristão na queda da cidade. Outro grande ponto é que o evento cortou em definitivo as relações de proximidade entre judeus e cristãos, acarretando grandes dificuldades aos últimos, como se verá⁸⁸.

4.2 Causas das perseguições

As causas da perseguição foram variadas e partiram de uma desaprovação que, vale dizer, desde o início era recíproca (o cristianismo rejeitava o paganismo e vice-e-versa). Vários seriam os argumentos que justificariam as caçadas, dos mais razoáveis aos mais esdrúxulos, como a acusação pelo incêndio, proposta por Nero.

O Estado em geral se debruçaria no medo causado pela crise e no papel do Cristianismo de potencializá-la. Os adeptos seriam acusados de congregar religiões

⁸⁶ DREHER, 2004, p. 51.

⁸⁷ HURLBUT, 2007, p. 49.

⁸⁸ HURLBUT, 2007, p. 50.

ou associações ilícitas, fazer uso de magia, causar o incêndio de Roma, recusar ao serviço militar e do crime de lesa-majestade. Posteriormente se estabeleceria o crime de cristianismo, pura e simplesmente, sem necessidade de outras acusações.

O delito Cristianismo apresentava, em oposição aos delitos de direito comum, duas vantagens capitais: era simples e, em segundo lugar, era de uma aplicação fácil, pois que a prova tornava-se inútil: a confissão por si só – ato diante do qual o verdadeiro cristão não recuava jamais - era suficiente⁸⁹.

A crise romana, com as invasões bárbaras, as usurpações políticas e as epidemias, fez eclodir um óbvio sentimento de pessimismo. A glória, como já dito, se via mais no passado que no presente ou no futuro, e com isso se ergue certo desejo de retorno às tradições religiosas, como se nelas residisse a estabilidade perdida de Roma⁹⁰, e a buscando poderiam se reatar os laços enfraquecidos entre os deuses e os homens. Essa mentalidade colocaria a crença cristã, com seu caráter exclusivista, numa posição incômoda.

Uma das maiores fontes de descontentamento era o desrespeito ao culto que deveria ser imputado ao imperador. Todas os povos conquistados, independentemente do panteão ao qual eram devotos, acabariam tendo de se enquadrar nessa classe cultual, que configuraria uma prova de lealdade. Em quase todos os lugares das grandes cidades era visível uma figura do imperador vigente, e diante dessas imagens se prestavam reverências e homenagens como a oferta de incensos. A sorte cristã nesse ponto terminaria com a desvinculação do judaísmo, que era a única religião com a permissividade da não-adoração ao Imperador, privilégio que o cristianismo só ostentaria enquanto visto como seita da referida vertente⁹¹.

As únicas pessoas liberadas do culto aos deuses e ao imperador foram os judeus. Enquanto os cristãos puderam viver à sobra dos judeus, eles eram uma seita judaica aos olhos do público. Também as discussões entre judeus e cristãos eram vistas como questões internas do judaísmo. Mesmo depois do crescimento da comunidade cristã, as autoridades permaneciam por muito tempo indiferentes frente ao cristianismo. Cedo ou tarde, porém, o conflito teria que surgir, pois os cristãos se negavam a prestar o culto ao imperador. Nas tradições vindas até nós, Nero é, em geral, apontado como o primeiro a perseguir cristãos⁹².

E Giordani acrescenta:

A princípio, o cristianismo foi confundido, pelos romanos, com o próprio judaísmo, quando se percebeu que aquele não era privilégio de uma nação ou de uma cidade,

⁸⁹ GIORDANI, 2002, p. 332.

⁹⁰ NONY, Daniel; CHRISTOL, Michel. **Roma e o seu Império**: das origens às invasões bárbaras. Tradução de Fernanda Branco. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote Publicações, 2000, p. 257.

⁹¹ HURLBUT, 2007, p. 50.

⁹² DREHER, 2004, p. 51.

mas que admitia em seu seio toda as raças, todos os povos, visando a reunir a Humanidade inteira sob uma fé, acabando com o politeísmo oficial, cuja sobrevivência – acreditava-se – estava ligada a própria sobrevivência do Império [...] O Cristianismo passa, então, a ser *religio illicita*, religião ilícita⁹³.

A data à qual se pode atrelar essa desvinculação, como dito, é a da queda de Jerusalém, no ano 70. A partir daí o cristianismo ficaria isolado, sem leis que o amparassem e protegessem do ódio alheio⁹⁴. O ponto é que os cristãos continuaram negando-se a cultuar o imperador e os deuses pagãos, e foram assim considerados rebeldes, inimigos do Império e até “inimigos do gênero humano”, nas palavras de Tácito⁹⁵. Eram ainda com frequência acusados de “ateus”, pelo fato de não crerem na divindade do Imperador. O fato de orarem “ao nada” e diante de nenhuma imagem agravava a situação.

Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; Pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade⁹⁶.

Paulo já havia deixado conselhos de convivência na primeira carta escrita a Timóteo, como visto acima. Um “seria engraçado se não fosse trágico” cabe bem aqui, se percebido o rumo que a Igreja tomou. Apesar disso a descrença ao Imperador não deveria gerar ódio, quanto mais havendo a ordenança de orar pelas autoridades. Era um exercício Incentivado mas difícil, talvez tanto quanto o “Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem”⁹⁷.

Pellistandi reforça que não era característica cristã antes da perseguição a revolta contra Roma, como fizeram os judeus. Muitos cristãos faziam questão de ingressar no exército, se pôr a serviço do Estado como funcionários municipais ou imperiais, e em registros se vê oração pela prolongação do Império e de vida longa aos imperadores⁹⁸. Mas perceba-se que orar pelo César não necessariamente significou a submissão. Enquanto o Estado via traição na negativa do juramento de culto ao Imperador, o cristão via em sua aceitação uma traição contra Deus, e importava temer menos a quem poderia destruir só o corpo que a quem teria poder

⁹³ GIORDANI, 2002, p. 334.

⁹⁴ HURLBUT, 2007, p. 61.

⁹⁵ BECKER, Idel. **Pequena história da civilização ocidental**. 7.ed. Tradução de Lorenzo Luzuriaga e Paul Monroe. São Paulo: Nacional, 1975, p. 209.

⁹⁶ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, 1Tm 2:1-2.

⁹⁷ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, Mt 5:44.

⁹⁸ PELLISTANDI, 1978, p. 193.

sobre corpo e alma⁹⁹. Essa falta de lealdade, de toda a forma, configuraria o crime de lesa-majestade, e é com base nisso que nascerão as perseguições oficiais¹⁰⁰.

Se César não poderia ser um ídolo e nem venerado, Cristo obviamente deveria ser. É interessante perceber que a religião romana, dentre suas liturgias, ídolos, sacerdotes, ritos e práticas, demonstrava um caráter (diferentemente do cristianismo) inclusivo e pouco prosélito, aceitando a todas as crenças, com as ressalvas já citadas. Os deuses estrangeiros não eram considerados falsos, mas apenas “outros”, de outros lugares, assim como Cristo tinha potencial de ser.

O paganismo, em suas práticas, aceitava novas formas e objetos de adoração que iam surgindo, enquanto o cristianismo rejeitava qualquer forma ou objetos de adoração. Onde os deuses já se contavam aos centos, talvez aos milhares, mais um ou menos um não representava diferença. Quando os habitantes de uma cidade desejavam envolver o comércio ou a imigração, construíam templos aos deuses que adoravam em outros países ou cidades, a fim de que os habitantes desses países ou cidades fossem adorá-los¹⁰¹.

Os romanos teoricamente não teriam problemas em acrescentar Jesus Cristo ao panteão, e até posteriormente seria proposto que se pusesse uma estátua deste no prédio do Panteão Romano, mas os cristãos jamais aceitariam, para nenhum dos casos¹⁰². Assim como Yahweh no período dos reis não aceitara no relato bíblico que sua Arca fosse posta ao lado de uma divindade filisteia, o Cristo não poderia figurar entre outros deuses.

Por outro lado, o cristianismo opunha-se a qualquer forma de adoração, pois somente admitia aforação ao verdadeiro Deus. Um imperador desejou pôr uma estátua de Cristo no Panteão, um edifício que existe em Roma até hoje, e no qual eram postos todos os deuses importantes. Os cristãos, porém, recusaram a oferta com desprezo. Não desejavam que Cristo fosse conhecido meramente como um deus qualquer dentre outros deuses¹⁰³.

Essa recusa às divindades acabaria associando os cristãos às pestes, fome, secas, incêndios, inundações, etc. As catástrofes eram obras de deuses, e a presença dos cristãos poderia gerar motivos para que estes se incomodassem¹⁰⁴.

A adoração aos ídolos estava entrelaçada com todos os aspectos da vida. As imagens eram encontradas em todos os lares para serem adoradas. Em todas as festividades, eram oferecidas libações aos deuses. As imagens eram adoradas em todas as cerimônias cívicas ou provinciais. Os cristãos, é claro, não participavam dessas formas de adoração. Por essa razão, o povo não dado a pensar considerava-os

⁹⁹ BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, Mt 10:28.

¹⁰⁰ CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja cristã. 3.ed. Tradução de Israel Belo de Azevedo e Valdemar Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 75; NONY, 2000, p. 258.

¹⁰¹ HURLBUT, 2007, p. 60.

¹⁰² CAIRNS, 2008, p. 65; NONY, 2000, p. 258.

¹⁰³ HURLBUT, 2007, p. 60.

¹⁰⁴ ARRUDA, 1991, p. 272.

insociáveis, taciturnos, ateus e aborrecedores de seus companheiros. Com reputação tão desfavorável por parte do povo em geral, apenas um passo os separava da perseguição¹⁰⁵.

De encontro à recusa do culto romano vem a recusa ao serviço público, já que este também era sujeito a ritos que à fé cristã eram inaceitáveis¹⁰⁶, e atrelado a isso a recusa do serviço militar, que não só envolvia a devoção aos deuses e ao deus-Imperador, como feria a política de não-violência, parte da mentalidade da maioria dos grupos cristãos. Nesse argumento bispos desencorajavam a adesão às milícias, mas nada impediu que milhares de cristãos permanecessem e ingressassem no exército¹⁰⁷. “Aliás, como proibir aos cristãos de servirem ao exército romano, se a Igreja faz orações pela sobrevivência do Império? Por isso, encontram-se numerosos cristãos nas legiões romanas”¹⁰⁸, argumente Pellistandi.

Havia outra questão em jogo, de cunho mais político que religioso. Se o cristianismo não era uma religião inclusiva com relação a outros deuses, à sociedade o era, e de forma bastante abrangente no comparativo ao que se conhecia até então. Nele se considerava todos os homens iguais e nas reuniões não havia distinção de membros. Um escravo poderia ser eleito bispo de uma igreja, e não poucos casos como esse são conhecidos. Esse tipo de posicionamento era inaceitável à nobreza do período, que considerava esses “niveladores de sociedade” verdadeiros anarquistas, perturbadores da ordem social e, portanto, inimigos do Estado¹⁰⁹. Essa grande atração sobre as populações menos abastadas não era só imoral, mas questionava a estrutura aristocrática que convinha ser mantida¹¹⁰. A preocupação com a coesão do Império exigia atenção, sobretudo na situação de crise. As revoltas de escravos eram temidas e poderiam ser incentivadas por grupos que propagam ideologias do tipo, e havia o exemplo de Espartaco. Esses fatores reforçam nos cristãos a atribuição de caráter subversivo¹¹¹.

Se não fosse suficiente, as suspeitas recairiam sobre estes em virtude de suas reuniões “secretas”, e seriam argumento para qualquer espécie de perseguição que fosse (claro que só eram “secretas” porque algum tipo de perseguição já ocorria, e

¹⁰⁵ HURLBUT, 2007, p. 61.

¹⁰⁶ PELLISTANDI, 1978, p. 198.

¹⁰⁷ PELLISTANDI, 1978, p. 199.

¹⁰⁸ PELLISTANDI, 1978, p. 200.

¹⁰⁹ HURLBUT, 2007, p. 62.

¹¹⁰ CAIRNS, 2008, p. 76.

¹¹¹ ARRUDA, 1991, p. 272

isto desde os tempos apostólicos). Se reuniam antes de o Sol nascer ou ao anoitecer, geralmente em cavernas ou catacumbas subterrâneas, e da celebração da Ceia eram excluídos os estranhos. Hábitos como estes, com motivos, agravavam as suspeitas¹¹².

Não raro os governantes eram também influenciados a perseguirem os cristãos por interesses financeiros de terceiros que se prejudicavam com o avanço eclesiástico, como cita Hurlbut:

[...] sacerdotes e demais servidores dos templos pagãos, os que negociavam com imagens, os escultores, os arquitetos que construíam templos e todos os que ganhavam a vida por meio da adoração pagã. Não era coisa rara ouvir-se o populacho gritar 'os cristãos às feras, aos leões!', quando seus negócios e sua arte estavam em perigo ou quando funcionários públicos ambiciosos desejavam apoderar-se das propriedades de cristãos ricos¹¹³.

4.3 Fases das perseguições

Durante e após a era apostólica, do fim do século I ao início do século IV, a Igreja esteve sob a espada da perseguição do mais poderoso império da Terra, que com um afinco inacreditável se esforçaria por destruí-la.

Durante sete gerações, um nobre exército de centenas de milhares de mártires conquistou a coroa sob os rigores da espada, das feras na arena e nas ardentes fogueiras. Contudo, em meio à incessante perseguição, os seguidores de Cristo aumentaram em número até alcançar uma parte considerável do Império Romano. Finalmente, um imperador cristão subiu ao trono e por meio de um decreto conteve a onda de mortes¹¹⁴.

Entre os séculos II e III houve a parte mais intensa dessa caçada que, é importante esclarecer, não ocorreu de forma contínua, mas em focos, e mesmo quando havia parcial paz, inesperadamente poderia ser iniciada outra onda de violência¹¹⁵. Nesse tempo, sobretudo nos primeiros anos do século IV (até o ano de 313), a religião cristã era literalmente proibida e criminalizada¹¹⁶. O crescimento do Cristianismo ainda assim parecia se manter e impor com cada vez mais firmeza.

Houve, contudo, alguns períodos de curta ou de longa duração quando a Igreja foi alvo de feroz perseguição. As perseguições do século I efetuadas por Nero (66-68) e por Domiciano (90-95) foram, não há dúvida, explosões de delírio e ódio, sem outro motivo a não ser a ira de um tirano. Essas perseguições deram-se de forma esporádica e não de prolongaram por muito tempo. Entretanto, do ano 250 a 313 os seguidores de Cristo estiveram sujeitos a uma série sistemática e implacável de

¹¹² HURLBUT, 2007, p. 62; CAIRNS, 2008, p. 75.

¹¹³ HURLBUT, 2007, p. 63.

¹¹⁴ HURLBUT, 2007, p. 16.

¹¹⁵ HURLBUT, 2007, p. 59.

¹¹⁶ HURLBUT, 2007, p. 63.

atentados governamentais em todo o império, a fim de esmagar a fé sempre crescente¹¹⁷.

Entre 98-161 (governos de Nerva, Trajano, Adriano e Antônio Pio, considerados por Marco Aurélio os “cinco bons imperadores”), a religião cristã não era reconhecida mas não chegou a sofrer perseguição de forma intensa. Não se sabe de cristãos presos ou mortos no período sem culpa comprovada. Quando, porém, a acusação era formulada e um cristão se recusava a negar a culpa (geralmente a recusa da adoração ao Imperador), a lei da execução tinha era aplicada¹¹⁸.

Nero, governando entre 54 e 68 d.C., foi o primeiro grande perseguidor. Em 64 houve o incêndio em Roma, causando graves danos à cidade, e ele próprio foi dado por suspeito pela opinião pública, apesar de a acusação ser discutível. Nero simplesmente apontou os cristãos como culpados e deu início a uma das piores perseguições religiosas já empreendidas, na qual milhares de cristãos foram mortos, entre eles Paulo, decapitado no ano de 68 (as datas, no caso, são aproximadas, podendo variar de um a dois anos)¹¹⁹.

O primeiro esforço conjunto para eliminar os cristãos ocorreu depois que boa parte de Roma foi destruída pelo fogo na época do famigerado imperador Nero, em 64 d.C. Nero (imperador de 54 a 68 d.C.) culpou os cristãos pelo incêndio (que segundo alguns, ele mesmo provocou) e muitos foram barbaramente torturados e queimados, pelo menos dentro da própria Roma e em seus arredores¹²⁰.

Dentre estas mortes por fogo é famoso o uso de cristãos como iluminação pública, execução na qual eram vestidos com túnicas banhadas em óleos, pez e resinas e atados a postes de madeira, que eram acesos para a clarear os caminhos à noite¹²¹. Para Hurlbut uma das “vinganças” da história é o fato de que naqueles mesmos jardins onde multidões de cristãos sofreram martírio queimados vivos pelos caprichos de Nero, hoje está o Vaticano e a Basílica de São Pedro (maior edifício da religião cristã). Ainda com Nero, além da queima nos postes, seriam muitos levados a combates com feras, crucificações e mortes em representações de cenas mitológicas de Dircéia e Danaídas¹²². Encontram-se registros desse período persecutório, por exemplo, nos escritos de Tácito (Tácito, *Annales*, XV. 44):

¹¹⁷ HURLBUT, 2007, p. 63.

¹¹⁸ HURLBUT, 2007, p. 64.

¹¹⁹ HURLBUT, 2007, p. 45.

¹²⁰ DOWLEY, 2009 p.15.

¹²¹ GIORDANI, 2002, p. 336.

¹²² HURLBUT, 2007, p. 45.

Mas os empenhos humanos, as liberalidades do imperador e os sacrifícios aos deuses não conseguiram apagar o escândalo e silenciar os rumores de ter sido ordenado o incêndio de Roma. Para livrar-se de suspeitas, Nero culpou e castigou, com supremos refinamentos de crueldade, uma casta de homens detestados por suas abominações e vulgarmente chamados de *crístãos*. Cristo, do qual seu nome deriva, foi executado por disposição de Pôncio Pilatos durante o reinado de Tibério [...] Depois, uma multidão enorme foi condenada não por causa do incêndio, mas acusada de ser opróbrio do gênero humano. Acrescente-se que, uma vez condenados, eles se tornavam objetos de diversão. Alguns, costurados em peles de animais, expiravam despedaçados por cachorros. Outros morriam crucificados. Outros ainda eram transformados em tochas vivas para iluminar a noite. Para esses festejos, Nero abriu de par em par seus jardins, organizando espetáculos circenses em que ele mesmo aparecia misturado com o populacho ou, vestido de cocheiro, conduzia sua carruagem, Suscitou-se, assim, um sentimento de comiseração até para com homens cujos delitos mereciam castigos exemplares, pois se pressentia que eram sacrificados não para o bem público, mas para satisfação da crueldade de um indivíduo¹²³.

Em por volta do ano 90 d.C. se iniciaria a perseguição referente ao governo de Domiciano (81 a 90 d.C.), ao que tudo indica primordialmente relacionada às exigências fiscais com as quais o Imperador pressionava o povo judeu¹²⁴. Segundo Dreher, ele fora um competente administrador, com importantes sucessos militares, mas chamou para si com ênfase o atributo de divindade, e aí residiu muito do problema. Ordenou que fosse chamado “Senhor e Deus”; a saudação do beija-mão e beija-pés tornou-se obrigatória e os sacrifícios em sua honra também, de forma que quem não o fizesse seria considerado “ateu” e executado. Outro detalhe é que teve a peculiaridade em relação aos outros imperadores de se declarar o único responsável pelas normas morais, provavelmente visando assim controlar também a fidelidade política. Lutou contra os estoicos (assim como Vespasiano, seu pai), ainda que sua maior hostilidade tenha sido ao cristianismo¹²⁵. A abrangência seria mais local, não se estendendo a todo o Império¹²⁶.

Trajano, governando entre os anos 98 e 117, foi o perseguidor seguinte. Para Oliveira, um dos melhores imperadores de Roma, entretanto, prezando pela lei, manteve as práticas cristãs na ilegalidade, já que a seus adeptos agiam em forma de sociedade secreta. Não foi cruel se considerados os demais listados, já que não molestava os cristãos gratuitamente (todavia, confirmado o crime, sofriam castigos severos)¹²⁷. Esse posicionamento fora o primeiro que partira oficialmente de um imperador sobre como lidar com cristãos. Ficou aí posto que não se deveria caçá-los, mas se fossem pegos deveriam invocar os deuses e, não o fazendo, aí deveriam ser

¹²³ BETTENSON, 1998, p. 27.

¹²⁴ GIORDANI, 2002, p. 336.

¹²⁵ DREHER, 2004, p. 52.

¹²⁶ HURLBUT, 2007, p. 50.

¹²⁷ OLIVEIRA, 1985, p. 30.

castigados¹²⁸. A sugestão parte de Plínio, governador da província da Bitínia¹²⁹, a quem em epístola (carta de Trajano a Plínio, Plin. Epp X.XCVII) Trajano responde:

No exame das denúncias contra os cristãos, querido Plínio, tomaste o caminho acertado. Não cabe formular regra dura e inflexível, de aplicação universal. Eles não devem ser perseguidos [...] Eles constituem um mal precedente e não condizem com os nossos tempos¹³⁰.

Dreher acrescenta que a decisão de Trajano deve ser vista como de cunho político, no entanto sem valor jurídico, já que na teoria todos os cristãos deveriam ser castigados. Entre os mortos nesse governo estão Simão, irmão de Jesus e bispo de Jerusalém, crucificado no ano 107, e Inácio, o segundo bispo de Antioquia, lançado às feras no ano 110 após prisão em Roma¹³¹. Em todas as decisões que se seguem tomadas no governo romano ver-se-á que o problema não era a fé dos cristãos em si, mas especialmente sua infidelidade ao Estado expressada no sacrifício aos deuses oficiais¹³².

Adriano, governando entre os anos de 117 e 138, foi também intransigente com os cristãos, mas de forma mais branda. Oliveira menciona que o Cristianismo pôde aumentar de forma acentuada seu número de membros, sua riqueza e influência social. Entre os mortos no período está Telesforo, pastor da Igreja de Roma.

Antônio, o Pio, no poder entre os anos de 138 e 161, sendo mais benevolente que Adriano chegou a favorecer os cristãos, apesar de, segundo Oliveira, sentir que deveria manter esse culto na ilegalidade, uma vez que não favorecia os deuses imperiais. Mesmo assim houve grande número de mortos no período, figurando entre eles Policarpo, discípulo direto de João e um dos mais famosos “pais” da Igreja¹³³.

Quebrando a “brandura”, chega Marco Aurélio (seu governo vai do ano 161 ao ano 180). Como Adriano (ainda que adepto do estoicismo¹³⁴), considerava uma obrigação política o afincamento em manter a religião oficial, mas destoando da parcial benevolência deste, estimulou a perseguição e, desde Nero, fora o mais

¹²⁸ DREHER, 2004, p. 53.

¹²⁹ BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. 3.ed. Tradução de Helmith Alfred Simon e Gerson Correia de Lacerda. São Paulo: ASTE, 1998, p. 31.

¹³⁰ BETTENSON, 1998, p. 31.

¹³¹ OLIVEIRA, 1985, p. 30.

¹³² DREHER, 2004, p. 53.

¹³³ OLIVEIRA, 1985, p. 31.

¹³⁴ DOWLEY, 2009, p. 15-16.

sanguinário¹³⁵, propondo leis rígidas e ásperas aos transgressores. Entre os mortos no período está Justino Mártir ou Justino de Nablus, teólogo e grande defensor da fé cristã¹³⁶.

A morte de Marco Aurélio, no ano de 180, trouxe algumas mudanças. Cômodo, seu filho e sucessor (no poder entre 180 e 192) não foi tão bem visto pelos seguidores quanto o pai. Tido como um fanático religioso sem talento para a política, morreu envenenado por Márcia, sua concubina cristã, e a partir daí os imperadores seriam nomeados pelo exército¹³⁷.

Depois da morte de Marco Aurélio, no ano de 180, seguiu-se um período de confusão. Os imperadores, fracos e sem dignidade, estavam demasiado ocupados com as guerras civis e com seus próprios prazeres, de modo que não lhes sobrava tempo para dar atenção aos cristãos¹³⁸.

Séptimo Severo, governando entre os anos 193 e 211 e natural de Cartago, trouxe várias divindades de adoração comum em suas terras natais à Roma (como Isis, Serapis e Cibele). Segundo Hurlbut, para este governante quase tudo era regido pelo destino, e valia-se bastante da astrologia¹³⁹. Dedicado perseguidor, procurou em vão restaurar a integridade das religiões do Estado, já decadentes. Houve literal caça aos cristãos em todo o Império, mas de forma mais intensa no Egito e no Norte da África. Deu-se assim grande martírio, e entre as vítimas se encontram Perpétua (nobre cartaginesa, grávida quando presa, dando a luz na prisão) e Felicidade (serva de Perpétua), ambas jogadas às feras. De tão cruel, foi considerado o Anticristo por vários autores cristãos a ele contemporâneos¹⁴⁰.

Maximiano governou entre os anos de 235 e 238 e foi responsável pela morte de muitos Cristãos. Origines, famoso teólogo, só escapou por esconder-se antes de ser pego¹⁴¹.

A mencionada tranquilidade de quase quarenta anos após Marco Aurélio teria fim de forma dramática com Décio, cujo governo se estendeu entre os anos de 249 e 251. Posto Séptimo Severo como parte do período menos intenso de perseguição, se

¹³⁵ OLIVEIRA, 1985, p. 31.

¹³⁶ DOWLEY, 2009, p. 15-16.

¹³⁷ DREHER, 2004, p. 54.

¹³⁸ HURLBUT, 2007, p. 65-66.

¹³⁹ DREHER, 2004, p. 54.

¹⁴⁰ HURLBUT, 2007, p. 65-66.

¹⁴¹ OLIVEIRA, 1985, p. 31.

pode deduzir o impacto que Décio causaria. Foi um enfático e assumido anticristão, e não queria menos que o extermínio da infame religião. Houve perseguição violenta em todo o território romano e multidões morreram sob tortura em Roma, no Norte da África e na Ásia Menor¹⁴². Acerca do édito de perseguição, disserta Dreher:

A partir de 249, imperadores naturais da Ilíria procuraram, através de uma concentração de forças, salvar a unidade do Império. Contra as forças desagregadoras dos cultos orientais é que se voltou o edito do imperador Décio (249-253), no ano de 250. Segundo o edito, todos os habitantes do Império tinham que sacrificar aos deuses e ao gênio do Imperador. Feito o sacrifício, o autor do mesmo recebia um certificado. O edito não se dirigia especificamente contra os cristãos, mas os atingiu em cheio, pois os adeptos das comunidades culturais não-cristãs realizavam os sacrifícios sem maiores escrúpulos. As religiões sincretistas não proibiam tal sacrifício. Para os cristãos, a situação era diferente. Para eles, o sacrifício significava automaticamente prisão, perda da propriedade e morte¹⁴³.

O autor afirma ainda que houve casos de perseverança em que cristãos assumiam o martírio, mas também o número dos que fraquejaram diante da morte e recorriam aos ritos sacrificiais aos deuses pagãos foi enorme. Jamais se teria exigido que cristãos deixassem de ser cristãos, afinal, desde que também sacrificassem às divindades imperiais¹⁴⁴. O reinado de Décio, felizmente à Igreja, foi curto, e após sua morte as perseguições acalmaram por algum tempo¹⁴⁵.

Com o sufoco que causado por Décio, não deixa de soar angustiante ler as palavras de Dreher quando com seus embasamentos escreve: “Mais duro, porém, foi o imperador Valeriano”¹⁴⁶. Seu governo se estendeu entre os anos 253 e 260, e voltou-se através de éditos diretamente contra os cristãos. Atacou o clero, proibiu os cultos, exigiu sacrifícios e confiscou bens, medidas que desestruturaram as comunidades, mas não as extinguiram¹⁴⁷. As mortes, das mais diversas formas, ocorreram aos milhares. Cipriano, bispo de Cartago e um dos maiores autores cristãos do período, além de Sixto, o bispo de Roma, constam entre os mártires do período¹⁴⁸.

Ao mesmo tempo em que o cristianismo se expandia, as perseguições aos cristãos por todo o Império recorreram periodicamente ao longo do século III e no início do século IV. Milhares de cristãos morreram pela fé; relativamente poucos a renegaram. Imperadores periclitantes, como Décio (reinou de 249 d.C.) e Valeriano (reinou de 253 a 260 d.C.), usaram as perseguições para desviar a tensão de seu fracasso político¹⁴⁹.

¹⁴² OLIVEIRA, 1985, p. 31.

¹⁴³ DREHER, 2004, p. 54.

¹⁴⁴ DREHER, 2004, p. 54.

¹⁴⁵ HURLBUT, 2007, p. 66.

¹⁴⁶ DREHER, 2004, p. 54-55.

¹⁴⁷ DREHER, 2004, p. 54-55.

¹⁴⁸ HURLBUT, 2007, p. 66.

¹⁴⁹ DOWLEY, 2009, p.17

Dando por fim início a um período bem menos traumático, e destoando do pai, virá o governo de Galieno, entre os anos 260 e 268. Incrivelmente ele não só reconhece e tolera o cristianismo, como o torna religião lícita¹⁵⁰.

Após um breve período de tranquilidade aos cristãos, surge Diocleciano, governando entre os anos de 284 e 305. Foi um administrador eficaz, promovendo com dedicação uma série de reformas, reforçando a defesa das fronteiras e reafirmando o poder imperial¹⁵¹, mas como se já não se houvesse visto violência suficiente até então, nem o cristianismo dos tempos de Nero e nem sequer o dos períodos de Décio e Valeriano veria algo parecido com essa, que foi a mais sistemática e severa de todas as políticas punitivas (até um monumento em honra ao extermínio cristão foi erguido¹⁵²), e essa afirmação parece ser consenso entre historiadores¹⁵³. O extermínio provocado contou com o apoio de Maximiano, e milhares de cristãos foram lançados às feras e mortos sob tortura, e numa série de éditos se determinou a queima de exemplares dos livros sagrados e a destruição de templos em todo o Império, além da exigência de que se rejeitasse agora de forma direta o cristianismo (rejeição sem a qual um cidadão perdia toda e qualquer proteção da lei). Em vários lugares os cristãos eram trancados em templos aos quais em seguida era ateado fogo¹⁵⁴. Nos escritos de Eusébio (Eusébio H.E. IX.X.8) são encontrados relatos tocantes à referida época:

Uma lei foi promulgada pelos divinos Diocleciano e Maximiano, para abolir as reuniões de cristãos... VII.XI.4. Março de 303... Em todas as partes publicaram-se editos imperiais para que fossem arrasadas as igrejas, queimadas as Escrituras, depostos os oficiais e, caso persistissem na fé cristã, o seus familiares seriam livrados de liberdade. 5. Este foi o primeiro edito a circular entre nós. Outros decretos, pouco depois, se seguiram, dispondo que sejam encarcerados, em primeiro lugar, os pastores das igrejas de todas as partes d império e induzidos, por qualquer meio, a sacrificarem aos deuses¹⁵⁵.

Diocleciano e Maximiano renunciam ao trono no ano de 305, um na Nicomédia e outro em Milão, num plano premeditado: “Em 303 haviam acrescentado um ano de reinado a Maximiano, nos documentos egípcios, a fim de poder celebrar conjuntamente com o primogênito dos imperadores as cerimónias do vigésimo aniversário da tomada do poder”. Galério e Constâncio, seus sucessores, continuam

¹⁵⁰ DREHER, 2004, p. 54-55.

¹⁵¹ NONY, 2000, p. 265.

¹⁵² NONY, 2000, p. 267; HURLBUT, 2007, p. 67.

¹⁵³ NONY, 2000, p. 265; HURLBUT, 2007, p. 67; VEYNE, 2010, p. 130.

¹⁵⁴ NONY, 2000, p. 267; HURLBUT, 2007, p. 67.

¹⁵⁵ BETTENSÓN, 1998, p. 47.

a perseguição. Esta só cessará nas mãos de Constantino, que expede o Édito de Tolerância em 313¹⁵⁶.

4.4 A resistência diante do martírio

“Os cristãos aprendem pois a resistir aos duros golpes, infligidos por quem eles chamam de ‘demônio’. E por dirigir-se contra poderes sobrenaturais, a resistência tem que ser ferrenha: manter o rosto como pedra dura; seja como a bigorna sob os golpes do martelo”¹⁵⁷.

Conforme Nony, ao contrário do que se pode pensar, a reação cristã não foi aos extremos, nem um nem outro, excetuando alguns grupos seduzidos por posições específicas ou mais apocalípticas. Em geral não se respondeu à perseguição violenta com militarismo e violência recíproca, mas tampouco com passividade¹⁵⁸. A maioria dos grupos cristãos defendia-se com vigor das acusações que julgavam caluniosas diante das autoridades. Na sequência o autor acrescenta:

Tertuliano afirmava, desde o início do século, que os Cristãos viviam como o resto dos homens e que davam provas, em relação ao imperador, de uma lealdade irrepreensível. E, na época das perseguições, Cipriano, bispo de Cartago, renovava a mesma argumentação: os Cristãos não eram responsáveis pelos males do tempo¹⁵⁹.

Possivelmente o mais interessante a se ver é que a propagação cristã não cessou sequer durante as mais duras perseguições, estas que, segundo não poucos autores, como Cairns, fizeram do sangue dos mártires a “semente da Igreja”¹⁶⁰, enquanto Dowley a descreve como elemento essencial para a expansão eclesial¹⁶¹.

Anos de perseguição fortaleceram-lhe [a Igreja] a organização e seus adeptos se convenceram de que sua Igreja (*ecclesia*) era una e indivisível, instituição peculiar e poderosa, um Estado divino (*civitas dei*) isolado dos reinos deste mundo. À medida que a decadência do império de acentuava, a força da Igreja crescia. A filiação ao Estado trazia apenas sofrimentos, ao passo que a filiação à Igreja representava um conforto material e moral. A doutrina de Cristo exigia que todos amassem e ajudassem o próximo, e a Igreja organizada auxiliava todos os crentes¹⁶².

A Igreja se multiplicava continuamente “apesar das perseguições, ou talvez por causa delas”¹⁶³, com uma rapidez espantosa. Quando findou a caçada aos adeptos

¹⁵⁶ NONY, 2000, p. 267; HURLBUT, 2007, p. 67.

¹⁵⁷ DIDAQUÉ, 2012, p. 53.

¹⁵⁸ NONY, 2000, p. 258.

¹⁵⁹ NONY, 2000, p. 258.

¹⁶⁰ CAIRNS, 2008, p. 80.

¹⁶¹ DOWLEY, 2009, p. 15.

¹⁶² ROSTOVITZEFF, 1961, p. 279.

¹⁶³ HURLBUT, 2007, p. 81.

da crença, os cristãos eram ao menos um décimo do Império. Uma fração todavia questionável, como alega Hurlbut:

Muitos escritores aceitaram as declarações de Gibbon. Contudo, faz algum tempo o assunto foi cuidadosamente investigado, e a conclusão a que os estudiosos chegaram foi esta: o número de membros da Igreja e seus aderentes chegou a vários milhões sob o domínio de Roma. Uma prova das mais evidentes desse fato foi descoberta nas catacumbas de Roma, túneis subterrâneos de vasta extensão, que durante dois séculos foram os lugares de refúgio, reunião e de sepultamento dos cristãos. As sepulturas dos cristãos nas catacumbas, conforme demonstram as inscrições e símbolos sobre elas, de acordo com cálculos de alguns, sobem a milhões. Acrescentem-se a esses milhões muitos outros que não foram sepultados nas catacumbas e teremos, então, uma idéia de quão elevado era o número de cristãos em todo o Império Romano¹⁶⁴.

É frisada quase sempre a resistência cristã nas obras historiográficas, e não sem motivos. Arruda traz essa perseverança diante do sofrimento como um comportamento de desafio às massa pagãs¹⁶⁵. Claro que, como se viu, nem todos resistiram e optaram por sacrificar aos deuses. Segundo Dreher, isso se dava talvez por crerem que não houvesse nisso valor, por ser ato forçado¹⁶⁶. Soa sádico agora dizer que “nem tudo foi positivo no martírio”. Ainda assim é necessário perceber que as consequências não foram em verdade de todo positivas para a Igreja no longo prazo, e um exemplo disso é o debate que se dará em relação aos cristãos que não foram fiéis durante a perseguição e o que se faria com eles (talvez “embate” não seja exagero ao que se deu), na controvérsia donatista.

O povo cristão, por muito oprimido, quase que inesperadamente passou do cárcere ao trono, e essa fé antes perseguida se torna a religião oficial do Império. “A cruz tomou o lugar da águia”, e a Igreja resistiria até aos bárbaros que dariam fim ao Império posteriormente¹⁶⁷.

A epopeia escrita pelos mártires cristãos do Império Romano constituiu uma das maiores afirmações de fé e de independência do espírito humano que a História conhece. Não é, pois, de admirar que os apologetas vejam na fortaleza dos mártires a presença visível da atuação divina e no triunfo dos ideais cristãos a realização dos desígnios da Providência¹⁶⁸.

¹⁶⁴ HURLBUT, 2007, p. 81.

¹⁶⁵ ARRUDA, 1991, p. 272.

¹⁶⁶ DREHER, 2004, p. 53.

¹⁶⁷ HURLBUT, 2007, p. 17.

¹⁶⁸ GIORDANI, 2002, p. 347.

5 POR QUE O CRISTIANISMO?

Porque a história inova, não se faz apenas de 'respostas' às 'necessidades da época' ou 'da sociedade'. É preciso escolher: ou bem se dirá que o cristianismo se impôs porque respondia a uma expectativa, marca de uma religiosidade nova atestada pelo sucesso das religiões orientais tanto quanto daquele neoplatonismo, muito diferente, marca do 'espírito do tempo', do *Zeitgeist*, da 'angústia da época'; ou, ao contrário, preferir-se-á supor que o cristianismo se impôs porque oferecia alguma coisa de diferente e de novo¹⁶⁹.

Viu-se que o cristianismo se faria a religião oficial do mais poderoso Império da Terra, e resistiria mesmo depois de esse Império ruir. Mas porque conquistou Roma? Por que este e não um outro culto oriental qualquer? O que fez com que se expandisse de forma desenfreada mesmo debaixo da maior perseguição religiosa que a história conheceu?

Sim, um imperador se converteria e daria poder a essa religião, mas as respostas que trazem os historiadores extrapolam em muito esse limite argumentativo, remetendo a um longo e interessante caminho que aí desemboca. O presente capítulo, portanto, destrinchará o que trazem os teóricos utilizados, excetuando por agora o argumento da conversão de Constantino, que terá seu espaço em capítulo específico.

Aquino, Franco e Lopes alegarão de forma sucinta que, "primeiro e antes de tudo, porque ele expressava os anseios de grande parte da população"¹⁷⁰. O "além" era uma questão viva, e ocasionou conversões.

¹⁶⁹ VEYNE, 2010, p. 46.

¹⁷⁰ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 357.

O cristianismo veio entregando nas mãos do povo respostas sobre a origem, o sentido e o futuro das vidas¹⁷¹, que jamais eles encontraram nos cultos primitivos europeus.

5.1 Plenitude dos tempos

“Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei”¹⁷². Alegar que a epopeia de Cristo e o surgimento do cristianismo ocorreram na “plenitude dos tempos”, nada mais é que afirmar que ele surgiu exatamente quando lhe era conveniente surgir, para que tivesse espaço, vasão e se expandisse.

No período em que teria ocorrido o ministério de Jesus, Roma era um grande centro comercial aos povos que circundavam o Império em todas as direções, especialmente na região do Mediterrâneo, e assim contribuiu para que o cristianismo chegasse a inúmeros povos, independentemente da natureza de seus costumes, línguas, religiões e tradições, uma vez firmado o controle nas referentes regiões. Apesar de ser mais natural pensar que a expansão da política e do poderio Romano fossem exterminar o cristianismo, não foi o que ocorreu, como vimos¹⁷³.

Oliveira afirmará que a sólida administração romana tornou mais fáceis e seguras as viagens e as comunicações¹⁷⁴. As estradas constituíram uma otimização sem precedentes no trânsito dentro dos limites imperiais, e isso será um ponto potencializador de vários dos pontos abordados adiante.

Há ainda um fator de grande relevância nos primeiros séculos, que é o das epidemias. Não era comum à religião tradicional romana, bem como às demais chamadas “pagãs”, o hábito de enquanto crença prezarem pelos enfermos, e tampouco alimentá-los em fases de necessidade. Em contrapartida, afirma Blainey que “ao cuidar de doentes e moribundos sem exceção, qualquer que fosse a religião professada por eles, os cristãos conquistaram amigos e simpatizantes”¹⁷⁵. Acrescenta ainda que quando a varíola se espalhou causando milhares de mortes em virtude da

¹⁷¹ VEYNE, 2010, p. 48.

¹⁷² BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, GI 4:4.

¹⁷³ ROSTOVITZ, 1961, p. 154; GIORDANI, 2002, p. 346.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, 1985, p. 04.

¹⁷⁵ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do cristianismo**. Tradução de propriedade da editora. São Paulo: Fundamento, 2011, p. 55.

baixa imunidade, entre os anos 165 e 180, os cristãos foram valorizados pelo socorro que prestaram, e setenta anos mais tarde a história se repetiria com a epidemia de sarampo em Roma.

5.2 Crise ideológica romana

Mas não se pode ver o triunfo do cristianismo apenas escorando-se em suas qualidades. Muito se deveu às próprias fraquezas que das demais crenças a ele contemporâneas, bem como da própria cultura e filosofia greco-romana. Reafirma-se que a vasta inserção na diversidade espiritual e ideológica do Império já remetem às fracas estruturas que esse cenário oferecia. Em questões de sociedade, econômica e política, a situação se tornava a cada dia mais instável e precária, e isso também tinha seus reflexos no âmbito ideológico¹⁷⁶. São nítidas as dúvidas em relação à própria perpetuação do Império mesmo entre as classes cultas, que geralmente não eram as que mais sentiam os efeitos negativos no quadro socioeconômico. O sentimento de falta de alicerces e de segurança parece se implantar nas mentalidades com dada abrangência, abrindo espaço para qualquer proposta distinta minimamente convincente que batesse às portas.

Num mundo conturbado e desesperançoso, o cristianismo ofereceu uma nova saída: entregar-se à sabedoria e soberania de um Deus criador, provedor e salvador. Essa proposta, para Aquino, Franco e Lopes, respondendo ao que pedia a mentalidade da época, “tranquilizou os espíritos” ao passo em que direcionou a natureza, o conhecimento e a sabedoria à ordem divina, daí o poder de conquistar as classes menos favorecidas e mais nobres no mesmo passo, agregando além dos mais humildes, toda série de categorias sociais: funcionários públicos, militares, proprietários de terras, comerciantes e artesãos. Diante da decadência a Igreja praticamente oferecia um Estado dentro do próprio Estado, num sentido de apresentar uma organização firme, com riquezas advindas de doações e uma hierarquia bem arquitetada e diversa¹⁷⁷.

5.3 Papel do Helenismo

O cristianismo sintetizava tanto as tradições hebraicas como as greco-romanas. Tendo surgido do judaísmo, assimilou o monoteísmo e a moral profética dos hebreus, conservando o Velho Testamento como a Palavra de Deus. Ao evoluir, assimilou

¹⁷⁶ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 359.

¹⁷⁷ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 359.

também elementos da filosofia grega. A habilidade de combinar o histórico monoteísmo judaico, que tinha muitos admiradores entre os gentios, com a filosofia racional dos gregos foi uma das principais razões do triunfo do cristianismo no Império Romano. Mas houve uma luta entre os conservadores, que não queriam nenhuma aproximação com a filosofia pagã, e os que reconheciam o valor do pensamento grego par ao cristianismo¹⁷⁸.

Pensar na filosofia grega como uma rival é quase sempre um erro. Muitos dos dogmas cristãos se edificaram através dos questionamentos a preceitos estabelecidos no contexto heleno¹⁷⁹, mas além disso o cristianismo deles se alimentou, e soube alçar-se dentro do seu poder de vazão.

Para eles [os pais da Igreja], não podia haver meio-termo entre a filosofia grega e a revelação cristã. Alguns dos primeiros pais da Igreja, porém – entre eles vários que haviam recebido educação grega –, defendiam o calor do estudo da literatura clássica. Achavam que a filosofia grega encerrava um lampejo da verdade de Deus, uma visão pré-cristã da sabedoria divina¹⁸⁰.

A influência grega se impôs, de forma menos ou mais limitada, a todo alcance romano, dentro ou fora dos limites imperiais, sugerindo novidades ao pensamento recorrente entre povos. Nos principais centros romanos essa vertente triunfou, lugares esses onde mais tarde seriam bem-vindos os acréscimos do pensamento cristão. O ponto é que a filosofia grega tornava mais aceitável a este do que ao paganismo tradicional. Dessa forma o cristianismo se instalará com relativo sucesso em qualquer lugar onde essas linhas filosóficas fossem influentes¹⁸¹.

Outra contribuição de inquestionável valor no sentido de preparar o mundo para o estabelecimento do Evangelho foi a disseminação do grego comum (*koine*, ou *Coiné*), língua na qual foi redigido e primeira língua através da qual foi pregado e disseminado. Mesmo nos dias de Cristo o grego já era a língua de maior alcance ao longo da costa mediterrânea, e quem falasse grego tinha grandes chances de se comunicar com sucesso em todo o Império¹⁸².

Para Perry, o sucesso do movimento cristão não se atrela apenas à expansão do pensamento grego, mas também à sua decadência. O declínio do helenismo trouxe uma mudança de paradigmas, e aí a revelação viria para suprir o vazio que o racionalismo dos filósofos fora incapaz de preencher, já que não servia para satisfazer

¹⁷⁸ PERRY, 1999, p. 133.

¹⁷⁹ PERRY, 1999, p. 137.

¹⁸⁰ PERRY, 1999, p.133.

¹⁸¹ OLIVEIRA, 1985, p. 05.

¹⁸² PERRY, 1999, p. 137.

as necessidades emocionais do homem comum. Fique posto que no processo o pensamento mítico tradicional sequer chegara perto de desaparecer por completo¹⁸³.

5.4 Papel do Judaísmo

Tão amplamente está o papel judaico atrelado ao grego, que se faz inevitável a repetição de alguns conceitos. Mas no tocante ao judaísmo estritamente, é improvável que qualquer pessoa introduzida ao tema tenha por novidade sua influência no cristianismo. Em primeiro lugar, está aí o berço da religião cristã e de suas bases ideológicas, desde o Antigo Testamento e suas profecias messiânicas, que para os cristãos apontaram para Cristo e Nele se revelaram.

A história põe os judeus exatamente nesse posto de “genitores” do povo cristão (ou sua manjedoura, com a permissão da referência). É fácil concordar com Oliveira quando alega ser difícil imaginar as palavras de Cristo se construindo de forma a apontar aos mesmos caminhos em meio a outro povo que não o judeu. Em essência o fizeram em razão de se terem firmado como uma nação cuja maior esperança era a de um salvador e redentor messiânico, esperança esta que em si só já destoava do cansaço e da desilusão encontradas no pensamento grego. Como era de se esperar, naquele contexto surgiram também os primeiros seguidores do culto cristão¹⁸⁴.

O judaísmo foi fundamental ainda na disseminação. Judeus foram espalhados ao longo do Império e pela costa do Mediterrâneo especialmente após a queda de Jerusalém. Em qualquer lugar onde fossem, construía sinagogas¹⁸⁵. A expansão cristã muito se deu através das mesmas, provavelmente pela familiaridade entre os discursos. Mesmo Paulo em suas viagens missionárias quase sempre optava por iniciar seu evangelismo nesses templos nas cidades onde ia. Fáceis de serem encontradas, podiam ser vistas nas mais remotas localidades, desde a Sicília até o Mar Negro, no sul da Arábia, na Etiópia, entre outros. Muitas vezes eram o centro da vida social, abrigando bibliotecas e até hospícios.

Embora a religião fosse de início praticamente restrita a hebreus, sua atração havia aumentado e muitos pagãos tradicionais e outros não-judeus aceitavam sua

¹⁸³ PERRY, 1999, p. 131.

¹⁸⁴ OLIVEIRA, 1985, p.7-8.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, 1985, p.7-8.

ética e seus códigos e congregavam nas sinagogas, embora, como já explicitado, nem sempre se submetessem à circuncisão. O fato pode servir para demonstrar que a variedade era lá aceita, abrindo portas a esses cristãos prosélitos que chegavam.

Outro fator que contributivo nesse sentido foi a substituição gradativa da língua hebraica e aramaica pela grega¹⁸⁶, que vem a ser esse referido ponto de contato entre o cristianismo e as demais culturas.

5.5 Deficiências do paganismo

O primeiro problema do paganismo imperial é que ele “aceitava qualquer coisa” (essa aceitação, entretanto, tinha limitações a certas divindades consideradas imorais, é importante frisar), e falta de critérios não costuma inspirar confiança. Veyne traz que para um pagão comum os deuses de outras culturas eram apenas deuses estrangeiros, e não inexistentes, e era normal receber divindades no Império da mesma forma que se aclimatavam plantas de outras regiões, sem empecilhos éticos. Ou mesmo se encontravam deuses de diferentes localidades e se os tratava como se fossem a mesma divindade com nomes diferentes, semelhante ao que se vê hoje no Brasil nas festividades a Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes. “Pagãos incrédulos raramente diziam: ‘Os deuses não existem, não são verdadeiros’; limitavam-se mais habitualmente a dizer: ‘É inútil prestar-lhes um culto pensando em conseguir seu favor, sua proteção’”¹⁸⁷.

Além de tudo, segundo Veyne, o monismo filosófico dos eruditos não descartava a crença em deuses subordinados a uma divindade maior, o que cria brechas para a pregação dos Evangelhos¹⁸⁸. Vê-se por exemplo essa abertura sendo utilizada no capítulo 17 do livro de Atos dos Apóstolos, onde Paulo se usa de um altar ao “deus desconhecido” em Atenas para falar de *Yahweh*. O paganismo tradicional, por sua vez, apesar de majoritário estava desgastado, enquanto o cristianismo inspirava um sentimento vanguardista, de novidade¹⁸⁹. Os imperadores divinizados

¹⁸⁶ BLAYNEY, 2005, p. 103.

¹⁸⁷ VEYNE, 2010, p. 62.

¹⁸⁸ VEYNE, 2010, p. 38.

¹⁸⁹ VEYNE, 2010, p. 108.

em Roma, juntamente com os deuses estrangeiros e divindades menores, já suscitavam desconforto por sua incompletude¹⁹⁰.

Poder-se-iam citar inumeráveis autores para provar o número e a inutilidade de tais divindades. Um escritor dessa época observa satiricamente: 'É mais fácil achar um deus do que um homem' [Petrônio, Sat. XVII]. Lívio, falando de Atenas, capital da Grécia, diz que estava cheia de imagens de deuses e de homens enfeitados com toda a espécie de material e com toda a perícia da arte [Tito Lívio, 45,27]. Outro escritor declara: "Por todos os lados há altares, vítimas, templos e festas" [Luciano, *Prometheu*, livro I, p.180]¹⁹¹.

Essa espécie de ingenuidade do paganismo romano se mostrará inclusive na aceitação quase passiva das aproximações de Constantino ao cristianismo, como se isso nada fosse. Em 321 o paganismo já seria uma prática considerada ultrapassada¹⁹².

A tolerância do paganismo em relação às religiões alheias não é tão distante da cristã em nossos dias. Sempre há grupos mais radicais, mas nada que impeça qualquer religião de se instalar, erguer seus templos e proclamar sua crença no Ocidente cristão. Assim como já se fala em mundo pós-cristão, se pode falar em mundo pós-pagão no tocante à Europa do século IV.

5.6 Vantagens e conveniências do cristianismo

Os historiadores, quase em uníssono, usam o termo "superioridade" para definir o cristianismo diante das ideologias da época, algumas das quais cruciais para a escolha de Constantino. Conforme Giordani, a mensagem de salvação, a pregação da imortalidade e o "sublime" apelo à caridade vieram de encontro aos anseios da população, cansada da inconsistência pagã, o que explica também a vazão dos demais cultos orientais¹⁹³, mas acrescenta, em tom quase espiritualizado:

Todas essas religiões, entretanto, embora pretendessem também apresentar uma mensagem de salvação e de imortalidade, não puderam competir com os ideais sublimes do Cristianismo. Nada havia nelas que se assemelhasse à caridade cristã pregada com tanta ênfase por S. Paulo. Só o Cristianismo atingia o interior da alma e produzia a renovação total, gerando o novo homem, de que fala o Apóstolo das Gentes. Esta renovação interior e total do espírito é que explica a resistência persistente dos cristãos diante das ameaças e das torturas¹⁹⁴.

¹⁹⁰ SCOTT, Benjamin. **As catacumbas de Roma**. 4.ed. Tradução de José Luiz Fernandes Braga Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 1982, p.14.

¹⁹¹ SCOTT, 1982, p.14.

¹⁹² VEYNE, 2010, p. 151.

¹⁹³ GIORDANI, 2002, p. 347.

¹⁹⁴ GIORDANI, 2002, p. 347.

Para Veyne isso prejudicava a religião da elite por esta ser mais exigente em cobranças que provedora de curas, boas colheitas, etc. Durante as tentativas de afirmar ou restaurar o paganismo, os imperadores se concentraram mais em sua imposição que na exposição dos méritos da crença. Mas só uma autoridade poderia, ainda assim, afirmar o cristianismo no mundo como ocorreu, e esse foi o papel de Constantino¹⁹⁵.

Para Duffy, a nova fé foi a única capaz de atender a todos esses quesitos e de oferecer um ponto de referência intelectual e moral uno em um código de simples assimilação. As parábolas ecoavam bem onde os discursos dos filósofos falhavam¹⁹⁶.

Assim se espalhou a mensagem, aproveitando-se dos quarenta anos finais do século III, com perseguição relativamente leve, tornando-se dominante em várias cidades do Império, principalmente no Leste.

5.6.1 Proximidade

A vantagem da proximidade remete à questão de que a mensagem cristã se fazia mais próxima da realidade humana que o misticismo pagão. A fé não se restringiria mais a figuras mitológicas e impalpáveis. Para Veyne, o que se trazia e que gerava tantos interessados e adeptos não era uma mera esperança no além, mas a descoberta de um grande e complexo projeto divino do qual o homem era alvo, num quadro onde até mesmo a imortalidade e a incerteza da salvação eram só implicações¹⁹⁷.

A figura de Cristo se marcava também por seu tempo na Terra, como homem, do qual havia relatos e uma proximidade histórica considerável. O Messias não era mais um deus vivendo em uma temporalidade inalcançável e nem vivera num Olimpo inacessível. A mensagem o trazia como humano, vivido há pouco tempo, no mesmo Império, visto por muitos, real. Mas é justo considerar que a época se fazia bastante receptiva aos “homens divinos” (*theoí andares*), aos taumaturgos e profetas que muitos tomavam por mestres com facilidade¹⁹⁸.

¹⁹⁵ VEYNE, 2010, p. 36.

¹⁹⁶ VEYNE, 2010, p. 52.

¹⁹⁷ VEYNE, 2010, p. 52.

¹⁹⁸ VEYNE, 2010, p. 43.

5.6.2 A universalidade e a mensagem do amor ao próximo

A aceitação do cristianismo às massas, mesmo as consideradas mais indignas no Império, trouxe sua fatia de membros. Um escravo só aí era visto como um igual, e não mais inferior. As próprias Escrituras continham trechos que dialogavam de forma direta a eles. Blainey alega que a fé cristã funcionava bem como um fator de unificação imperial justamente por ser inter-racial¹⁹⁹, além de não distinguir classes.

Para Veyne o cristianismo configurava uma verdadeira contrassociedade, que desafiava as elites redistribuindo a riqueza através da esmola. Tinha ainda uma literatura própria, uma cosmovisão, a própria metafísica, tudo sob uma autoridade eclesial. Agia de forma completa em vários espaços²⁰⁰, e especialmente se impunha pela pregação do amor fraternal, o amor ao próximo, base de quase tudo o que se fazia. Fator este que trazia um sentimento de união e resistência às ameaças, e um diferencial em relação aos outros cultos²⁰¹.

O caráter universalista do cristianismo, que acolhia sem eu seio a todos, humildes e poderosos, e pregava a igualdade virtual de todos perante o mesmo Pai Celeste, constituiu, sem dúvida, outro fator não só de superioridade sobre os demais credos, mas, principalmente, de união e de resistência aos perigos e ameaças²⁰².

5.6.3 Originalidade

Outro elemento a se considerar, este trazido com ênfase por Veyne, é o da originalidade. Uma vez que este é plenamente ligado a todos os demais, já que os diferenciais do cristianismo configuram suas vantagens, se faz inevitável também a retomada de alguns temas. Segundo ele, o rápido crescimento fora devido à sua singularidade, especialmente no ser uma “religião de amor”, bem como na existência da autoridade sobre-humana de Jesus. A vida se tornava mais intensa nessas perspectivas, se enquadrando em regras que por sua vez geravam um estilo de vida quase que completamente novo, imerso em significado no projeto cósmico da divindade criadora. Por mais que as filosofias tentassem dar sentido à existência, não sugeriam uma forma de viver e não davam um parâmetro seguro como o que a crença cristã passava a oferecer²⁰³. Concomitantemente se entendia com relativa facilidade

¹⁹⁹ BLAINEY, 2011, p. 57.

²⁰⁰ VEYNE, 2010, p. 64.

²⁰¹ VEYNE, 2010, p. 54.

²⁰² GIORDANI, 2002, p. 347.

²⁰³ VEYNE, 2010, p. 37.

o que deveria ser levado em conta e o que não. Provavelmente com menos conceitos relativos, a insegurança de não se saber se estava errando ou acertando era menor.

A originalidade do cristianismo não é o seu pretensão monoteísmo, mas o gigantismo do seu deus, criador do céu e da terra, gigantismo estanho aos deuses pagãos e herdeiro do deus bíblico; o deus do cristianismo é tão grande que, apesar do seu antropomorfismo (o homem pôde ser feito à sua imagem), pôde se tornar um deus metafísico: sem deixar de manter seu caráter humano, vivo, apaixonado, protetor. O gigantismo do deus judeu permitirá que ele um dia assuma a função de fundamento e de autor da ordem cósmica e do Bem, função desempenhada pelo deus supremo no pálido deísmo dos filósofos gregos²⁰⁴.

Esse antropomorfismo trazido por Veyne se vê muito mais no cristianismo que no próprio judaísmo. Deus, o Pai, não podia ser descrito em forma e nem era lícito que Dele se fizessem imagens, bem como permaneceu sendo lei a qualquer figura no intuito de veneração enquanto durou o cristianismo judaico. Segundo muitos teólogos a “imagem” de Deus no homem é a presença do atributo espiritual, ou mesmo uma igualdade em funções, não necessariamente remetendo à semelhança física. Todavia a figura de Cristo agora existia, e esse fator humano do Criador que se faz carne e anda entre os homens como um semelhante torna muito mais íntima a proposta cristã.

O culto trazia em si ainda o diferencial de não ter imagens em seus templos, que por sua vez apesar de existirem não eram também “sagrados”, já que o “templo do Espírito Santo” era o próprio convertido a Cristo, e a sacralidade se centrava assim em Deus e no homem, e não no material. Cada crente em Cristo seria um dos tijolos do que se chamava Igreja. O próprio conceito do sujeito dentro de um local sagrado não tinha mais razões de ser, mas retornaria justamente por influência romana.

Apesar de a essência da mensagem dos Evangelhos ser de simples assimilação, Veyne alega que tamanha originalidade nos preceitos só podia ser entendida por uma elite de “virtuosos”, e o cristianismo por isso necessitou de um fator como a pessoa de Constantino e de algumas adaptações posteriores ao povo menos erudito, como o culto aos santos, que trazia a familiaridade com o culto politeísta das massas (nem sempre a originalidade torna o processo mais fácil)²⁰⁵.

5.6.4 Sofisticação

²⁰⁴ VEYNE, 2010, p. 39.

²⁰⁵ VEYNE, 2010, p. 74.

A sofisticação, por sua vez, é intrinsicamente ligada à originalidade. O necessitar de uma elite de “virtuosa” para que na profundidade o cristianismo fosse compreendido, remete a um outro ponto forte, que é o refinamento em relação às demais religiões e filosofias da época. Já encontramos tal questão nas palavras de Eusébio, quando escreve: “A vida dos homens, em tempos antigos, não era capaz de receber a doutrina de Cristo na plenitude totalmente abrangente de sua sabedoria e virtude”²⁰⁶.

Um fator que já traz diferencial é a necessidade de uma profissão de fé, onde simplesmente se dizer cristão não bastaria. Havendo algo ainda mais profundo nos entremeios que era a relação direta com Deus, o que era inexistente no paganismo (apesar de presente no judaísmo, de forma mais seleta). Afora isso, quase todo cristão sabia que para o ser, deveria estar disposto até a enfrentar o martírio²⁰⁷.

Salvo o rigor entre os raros “virtuosos” religiosos pagãos como Élio Aristides, o paganismo nada oferecia de comparável ao cristianismo, nem longinquamente, assim como as célebres ‘religiões orientais no Império Romano’. A exceção única era o judaísmo que, de Roma à Ásia, tinha então um grande sucesso. O cristianismo devia uma parte de seu sucesso a esse sucesso do judaísmo, religião como ele original e que tinha um sentido sublime e patético nas relações entre as divindades e os homens²⁰⁸.

Possuir uma Igreja era igualmente uma característica que, para Veyne, expressava particular sofisticação.

[...] uma crença exercendo autoridade sobre aqueles que dela compartilhavam, apoiada sobre uma hierarquia, um clero superior em natureza, ao laicato num quadro geográfico. Lado a lado com o amor, com o asceticismo e com uma pureza desinteressada por este mundo cá de baixo, a psicologia dos cristãos incluirá também o gosto pela autoridade. O paganismo não conhecia nada de semelhante a essa poderosa máquina de conquista e de enquadramento²⁰⁹.

Aos olhos dos neoplatônicos o cristianismo nada mais era que uma história popular, mas ainda filosófica, estando em nível bem acima do paganismo tradicional. Ele se considerava a única verdade à toda a humanidade, evocando uma imensa significação sobrenatural e trazendo a igualdade espiritual. Era de fato capaz de convencer por seus méritos os eruditos e até se aparentava digno de um imperador como Constantino²¹⁰. A grande questão não era tanto o número de adeptos, mas o

²⁰⁶ CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da Igreja Cristã. Tradução de Lucy Iamkami e Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2012, p. 19.

²⁰⁷ VEYNE, 2010, p. 63.

²⁰⁸ VEYNE, 2010, p. 78.

²⁰⁹ VEYNE, 2010, p. 65.

²¹⁰ VEYNE, 2010, p. 40.

grande lugar que o cristianismo ocupava nos debates e na opinião pública, nascido, como alega Veyne, novamente de sua superioridade nesse sentido em relação ao paganismo. Alega na sequência que talvez nenhuma religião tenha no decorrer dos séculos conhecido um enriquecimento intelectual e espiritual igual ao cristão²¹¹.

Alguns historiadores agnósticos acharão pouco científico estabelecer uma escala de méritos entre as religiões. Mas, no meu modo de ser, isso não é violar o princípio de neutralidade axiológica – é como reconhecermos a superioridade de certas criações artísticas; superioridade em relação à qual os contemporâneos não foram menos sensíveis que nós. Por que a imaginação criadora das religiões não teria, ela também, suas obras-primas?²¹².

5.6.5 Proselitismo

O proselitismo é uma questão simples, de fácil compreensão, mas essencial. Veyne argumenta que o Evangelho se disseminou até a regiões isoladas como a Britânia e, apesar de fraco, existia também na Gália central e do norte, bem como ia a locais que extrapolavam consideravelmente os limites imperiais. Como alcançar tal influência sem prosélitos? Acrescenta o autor que os cristãos se organizavam em um corpo uno e completo, o que não ocorria com o paganismo, que não tinha também sacramentos, livros sagrados, liturgias, apologéticas, uma doutrina moral, dogmas, etc.²¹³. Um cristão por sua vez contava com toda essa estrutura e com uma missão primordial: a Grande Comissão: “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém”²¹⁴.

As missões cristãs, segundo se sabe, tem sua ordenança nesse momento em que Cristo ascende aos céus, mas só iniciariam a evangelização massiva a partir do advento dos Pentecostes, já que aguardavam a prometida vinda do “outro consolador”, no caso o Espírito Santo, que teria nesse episódio se feito perceber. O cristianismo se faz então, em sua essência e por mérito, uma religião prosélita. Nesse caso, em quesitos de disseminação, uma religião prosélita terá vantagens sobre outra para a qual esse é um fator desimportante.

Legalizando a Igreja, estabelecendo-a, favorecendo-a, fazendo dela sua religião pessoal, Constantino fortificará um organismo completo, acionará

²¹¹ VEYNE, 2010, p. 35-36.

²¹² VEYNE, 2010, p.35-36.

²¹³ VEYNE, 2010, p. 64.

²¹⁴ BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, Mt 28:19-20.

uma formidável máquina que pouco a pouco irá enquadrar e cristianizar a massa da população e até mesmo enviar missionários aos povos estrangeiros. Porque o cristianismo ainda tinha mais uma particularidade, era prosélito, ao passo que o paganismo e o judaísmo raramente buscaram persuadir os outros a adotarem suas divindades. Não contente em ter professado e assumido o risco de se dizer verdadeiro, o cristianismo era uma religião universalista²¹⁵.

5.6.6 Mensagem do amor divino

Findando Veyne o esmiuçar do tema das vantagens da religião cristã em relação às suas contemporâneas, alega haver mais uma, que é a principal. Segundo ele, o medo da condenação não parece apresentar dificuldade às conversões, que estavam menos centradas em arrependimento e condenação que no fato de que Deus amava a humanidade e o indivíduo, tornando os motivos para a conversão mais elevados que o medo da morte²¹⁶ (o que prova-se no martírio). Dada a distância temporal em relação ao momento histórico abordado, são mais vivas as lembranças do medievo que as referentes à antiguidade, e sabe-se assim que essa ideologia, tendo existido, não se estendeu à continuidade pós-romana, quando a pregação e o uso do medo seriam visíveis estando a Igreja em posição de poder. Mas até então o medo era o que se tinha desde o início se imposto à própria Igreja, com a personificação espiritual do Diabo e física do Império.

A diferença específica a ser posta aqui é que era uma religião de amor, acima de tudo do imerecido amor de Deus, atributo acerca do qual disserta o Veyne:

Outra diferença específica do cristianismo era ser uma religião de amor. Por meio do profeta judeu Jesus de Nazaré, esse amor é o desenvolvimento (além e tudo ligado à família, se assim ousamos dizer: o Pai, a Mãe, o Irmão, o Filho) da relação não menos original entre Javé e os seus nos Livros históricos da Bíblia e mais ainda nos Salmos [...] a misericórdia de um Deus que se apaixona pela sorte da humanidade – não, da humanidade não, mas pela sorte das almas, uma a uma, a minha, a sua, e não apenas pela sorte dos reinos, dos impérios ou da humanidade em geral; um Pai cuja Lei é severa, que faz com que você ande retamente, mas que, como o deus de Israel, está sempre pronto a perdoar.

Uma patética relação de amor reunia de modo profundamente piedoso humanidade e a divindade em torno do Senhor Jesus. Entretanto, por sua vez, a alma humana recebia uma natureza celeste. O paganismo não ignorara totalmente a amizade entre uma divindade e um determinado indivíduo (pensando em Hipólito de Eurípedes, que ama Artêmis); em compensação (pensemos na atitude distante de Artêmis diante de Hipólito morrendo). Ignorou qualquer relação apaixonada e mútua de amor e de autoridade, relação que não termina nunca, que não é ocasional como no paganismo, porque é essencial tanto para Deus como para o homem. Quando um cristão se punha em pensamento diante de seu deus, sabia que não deixava de ser olhado e de ser amado. Enquanto os deuses pagãos viviam antes de tudo para si mesmos. O homem-Deus, em compensação, o Cristo, sacrificou-se pelos homens²¹⁷.

²¹⁵ VEYNE, 2010, p.66.

²¹⁶ VEYNE, 2010, p. 50-51.

²¹⁷ VEYNE, 2010, p. 40-41.

Com todas as semelhanças narrativas que pode ter o relato bíblico com outras crenças, aí está um diferencial à época que se mostrou novo e à sua forma inigualável, de um Deus que não precisa dos homens mas escolheu se deixar amá-los, de um Filho que decide abrir mão de Sua glória e pagar por si a dívida dos homens que chamou de primícias da Criação, numa relação que, diferindo do paganismo, não envolve troca de favores e nem oferendas, mas um perdão oferecido que basta ao homem aceitar e o carregar em si. Querendo ou não, aí está algo completamente distinto do que se viu em qualquer outra época e crença que se conheça.

Na verdade, outro motivo de conversão foi, para o novo fiel, um zelo moralizador, parente do estoicismo popular, um gosto pela respeitabilidade, esse orgulho humilde. Várias pessoas são sensíveis ao calor ético e ficam logo atentas a uma pregação moral. Não se adora o Deus cristão com oferendas, não se lhe sacrificam vítimas, mas obedece-se à sua Lei. O papel fundamental que a moral desempenha no cristianismo era amplamente estranho ao paganismo; tratava-se de mais uma originalidade cristã. Para surpresa nossa, os textos cristãos falam com muito mais frequência desse moralismo do que de amor²¹⁸.

5.6.7 Continuidade

Por fim, o último argumento levantado é o da continuidade. Já se falou da quebra de paradigmas, mas houve também a manutenção e adaptação de alguns, o que permitiu que certos traços culturais não precisassem ser quebrados para que o cristianismo se firmasse.

Uma primeira questão a se considerar é que a fé cristã compartilhava já de todas as virtudes que o paganismo conhecia, de forma que, por exemplo, as legislações contra os abusos sexuais que propõe Constantino não se sabe se tem influência cristã ou não. Desde Augusto uma moralidade estava escrita e fazia parte do senso comum, de forma que não houve aí algo a ser introduzido pelo cristianismo²¹⁹. “Em suma, o cristianismo foi uma inovação, uma invenção, uma criação, todas as coisas de que a história é feita, ainda que alguns historiadores não possam admiti-lo, sem dúvida por uma falsa concepção do determinismo histórico e do papel das condições anteriores”²²⁰.

²¹⁸ VEYNE, 2010, p. 43-44.

²¹⁹ VEYNE, 2010, p. 73.

²²⁰ VEYNE, 2010, p. 78.

6 CONSTANTINO

Na história do cristianismo, nenhum outro acontecimento desde a crucificação de seu fundador foi tão influente quanto a mudança de atitude do jovem imperador Constantino no ano de 312. Ele ofereceu tolerância cívica aos cristãos e restaurou propriedades que lhes tinham sido confiscadas. Com sua mãe, começou a construir grandiosas igrejas, uma das quais em local tão distante quanto Jerusalém²²¹.

Constantino foi inegavelmente uma das personalidades mais marcantes da história cristã. Quanto à sua influência ter sido positiva ou negativa, há divergências, e grandes. Indubitavelmente sem ele a nova religião não teria o alcance que no mundo teve com a mesma eficiência, ao menos não de forma tão rápida, mas as mudanças que a institucionalização e o poder trouxeram geraram uma forma de cristianismo que não condizia com o ideal apostólico, conhecida por cristianismo greco-latino. Todavia, antes de chegar a Constantino, carece ser trabalhado o contexto do qual ele surge e no qual se impõe.

6.1 Tetrarquia e supremacia

Constantino seria impulsionado pelo desenrolar de eventos num sistema de tetrarquia instituído numa situação traumática no Império. Há entre os anos 235 e 284 grave crise institucional e social, quase paralisando a economia e desvalorizando a moeda a níveis incontornáveis. As fronteiras a cada dia sofriam mais pressão dos povos bárbaros e o exército, bem como o Senado, havia perdido muito de sua autoridade e autonomia²²². Essa crise do século III (adentrando-se no século IV) muito tem a ver com a crise escravista (é por muitos denominada simplesmente de “Crise

²²¹ BLAYNEY, 2005, p. 109.

²²² BOURBON, Fabio; LIBERATI, Anna. **A Roma Antiga**. Coleção Grandes Civilizações do Passado. Rio de Janeiro: Folio, 2005, p. 45.

Escravista” por esse motivo), já que com a paralisação da expansão de fronteiras se perdera, além dos saques, a oferta de mão-de-obra escrava, que se obtinha justamente de terras conquistadas. Além disso, após saídas a serviços militares, nem sempre produtores conseguiam retomar a agricultura, e vários migravam às cidades, deixando de produzir e inflando os centros urbanos, piorando a situação, contexto no qual se dá o sistema de Colonato.

Para Perry a deterioração do exército e da qualidade de seus soldados acarretou ainda crescente falta de lealdade a Roma, além de motivar saques, conjunto que levava os soldados a atacarem civis e depor e impor imperadores. Os generais, que em boa parte pouco podiam confiar nas tropas ou por vezes mesmo em imperadores suspeitos, com dada frequência buscavam usurpar o trono e, uma vez no poder, tinham de comprar a lealdade de soldados e assegurar proteção contra os demais generais. Como decorrência, até 285 houve uma série de motins militares e guerras civis²²³. Como se não fosse suficiente, a peste e a doença também cumpriram seu papel na desestruturação imperial²²⁴.

Durante todo esse século até as reformas de Diocleciano, iniciadas em 284, o Império sofreu uma grave crise que se manifestou em todos os níveis, provocando lesões irreversíveis em sua estrutura: os conflitos fronteiriços com os povos bárbaros intensificaram-se até o ponto de a própria Roma sentir-se obrigada a construir novas muralhas; a desvalorização monetária atingiu o auge; o vazio de poder concretizou-se na sucessão violenta de imperadores militares que não conseguiam manter sua autoridade; o sistema de impostos desintegrou-se trazendo seríssimas consequências para os cofres públicos (que vinham minguando desde quando começaram a faltar as injeções de recursos provenientes dos tesouros obtidos nas conquistas); o campo foi abalado por revoltas camponesas. Além da falta de mão-de-obra que já analisamos; e, finalmente, a partir destas crises verificou-se – em todo o Império – uma tendência à ruralização e à auto-suficiência dos domínios como forma de sobrevivência. A partir das reformas de Diocleciano e de imperadores posteriores, esta última tendência adquire maior vigor [...] A redivisão das províncias e o conseqüente aumento da administração imperial aumentaram enormemente os fastos do tesouro público, acarretando elevação permanente dos impostos²²⁵.

Roma passa por uma sucessão de novos líderes, todos de governos breves num período denominado Anárquico. Aproveitando-se dessa situação é que tribos germânicas se aventuravam atravessando as fronteiras dos rios Reno e Danúbio para saques. A Pérsia, por sua vez, renascida e dirigida pela dinastia sassânida, atacava

²²³ PERRY, 1999, p. 118-119.

²²⁴ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 21.

²²⁵ FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo**: economia e sociedade (Grécia e Roma). 5.ed. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 94-95.

os governos do Oriente. Esses diversos combates foram de grande impacto, causando a destruição de cidades e interrompendo o comércio²²⁶.

Diante do quadro caótico, as tropas orientais proclamaram em 284 Diocleciano o Imperador. No intuito de controlar a crise, ele propôs uma série de reformas que manteriam a firmeza das estruturas romanas ainda por um século. Segundo Bourbon e Liberati, foram reformas graduais mas valiosas. O problema bárbaro nas regiões fronteiriças foi tido como prioritário e, pensando nisso, a opção foi sair de Roma e residir mais próximo às fronteiras, além de considerar que uma única pessoa não seria suficiente para governar um Império de tal magnitude, quanto mais em uma situação delicada como a em que se encontrava, propondo assim a divisão administrativa dos territórios²²⁷.

Inicialmente, em 285, Diocleciano nomeou Maximiano como coimperador, e em pouco tempo seriam quatro. Surge a Tetrarquia, um conjunto de quatro governadores onde dois Augustos nomeariam dois Césares. Com o Império dividido, Diocleciano designa a Galério no Ocidente e Maximiano a Constâncio Cloro no Oriente. Na prática o território é dividido não em duas partes com auxílio de subalternos, mas já em quatro partes, onde Diocleciano governava o Egito e as províncias orientais; Galério as províncias balcânicas; Maximiano a Itália e a África Proconsular; e Constâncio Cloro a Hispânia, a Gália e a Britânia.

A Tetrarquia logo mostrou seus benefícios e a defesa das fronteiras foi facilitada. A questão da sucessão é que não se mostrou tão eficiente, não funcionando por exemplo, em 305, quando Diocleciano, induzindo Maximiano a fazer o mesmo, decidiu se “aposentar” e retirar-se à vida privada²²⁸. Ineficiente, no caso, pelas disputas que suscitou após isso, quando “Os dois Césares, Galério e Constâncio, assumiram o poder, deflagrando uma luta acirrada entre os dois aspirantes a César que não chegaram a ser, Maxêncio e Constantino”²²⁹. A partir da morte de Constâncio Cloro, lutas sangrentas se seguiriam e esse se faria um marco na história tanto do Império como do cristianismo.

²²⁶ PERRY, 1999, p. 118-119.

²²⁷ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 45; GRANT; POTTINGER, 1965, p. 62.

²²⁸ PETIT, 1995, p.291; HURLBUT, 2007, p. 87.

²²⁹ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 45; GRANT; POTTINGER, 1965, p. 62.

Depois da abdicação de Diocleciano e Maximiano, Constâncio Cloro e Galero tornaram-se Augustos. Para secundarem, foram escolhidos Severo e Maximino Daia. Maxêncio, filho de Maximiano, e Constantino, filho de Constâncio Cloro, foram deliberadamente afastados. Quando seu pai morreu, na Bretanha, Constantino foi proclamado pelas tropas, em Julho de 306 conseguiu fazer-se reconhecer como César por Galero, ao passo que Severo acendia, pelo Ocidente, à dignidade de Augusto²³⁰.

Não cabe aqui esmiuçar todos os trâmites e personalidades envolvidas, mas seriam mais tarde proclamados césares Maximino e Severo. Na disputa por controle, Galério manda Severo (subordinado seu) lutar contra Maxêncio (filho de Maximiano, genro de Galério), ato no qual Severo é derrotado e morto; quando Maximiano cogita governar novamente, Maxêncio, seu filho, o manda para fora do território, e Maximiano procura a ajuda e proteção de Constantino.

Num intuito de ajuste de contas com Maxêncio, Constantino invade a Itália em 312, sendo em Roma a batalha decisiva, com vitória de Constantino. Este se encontraria ainda com Licínio em Milão, e Licínio, por sua vez, se casaria com a irmã de Constantino, Constância.

Ainda em Milão também elaboraram um Edito que dava liberdade a todos os cultos, inclusive o culto cristão, mudando bruscamente as perspectivas dessa religião. Com Licínio na posição de Augusto do Oriente e Constantino no Ocidente, o cristianismo enfim poderia respirar aliviado.

A essa época Constantino já se dizia cristão, ao contrário de Licínio. Logo a situação inspiraria ainda mais segurança à Igreja, quando Constantino força Licínio a abdicar e manda executá-lo amparado na acusação de inimigo do Império. Dessa forma, somente no ano de 323 Constantino assumiria o posto supremo de imperador²³¹.

Segundo Nony, ao ser eliminado Licínio, a instituição imperial adquiriria um aspecto ainda mais monárquico:

Agregava dois, três ou quatro Césares, conforme o momento: Constantino II, nomeado em 317, Constâncio, em 324, Constante, em 335, Delmácio, seu sobrinho, em 335, Crispo, designado em 317 e executado em 326. Mas estes jovens, vagamente prometidos ao Império e estabelecidos em territórios com fronteiras flutuantes, deviam tudo a seu pai, ao qual estavam inteiramente subordinados. O seu apagamento reforça o carácter monárquico do poder Constantino²³².

²³⁰ NONY, 2000, p. 267.

²³¹ DREHER, 2004, p. 60; BLAINEY, 2011, p. 58; DREHER, 2004, p. 59; HURLBUT, 2007, p. 87.

²³² NONY, 2000, p. 270.

6.2 Religiosidade pré-conversão

Constantino é conhecido como o primeiro imperador cristão a se converter, não nascendo, portanto, em um lar de cultura cristã, ao menos não da parte do pai. Também, ao contrário do que se pode deduzir, não era adepto antes disso do paganismo romano tradicional.

Para Giordani, por primeira etapa da vida religiosa de Constantino se pode ter a adesão a um paganismo puro provavelmente vindo de casa, já que o que Constâncio professava se pode descrever mais como uma espécie de sincretismo apontado ao deus Sol, em voga entre filósofos e místicos pagãos no século III; uma segunda etapa remeteria à homenagem exclusiva ao “espírito divino por quem o universo é governado e cuja encarnação quase simbólica é o Sol” (uma espécie de monoteísmo filosófico com uma linguagem estoica ou neoplatônica); a terceira etapa, enfim, é conferida ao cristianismo²³³.

6.2.1 Mitras

O referido culto ao deus Sol, da segunda fase citada por Giordani, diz respeito diretamente ao culto Mitraico. É importante não apenas por ter feito parte da vida de Constantino de forma enfática, mas por ter exercido grande influência sobre o cristianismo greco-latino, que se instituiria a partir daí.

Importante culto religioso oriental tendo como referência Mithra, divindade vinda da Pérsia (atual Irã), conhecida sobretudo por documentação arqueológica e iconográfica. Muito popular no Império Romano, a partir do século II, essa divindade fora também cultuada na Índia védica²³⁴.

Nos termos trazidos por Giordani, com acréscimos de outros autores, é um culto oriental de origens indo-europeias com traços da religião e da astrologia babilônicas, e é importante notar que teria sido levado diretamente ao Ocidente sem sofrer a intermediação grega. O culto persa seria disseminado por soldados, negociantes e escravos de províncias da Ásia gradualmente incorporados ao Império, movimento ao qual apenas a Grécia permaneceria fechada.

Como já posto no tópico referente ao contexto romano, essa era acima de tudo uma religião de luta, de esforço e de disciplina, o que encaixava perfeitamente com a

²³³ GIORDANI, 2002, p. 348.

²³⁴ AZEVEDO, 2002, p.260.

ideologia militar, além do que o culto a *Mithra* era, sim, exclusivo a homens²³⁵. Esse deus, noutros tempos inimigo de Roma, se torna um ídolo aos soldados e, agradando aos militares, tendo eles a importância que tinham no Império Romano, era também pertinente a um imperador²³⁶. Saber se a fé vinha da conveniência ou se brotava de uma fonte genuinamente espiritual é tão difícil quanto o é em relação à conversão de Constantino ao cristianismo.

No madeísmo, Mithra se apresenta associado ao deus supremo, Ashura Masda, sem maiores destaques; porém as circunstâncias históricas que levaram à sua celebração, na Pérsia, na Índia e em Roma são difíceis de serem diagnosticadas. Mithra não é fruto da união de duas divindades. Ele nasce numa rocha, é Mithra *petrogenese* ("gravado na pedra"). De um rochedo, Mithra faz jorrar uma fonte e, após firmar aliança com o Sol, entra em luta com um touro, matando-o. No imaginário mitraico, essa luta é fundamental, permanente: é a *touroctonia*, ou seja, a imolação do animal cujo sangue vivifica o seu²³⁷.

Na sequência acrescenta ainda Azevedo que o símbolo de *Mithras* passaria a ser o Sol (daí a nomenclatura "Deus Sol") uma vez tendo a divindade firmado uma aliança com o astro. Era menos famoso na Pérsia do que fora em Roma, onde seria por vezes associado a Apolo, pela própria relação desse deus com o Sol.

Apesar de manter um pensamento cíclico, e não linear, como o cristianismo, e apesar das demais distinções, para Dreher as semelhanças entre os cultos são várias, e não estão só nas influências mitraicas às práticas cristãs, já que havia um razoável número de fatores primordialmente existentes em ambos e que facilitariam a transição de Constantino. O autor cita que o culto a *Mithras* tinha uma espécie de batismo, uma ceia sagrada, épocas de jejum, um sinal da cruz, confirmação dos novos membros para que se tornassem soldados da luz contra as trevas, e havia também um culto de um novo nascimento, de conversão, de redenção e ressurreição²³⁸.

Em conversa informal no auxílio à produção do presente trabalho, alega ainda Dreher que a famosa figura da Santa Ceia, eternizada por Leonardo da Vinci, é praticamente idêntica à da Ceia Mitraica. Além disso, a luz por detrás das cabeças dos santos e de Cristo nas pinturas que fariam parte da arte sacra são o exato reflexo do que se dava na arte mitraica, sendo a luz uma referência à divindade solar.

²³⁵ GIORDANI, 2002, p. 305; AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral; GEIGER, Paulo. **Dicionário histórico de religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 262.

²³⁶ AZEVEDO, 2002, p. 260.

²³⁷ AZEVEDO, 2002, p. 260.

²³⁸ DREHER, 2004, p. 60.

Acrescenta Azevedo: “Os mitráticos acreditavam numa outra existência na qual os bons viveriam e os maus pereceriam. Antes de ser comemorado como aniversário de Cristo, o dia 25 de dezembro celebrava o nascimento de Mithra, *Solis Invictus*”²³⁹. O 25 de dezembro não é peculiaridade de Mithras, uma vez que remete ao solstício e, assim, foi data relacionada a várias divindades, e reconhecidamente atribui-la a Cristo foi, sim, uma influência pagã, como parte do projeto de assimilação de culturas bárbaras.

Segundo Nony, após a morte de Maximiano, misteriosamente eliminado depois de conspirar contra Constantino, este último põe-se sobre a proteção do *Sol Invictus*, ou Apolo, que era o alvo da devoção de Cláudio, o Gótico, criando uma lenda e uma genealogia fictícia na qual Constantino era de sua descendência²⁴⁰.

6.3 Aproximações com o cristianismo

Em primeiro lugar Constantino nunca fora um perseguidor e, ao menos no Ocidente, a tolerância já era vigente desde 306²⁴¹. Apesar de historicamente muito próxima, ocorrendo copiosamente no governo de Diocleciano, a “caça” aos cristãos já diminuía, e seu pai é um exemplo. Cita Blainey que algumas famílias de influência em grandes cidades do Império se sentiam atraídas pela doutrina cristã, pelos sacramentos e pela Igreja em si.

Constantino teria sido não uma exceção, mas fruto de algo já recorrente, e não foi também o primeiro, nem sequer em sua família. A mãe de Constantino, Helena, era cristã, e o nome da irmã remetia também ao cristianismo: Anastácia, que no grego significa “ressurreição”. O autor acresce ainda que, embora não fosse batizado, o próprio Constantino sempre carregava consigo um oratório para que pudesse adorar a Cristo durante as marchas com seu soldados²⁴².

6.4 Conversão

²³⁹ AZEVEDO, 2002, p. 261.

²⁴⁰ NONY, 2000, p. 268.

²⁴¹ VEYNE, 2010, p. 103.

²⁴² BLAINEY, 2011, p. 57.

A genuinidade da conversão de Constantino permanece sendo alvo de discussões, mas o momento e o cenário no qual teoricamente ocorreu é registrado por Eusébio:

Constantino, que já mencionamos como um imperador nascido de um imperador, o filho piedoso de um pai muito piedoso e virtuoso, e Licínio ao seu lado, eram ambos muito estimados por sua moderação e devoção. Estes dois soberanos piedosos tinham sido impulsionados por Deus, o Soberano universal, contra os dois amis profanos dos tiranos e, engajando-se na batalha de maneira extraordinária, Maxêncio caiu diante de Constantino. Mas o outro (Maximino) não o sobreviveu por muito tempo, sendo morto de forma mais ignominia por Licínio, que na ocasião ainda não tinha evidenciado sua loucura. Mas Constantino, que era o primeiro tanto em dignidade quando em posição imperial, primeiro teve compaixão daqueles que eram oprimidos em Roma, invocando como sua ajuda o Deus do céu e o seu Filho, e a palavra de nosso Senhor Jesus Cristo, o Salvador de todos, avançou com seu exército inteiro, fingindo restaurar os romanos àquela liberdade que tinham herdado dos seus ancestrais. Porém, Maxêncio, confiando mais nas artes de prestidigitação do que nos sentimentos dos seus súditos, não aventurou prosseguir além dos portões da cidade, mas fortaleceu todo o lugar, região e cidade com muitos soldados e inumeráveis tropas e guarnições [...]. Mas o imperador (Constantino), estimulado pela ajuda divina, saiu contra o tirano e, derrotando-o sem dificuldade no primeiro, segundo e terceiro combates, avançou pela maior parte da Itália e quase chegou aos portões de Roma [...] o próprio Deus atraiu o tirano, como que amarrado em correntes, a uma distância considerável dos portões; e aqui confirmou aqueles feitos miraculosos outrora realizados contra o ímpio²⁴³.

Ele descreve apaixonadamente, mas vale lembrarmos-nos de que sua obra é de uma biografia comprada por um imperador, e há assim, provavelmente uma grande porção de conteúdo propagandista.

[...] Maxêncio e seus combatentes e os guardas que o cercavam afundaram nas profundezas como pedra, quando fugiam diante do poder de Deus que estava com Constantino e atravessavam o rio a seu modo, sobre o qual tinha formado uma ponte unindo barcos e, assim, preparou os meios para sua própria destruição²⁴⁴.

É impossível saber o momento exato da conversão, mas certamente esse pode constituir um ponto de referência. A batalha final pela Itália, na ponte do Rio Mílvio (ou Batalha da Ponte Mílvia), seria o momento chave. Veyne corrobora o argumento e teoriza que o engajamento à nova religião se tornou conhecido em um prazo de dois anos. Se pode presumir que é posterior a 310, já que nesse ano há registros de sua adoração a Apolo²⁴⁵.

Conta a tradição, inspirada nas palavras de Eusébio em sua História Eclesiástica, que Constantino fora vitorioso na batalha à ponte do Rio Mílvio depois de ter implorado a Deus e a Jesus Cristo. Dreher nos traz que nas elucidações de Eusébio, este alega que Constantino lhe confidenciara que nos dias anteriores à

²⁴³ CESARÉIA, 2012, p. 361.

²⁴⁴ CESARÉIA, 2012, p.362.

²⁴⁵ VEYNE, 2010, p. 103.

batalha teria aparecido a ele e ao exército ao meio-dia uma luz sobre o Sol trazendo a inscrição “*In hoc vince*”, ou “Através disso vence”, e na noite anterior ainda Jesus teria lhe aparecido com uma cruz reluzente nas mãos, sugerindo que mandasse fazer aquele sinal, através do qual receberia proteção (como um amuleto)²⁴⁶.

O Crisma, símbolo visual da devoção do Imperador, surge aí, a 29 de outubro do ano 312 (dia seguinte à vitória na Batalha da Ponte Mílvia), como um símbolo talvez mais do cristianismo de Constantino que do cristianismo em si, mas que já era visto inclusive nas bandeiras e escudos do exército, e se espalharia. Para Dreher a população poderia não ver nisso mais que a glorificação de uma vitória em batalha, mas os ambiciosos agora poderiam deduzir qual era a religião favorita da figura mais poderosa de Roma²⁴⁷. Disseminando-se o boato, todavia, se tornaria praticamente consenso a adoção pelo Imperador da religião daqueles “ateus” antes perseguidos. A reação parece se limitar a uma surpresa indignada, e não chega a causar alvoroços, porque Constantino, como se verá, foi discreto e ponderado, sendo o astuto político que era. Agradou a muitos, mas aos que desagradou, tentou não desagradar por inteiro.

No dia seguinte esteve tão bem quanto a isso de que todos acreditassem em sua moderação que entre os enganados (ou cúmplices?) estava um escritor cristão muito ligado à corte, Lactância, que publicou um panfleto sobre os terríveis castigos que Deus infligia aos príncipe perseguidores, um dos últimos dos quais tinha sido Maxêncio. Aí está um escritor cristão que escreve a um amigo cristão sem dizer uma palavra sobre a divina surpresa de ter um cristão como imperador; Lactância honra da mesma forma os dois coimperadores legítimos, Constantino e o pagão Licínio²⁴⁸.

Para Duffy, essa mudança talvez tenha causado pouco impacto pela própria natureza do culto ao *Sol Invictus*, que tinha vários traços comuns ao culto cristão, mas seu recato proposital se vê de formas mais claras, como quando ergue o Arco de Constantino em comemoração à vitória de Maxêncio onde omite qualquer menção a Deus ou a deuses, atribuindo a vitória apenas à “inspiração divina”²⁴⁹. Acrescenta que a conversão provavelmente foi gradual, e que isso se vê, entre outros motivos, no fato de que ainda se continuaria a cunhar moedas com menções aos deuses por um bom tempo após sua chegada ao poder²⁵⁰. No ano de 325, entretanto, se tem registros de

²⁴⁶ DREHER, 2004, p. 61.

²⁴⁷ VEYNE, 2010, p. 128; VEYNE, 2010, p. 125-126.

²⁴⁸ VEYNE, 2010, p. 128-129.

²⁴⁹ VEYNE, 2010, p. 128; VEYNE, 2010, p. 125-126.

²⁵⁰ DUFFY, 1998, p. 18.

apontamentos mais enfáticos: “Numa ordem dirigida no ano de 325 a seus novos súditos orientais, cujo preâmbulo é uma longa oração pessoal, Constantino diz a seu Deus: ‘ponho sobre meus ombros a tarefa de restaurar Tua santíssima Morada, quer dizer, a Igreja universal”²⁵¹.

A religião de Constantino passou visivelmente a ser o cristianismo, mas ninguém ainda poderia prever se isso teria consequências de considerável escala especialmente no Estado. O Império continuava pagão, os cultos públicos permaneciam em exercício e o Imperador se mantinha no posto de sumo-pontífice, mas os privilégios à Igreja já no mínimo se igualavam aos do paganismo. De toda a forma, não era também anormal uma autoridade favorecer um deus, e um exemplo é Augusto com seu enaltecimento a Apolo²⁵².

6.5 O Edito de Tolerância

O primeiro grande evento após a vitória na Batalha da Ponte Mílvia pode ser considerado a promulgação do Edito de Tolerância, ou Edito de Milão, no ano de 313. Constantino e Licínio se reúnem um ano após a batalha para a tomada de decisões em relação ao futuro das políticas imperiais, e ali elaboram um Edito que na verdade perpetua e oficializa traços de uma tolerância já estabelecida por Galieno²⁵³. Encerra-se assim a era das perseguições oficiais. É ainda concedida total liberdade à Igreja e esta é transformada em um elemento de coesão no Império²⁵⁴. Lactânio, autor contemporâneo a Constantino e seu conselheiro, redige os elementos designados pelos imperadores (Lactânio, *De mort. persec.* XLVIII):

Nós, Constantino e Licínio, Imperadores, encontrando-nos em Milão para conferenciar a respeito do bem e da segurança do império, decidimos que, entre tantas coisas benéficas à comunidade, o culto divino deve ser a nossa primeira e principal preocupação. Pareceu-nos justo que todos, cristãos inclusive, gozem da liberdade de seguir o culto e a religião de sua preferência. Desta forma o Deus, que mora no céu, ser-nos-á propício a nós e a todos os nossos súditos. 4. Decretamos, portanto, que, não obstante a existência de instruções anteriores relativas aos cristãos, os que optarem pela religião de Cristo estão autorizados a abraça-la sem estorvo ou empecilho, e que ninguém absolutamente os impeça ou moleste... 6. Observei, outrossim, que também todos os demais terão garantida a livre e irrestrita prática de suas respectivas religiões, pois está de acordo com a estrutura estatal e com a paz vigente que asseguremos a cada cidadão a liberdade de culto, segundo sua consciência e eleição. Não pretendemos negar a honra devida a qualquer religião e a seus adeptos. 7. Outrossim, com referência aos cristãos, ampliando normas já estabelecidas sobre os lugares de seus cultos, é-nos grato ordenar, pela presente,

²⁵¹ VEYNE, 2010, p. 177.

²⁵² VEYNE, 2010, p. 127.

²⁵³ PETIT, 1995, p. 292.

²⁵⁴ BLAINEY, 2011, p. 57; BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 45.

que todos que compraram esses locais os restituam aos cristãos sem qualquer pretensão de pagamento... 10. Use-se da máxima diligência no cumprimento das ordenanças a favor dos cristãos e obedeça-se a esta lei com presteza, para se possibilitar a realização de nosso propósito de instaurar a tranquilidade pública. 11. Assim continue o favor divino, já experimentado em empreendimentos momentosíssimos, outorgando-nos o sucesso, garantia do bem comum²⁵⁵.

Após dois séculos de insegurança, as perseguições oficiais no Império Romano encontravam seu fim definitivo. Nas palavras de Hurlbut, “desde a publicação do Edito e Constantino, no ano de 313, até o término do império, a espada não foi somente embainhada, mas enterrada”²⁵⁶.

Constantino não pretendia impor a crença. Em 324, a religião cristã assumia com um golpe único uma dimensão mundial, e Constantino esmagava Licínio no Oriente, reestabelecendo a unidade do Império Romano. Em 312 a religião ‘tolerada’ era o cristianismo, em 324 era o paganismo²⁵⁷.

6.6 O Imperador cristão

Constantino, para Hurlbut, tanto em temperamento como por motivos políticos, e apesar do reconhecimento da religião cristã, era de fato tolerante aos pagãos. Não vetava sacrifícios a outros deuses, mas incrivelmente, apesar de isso ter permanecido por algum tempo, praticamente o único culto com o qual cessou foi o culto ao Imperador. Alguns títulos oriundos do paganismo permaneceram, como o de sumo-pontífice, e foram mantidas as virgens (vestais) em Roma, além do que, acrescenta Dreher, copiou o ato do pagão de Augusto e ergueu uma estátua em homenagem de si próprio no fórum e Roma, mas com um estandarte que levava o símbolo do Crisma²⁵⁸.

Buscando manter a unidade da Igreja ele preside em 325 o já referido Concílio de Nicéia, primeiro a discutir questões doutrinárias no Império²⁵⁹. Constantino não só trouxe à Igreja paz, mas também uma organização institucional mais sofisticada²⁶⁰.

Constantino respeita o abismo que separa o clérigo do laicato. Reúne sínodos e grandes concílios e lhes delega a tarefa de definir a cristologia, à maneira de um magistrado romano que distribui os juízes’ em um processo civil; em Nicéia, preside os debates sobre as relações do Pai e do Filho, sem tomar parte na votação. Mas

²⁵⁵ BETTENSON, 1998, p. 50.

²⁵⁶ HURLBUT, 2007, p. 88.

²⁵⁷ VEYNE, 2010, p. 19-20.

²⁵⁸ HURLBUT, 2007, p. 99; VEYNE, 2010, p. 127.

²⁵⁹ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 45; GRANT; POTTINGER, 1965, p. 62.

²⁶⁰ DUFFY, 1998, p. 18.

sugerira nos bastidores a solução que sem dúvida lhe tinha sido sugerida por Hósio, a saber, o dogma sobre essas relações que ainda hoje é dos católicos²⁶¹.

O que há de mais marcante depois do Concílio de Nicéia provavelmente é a mudança da capital romana para Constantinopla (atual Istambul). Segundo Hurlbut, Constantino compreendeu que Roma era uma cidade dominada pelas velhas tradições, intimamente ligada à adoração pagã e com cidadãos acostumados às referentes práticas, afora o fato de que sua posição geográfica a tornava vulnerável a invasões. A prova disso é que, no início da República, Roma fora cercada por exércitos estrangeiros, bem como seria outra vez mais tarde, e ainda posteriormente cercada por exércitos das próprias províncias romanas no período anárquico, e vários imperadores seriam assim depostos²⁶². Nada disso coincidia com o sentimento de mudança intrínseco nos eventos recentes e nem com os planos que se poderiam traçar a nível de futuro.

Constantinopla seria fundada no ano de 330 e serviria como símbolo de que o Oriente superara o Ocidente e de que o cristianismo superara o paganismo, e não se construiu na nova capital quaisquer monumentos ou templos que remetesse às religiões pagãs²⁶³. O local escolhido seria Bizâncio, cidade grega de origem milenar que encontrava-se em uma posição estratégica de contato entre Ásia e Europa (entre os estreitos de Bósforo e Helesponto). A natureza tanto favorecia essa localidade, que durante vinte e cinco séculos, segundo Hurlbut, foi pouquíssimas vezes invadida e conquistada, ao contrário de Roma²⁶⁴.

Ao passo em que era vetada a construção de quaisquer ídolos referentes ao paganismo, eram incentivadas as construções de basílicas cristãs. A maior delas ficou conhecida como Santa Sofia (“Sabedoria Sagrada”). Algum tempo depois seria destruída em um incêndio, mas reerguida pelo imperador Justiniano em 537²⁶⁵.

[...] esta [[a Igreja]] permanece submissa a esse príncipe benévolo que tem consideração por ela, que é protetor e propagandista da fé e que dá a impressão de se mostrar reservado. Eis que no ano de 314 é a ele que se dirigem os cristãos rebeldes da Igreja pedindo-lhe que julgue seu caso: ‘pedem meu julgamento, a mim que espero o julgamento de Cristo!’ E depois ele julgou, ou ele próprio designou juizes, o que dá no mesmo. Como observa Bruno Dumézil, até o fim do século todas as decisões de Constantino e de seus sucessores cristãos no campo da ortodoxia ou da

²⁶¹ VEYNE, 2010, p. 137.

²⁶² HURLBUT, 2007, p. 96-97.

²⁶³ DREHER, 2004, p. 66-67.

²⁶⁴ HURLBUT, 2007, p. 97.

²⁶⁵ HURLBUT, 2007, p. 98.

disciplina tiveram a marca do príncipe; o clero só desempenhou, na melhor das hipóteses, um papel consultivo intermitente²⁶⁶.

6.7 O caráter controverso de Constantino

Apesar de aclamado pela tradição e venerado como santo no cristianismo oriental, Constantino não foi nenhum santo. Para Blainey, apesar de não se desviar da crença e parecer mais fervoroso conforme passava o tempo, ele não se mostrou o que se poderia chamar de um cristão ortodoxo²⁶⁷.

Ele evita abolir espetáculos e, como ele, seus sucessores, através de leis expressas, permitirá que sobrevivam corridas do Circo, teatros, *strip-tease*, caçadores na arena e até gladiadores, todas as coisas que desagradavam aos bispos, rejeitadas e proibidas a suas ovelhas durante três séculos precedentes, mas que representavam para a multidão a prosperidade, a consensualidade, a civilização, o *welfare State*. Adivinha-se que os costumes não se tornaram cristãos em quase nada; um único detalhe: no ano de 566, o divórcio por consentimento mútuo será restabelecido²⁶⁸.

Apesar disso via-se aparentemente como dono da Igreja, de ego inflado, e não parecia se sentir preso à ética que esta pregava. Ser um convertido não o impediu de cometer uma série de atos que a Igreja consideraria pecaminosos, inclusive de encomendar assassinatos, e até de pessoas próximas, como descreve Dreher:

No fundo, via-se como dono da Igreja, que tinha que obedecer às suas ordens. Como vigário terrestre da 'suprema divindade', ele também não estava preso à ética que valia para os súditos cristãos. Era ele mesmo que considerava válida ou não uma decisão sua; era juiz de seus próprios atos. O que atrapalhava suas intenções era sumariamente eliminado. Foi assim que mandou matar seu sogro, Maximiano, e Licínio. Ao filho de Licínio, com cuja adoção concordara Milão, fez escravo; quando este tentou fugir, mandou açoitá-lo e, posteriormente, deportou-o para trabalhos forçados. Mandou matar seu filho Crispo, nascido de sua ligação com uma concubina, anterior a seu casamento com Fausta, e a quem devia a vitória sobre o exército de Licínio, aparentemente por haver cometido adultério com sua madrasta. Pouco tempo mais tarde, sua esposa Fausta perdeu a vida: foi estrangulada e afogada em uma banheira. Além disso, Constantino foi responsável pelo assassinato de pessoas não tão conhecidas. Tudo isso aconteceu numa época em que o imperador já era tido como cristão. Sua maldade não parava nem mesmo ante as leis cristãs que ele mesmo promulgara. Os teólogos da corte, porém, não viam suas mãos cheias de sangue. Viam, apenas, o imperador vestido de púrpura, ouro e pedras preciosas, o qual comparavam a "um anjo do Senhor, vindo do céu"²⁶⁹.

Essa postura de "dono da Igreja" era implícita, mas funcionava. Constantino agia por vezes como um papa, apesar de alegar que não era mais que uma espécie de bispo. Para Veyne isso pode ter soado em tom de brincadeira, como que se ele alegasse não ser superior aos bispos no âmbito eclesiástico, mas na prática não

²⁶⁶ VEYNE, 2010, p. 138.

²⁶⁷ VEYNE, 2010, p. 137.

²⁶⁸ VEYNE, 2010, p. 61.

²⁶⁹ DREHER, 2004, p. 61-62.

parecia ser assim. “Afinal, que espécie de bispo ele era? Nenhuma espécie precisa e, portanto, virtualmente, todas as que quisesse assumir”²⁷⁰. No fim das contas, fosse qual fosse o discurso, era por causa das ações dele que agora a Igreja se podia reunir com tranquilidade, liberdade e poder de ação. Quem o questionaria?

6.8 A morte de Constantino

O Imperador morre com 63 anos de idade ao findar do dia 22 de Maio do ano de 337, coincidentemente no dia de Pentecostes, o que de certa forma pode ter contribuído para alvoroçar o espírito de alguns teólogos que o oficializaram como o décimo terceiro apóstolo. No leito de morte foi batizado por Eusébio de Nicomédia (não se confunda com seu biógrafo, de Cesaréia)²⁷¹, e posteriormente enterrado em Constantinopla²⁷², a joia de seu Império. Além da cidade e de suas reformas em âmbito estatal, o grande legado deixado provavelmente foi à Igreja, que graças a ele se consolidou. Um século depois ela já apresentaria imponente estrutura, inclusive com literatura oficial apoiada em nomes como Ambrósio, Agostinho, Jerónimo e Prudêncio²⁷³. “À sua morte (337), partilhou o Império entre seus três filhos e dois sobrinhos, à maneira merovíngia”²⁷⁴.

²⁷⁰ VEYNE, 2010, p. 137.

²⁷¹ DREHER, 2004, p. 67; NONY, 2000, p. 270.

²⁷² BLAYNEY, 2005, p. 110.

²⁷³ GRANT; POTTINGER, 1965, p. 62.

²⁷⁴ PETIT, 1995, p. 292.

7 MOTIVAÇÕES

A conversão de Constantino é fato sabido, mas sua natureza é alvo de discussões ainda hoje. Aqui se discutirá não só a intensão na adoção da fé cristã, mas também o porquê de ter sido o cristianismo a opção do Imperador, e talvez Veyne diga o óbvio quando afirma ser impossível conhecer as verdadeiras motivações de Constantino²⁷⁵.

Dreher comenta que, sim, a tradição vê nesses relatos uma conversão, mas que quem menos parece ter sentido esse processo foi o próprio Constantino, e que talvez tenha havido uma entrega sincera, mas certamente sem profundidade teológica. Algo apontado ainda pelo autor é que aparentemente quanto mais se percebia a utilidade da Igreja para o governo, mais traços do culto a Mithras iam sendo deixados de lado. Já o culto ao Imperador não só de certa forma permaneceria por algum tempo, como seria endossado por teólogos próximos a ele²⁷⁶. Fosse qual fosse a autenticidade da conversão, querendo ou não, para Nony não se pode negar que houve uma mudança de comportamento significativa com o processo²⁷⁷.

7.1 Política

O principal questionamento da autenticidade espiritual da conversão de Constantino é o fato de que o ato acarretava uma série de benefícios políticos, ou no mínimo tinha potencial de ocasioná-los.

²⁷⁵ VEYNE, 2010, p. 104.

²⁷⁶ DREHER, 2004, p. 61.

²⁷⁷ NONY, 2000, p. 269.

Aquino, Franco e Lopes são diretos quando alegam: “O reconhecimento do Cristianismo por Constantino e Licínio, através do Edito de Milão (313), e sua elevação a culto estatal por Teodósio (379-395) foram atos de sábia política”, e acrescentam que reconhecer a Igreja necessariamente implicava em encontrar uma nova base social, importante no intuito de criar um poder sólido²⁷⁸. Veyne sugere ainda a vantagem do respeito à Lei Divina, mesma função que sustentava o poder de autoridades no mundo judaico²⁷⁹.

Para Dreher, desde que sucedera seu pai, Constantino aparentava ostentar a meta de ser o único governante do Império, e provavelmente via que a Igreja cristã certamente estaria pronta a apoiar um imperador que prezasse por ela²⁸⁰. Pouco a pouco ele se convenceria de que o futuro estaria atrelado à fé cristã, e que por isso se deveria investir na unidade imperial através da mesma²⁸¹. O cristianismo oferecia essas possibilidades com dada facilidade pelo fato já abordado de que praticava várias das virtudes conhecidas no paganismo²⁸². Em suma, o fator de unificação seria a principal motivação a cooperar para que Constantino optasse pelo cristianismo. O paganismo, desgastado e defasado, parecia incapaz de cumprir esse papel.

Talvez a abertura pagã a ideologias, filosofias e deuses estrangeiros pudesse representar bem o que se pede de uma “religião universal”, mas ela também pode inspirar falta de critérios, e a crença precisa de estruturas para se manter. Possivelmente só uma religião de estruturas e preceitos morais fixos, ao menos suggestionando imutabilidade, pudesse inspirar a segurança e a firmeza que um Império multicultural e religiosamente confuso precisaria para gerar unidade. Talvez uma religião “universal” não funcionasse naquele sincretismo, pelas próprias bases serem maleáveis, abertas e receptivas demais.

Suas intenções eram políticas. Ele queria fazer da Igreja o poder espiritual sobre o qual podia repousar o Império. Por seu turno, a Igreja não queria ser uma seita, mas uma instituição que pudesse agir em todo o mundo. Aqui um auxiliou o outro. A essa tentativa de estabelecer um universo cristão designamos de ‘Era Constantiniana’. O regime instituído denominamos de “Cristandade”²⁸³.

²⁷⁸ AQUINO; FRANCO; LOPES, 1985, p. 359.

²⁷⁹ VEYNE, 2010, p. 204.

²⁸⁰ DREHER, 2004, p. 59.

²⁸¹ DREHER, 2004, p. 66.

²⁸² VEYNE, 2010, p. P.73.

²⁸³ DREHER, 2004, p. 60.

Veyne, entretanto, rebaterá alegando que a monarquia não era mais fraca com os imperadores anteriores só por serem adeptos desse paganismo, e acrescenta que não há porque Constantino ter procurado bases metafísicas para a unidade e a estabilidade do Império. Imaginar que um monarca para estabelecer sua autoridade de forma efetiva precise da imposição de um monoteísmo, para ele não passa de um “jogo de palavras”²⁸⁴. Levando isso em conta, Constantino não teria sido nem mais e nem menos obedecido só pela opção do cristianismo.

Nada é mais fácil do que a obediência dos povos, do que seu respeito à ordem estabelecida, qualquer que seja a legitimação que se lhe dê”. Do contrário, a história universal não seria o que é. Todo poder é estabelecido por Deus, repetir-se-á com São Paulo, o imperador reina pela autoridade de Deus, dirá Vegécio. Mas, espontaneamente, as multidões pagãs, cristãs ou muçulmanas veneravam o imperador, o *basileus* ou o sultão (sempre a maldizê-lo *in petto* por causa dos impostos); essas multidões não tinham necessidade de que a monarquia fosse decalcada sobre um monoteísmo ou legitimada por uma ideologia, porque todo súdito leal respeita espontaneamente seu soberano e tem por ele um temor reverencial²⁸⁵.

Acrescenta ainda Veyne que o patriotismo, o respeito a privilegiados e o amor ao rei não são a religião e dela não necessariamente provém. São coisas intrínsecas que uma cultura pode inspirar com ou sem a presença de um culto específico²⁸⁶.

7.2 Egoística

No império e nas terras adjacentes ergue-se agora a Igreja. Seja como for, o cristianismo não veio nos ensinar a separar Deus e César, porque esse tratava de coisas originalmente distintas e foi César que estendeu a mão à Igreja, para ajudá-la e para guiá-la. Constantino não viu nela uma potência sobre a qual apoiasse sua autoridade; não seria crível que, em seu Império, uma força, fosse qual fosse, não estivesse sob sua dependência²⁸⁷.

O motivo pelo qual Constantino optaria pelo cristianismo também pode se centrar em seu ego. Não necessariamente só o ego, mas o mesmo como impulso, como característica fundamental a uma conversão, tivesse ou não raízes genuínas.

Não era novidade a devoção a um deus e tampouco a atribuição de uma vitória a um, como se viu. Nesse aspecto a revelação da Batalha da Ponte Mílvia não trouxe novidades. Para Veyne, é portanto mais natural pensar que desde aquele momento Constantino entendeu que não haveria sentido na conversão de um homem como ele se não fosse para coisas grandes²⁸⁸, e isso se retrata em sua forma de conduzir a religião e o Estado daí em diante. Constantino deveras se pôs como referencial à

²⁸⁴ VEYNE, 2010, p. 202.

²⁸⁵ VEYNE, 2010 p.203-204.

²⁸⁶ VEYNE, 2010, p. 204.

²⁸⁷ VEYNE, 2010, p.134.

²⁸⁸ VEYNE, 2010, p. 96-97.

crisandade, e o poder que o cargo de sumo-pontífice conferia no paganismo (poder que não largou), de certa forma se estendeu também ao cristianismo. Quem seria, afinal, mais digno de conduzir o cristianismo que aquele que o libertou?

“[...] representava uma situação política e militar a agarrar, a ocasião de tornar o imperador o protegido e o herói da Providência e de permitir que ele desempenhasse um papel importante na história da Salvação (uma grande ambição não era rara entre os Césares)”²⁸⁹. Veyne expressa claramente o fato de que Constantino apreciava a possibilidade de ser visto e se ver como destinado por Deus a desempenhar um papel de destaque.

A conversão de Constantino foi um capricho pessoal.

Secundo, a dignidade do trono imperial valia bem uma missa. Como soberano, Constantino achou que não lhe era suficiente ser tacitamente cristão (como tinha sido, considera-se, o imperador Felipe, o Árabe, setenta anos antes): pretendeu ser digno do brilho de seu trono associando-o à religião verdadeira, única digna de realçar esse trono e de mostrar a alta inspiração do soberano. Bruno Dumézil mostrou recentemente que depois das chamadas Grandes Invasões os soberanos germânicos irão erigir o cristianismo como marca de seu alto grau de civilização. O mesmo se dará com a Rússia e na Ásia central por volta do Ano Mil²⁹⁰.

Vê-se, portanto, um Constantino leigo e até o fim da vida e senhor de todos os cultos romanos, e que teve ainda assim gigantesca influência na Igreja. Sentiu-se digno até de ter parte no Concílio que definiria a doutrina, e sempre fez questão de que o trono fosse rodeado de enfeites dos mais belos e nobres. “Ora, aos olhos de Constantino, o cristianismo era a única religião que, por sua verdade e seu caráter elevado, seria digna de um soberano”²⁹¹. A nova fé, como dito, fascinava por sua sofisticação em relação ao que se via, e nesse sentido pode-se interpretar que tenha Constantino percebido ser uma (ou a) religião digna do trono e de um ilustre imperador como ele era²⁹².

7.3 Espiritual

Como se vê, não pretendo fazer de Constantino um puro espiritual, mas os historiadores que só veem em Constantino um político calculista não conseguem ir muito longe. Segundo eles, Constantino teria procurado o apoio de um partido cristão contra seus inimigos, Maxêncio ou Licínio; é supor Constantino com uma psicologia muito curta. Há, sim, nele uma motivação interessada, porém mais sutil; como me escreve Lucien Herphagnon, Constantino “deveria achar que, para chegar a ser implantado apesar de tantas oposições, o cristianismo devia ter alguma coisa a mais que os velhos cultos”²⁹³.

²⁸⁹ VEYNE, 2010, p. 105-106.

²⁹⁰ VEYNE, 2010, p.106.

²⁹¹ VEYNE, 2010, p. 107.

²⁹² VEYNE, 2010, p. 105-106.

²⁹³ VEYNE, 2010, p. 108.

Pode-se deduzir, analisar contextos e questionar o quanto se quiser, e ainda não se poderá afirmar com plena convicção que a adesão ao cristianismo por parte dessa peculiar figura não foi genuína. Dizer que foi apenas um “militar e político brutal e eficiente” que só aceita o cristianismo por calculismo é, para Veyne, uma visão geralmente atrelada à falta de informação.

O referido autor além disso considera que esse “cérebro político” que fora Constantino, se quisesse suporte para garantir-se no poder, não buscaria provavelmente apoio numa minoria cristã sem importância política destacada, e contrariar a maioria não seria também o mais inteligente a se fazer²⁹⁴.

“Seguidos de uma confissão ou incrêus, os historiadores hoje estão de acordo em ver em Constantino um crente sincero”²⁹⁵. Talvez a desconfiança parta da estranheza que causa hoje, por exemplo, a ideia de se tomar decisões radicais em virtude de sonhos, mas no período era algo bastante comum²⁹⁶. Testificando a favor de uma espiritualidade sincera, soma-se grande quantidade de textos de sua autoria, entre eles leis, sermões, editos e cartas com confissões, que por seu conteúdo apontam à sinceridade na fé que professava²⁹⁷.

Se toda a vida de Constantino fizer ainda permanecer questionável a genuinidade de sua fé, há o momento de seu batismo, no leito de morte, que assegura ao menos um temor diante do Deus cristão no momento de partir.

[...] depois de sua conversão, ele não se fez batizar (por essa época, esse retardamento do batismo era habitual, porque o batismo era um passo adiante no engajamento, na verdade a porta de entrada da fé); a exemplo de muitos outros, ele o adiará até as proximidades de sua morte, vinte e cinco anos depois de Ponte Mílvio; ‘porque ele estava certo de que as águas da salvação lavariam todos os pecados que sua condição de mortal o tinham levado a cometer’, escreve seu panegirista [Eusébio]. Ele não seria menos cristão por isso, de modo algum, é irmão de bispos, eles e ele amam a Deus e todos juntos são servos dele Deus²⁹⁸.

Além disso a procrastinação do batismo não precisa implicar em falta de fé durante a vida. Para Veyne as motivações disso podem ser políticas, já que as funções judiciárias e militares de um imperador, que além de tudo tem de puxar a espada e fazer verter sangue ocasionalmente, não configuram compatibilidade com a caridade

²⁹⁴ VEYNE, 2010, p. 83.

²⁹⁵ VEYNE, 2010, p. 84.

²⁹⁶ VEYNE, 2010, p. 94.

²⁹⁷ VEYNE, 2010, p. 84.

²⁹⁸ VEYNE, 2010, p. 98

que exigia o cristianismo, ainda mais no período, quando se destacava por ser uma doutrina de não-violência²⁹⁹.

7.4 Conjunto de Fatores

Talvez o que haja de mais coerente não seja a opção por apenas uma motivação, mas sim por um conjunto de fatores. A religião e os interesses mundanos e até estatais não poucas vezes na história se tornaram casais compatíveis. Por que então não matar dois coelhos com uma cajadada³⁰⁰?

O império só poderá ser próspero se render um culto ao verdadeiro Deus. Não é menos necessária a unidade de todos na ortodoxia; “se eu chegar a restabelecer por minhas preces a unanimidade de fé entre todos os servos de Deus”, escreve ele ao futuro heresiarca Ário, “sei que os negócios públicos se beneficiarão com uma feliz mudança”. É também com o bem do império que ele argumenta em 314 ao vigário da África, para explicar-lhe as medidas que tomou contra o cisma donatista assim que subiu ao trono³⁰¹.

Constantino professava que com sua piedade visionária pretendia estabelecer a religião que defendia e acreditava ser a verdadeira, mas não há de se negar que ganhar uma organização sólida como a Igreja foi um benefício político para o Estado³⁰². Para Duffy, ele parecia convencido de que fora criado por Deus para levar paz à civilização justamente através do triunfo da Igreja³⁰³.

²⁹⁹ VEYNE, 2010, p. 99.

³⁰⁰ VEYNE, 2010, p. 110.

³⁰¹ VEYNE, 2010, p.114.

³⁰² VEYNE, 2010, p. 118.

³⁰³ DUFFY, 1998, p. 20.

8 MUNDO PÓS-CONSTANTINIANO

8.1 Estado pós-constantiniano

Depois da morte de Constantino, por quatro meses não houve nenhum Augusto, e ao nono dia do mês de setembro os três filhos se autoproclamariam ao cargo, depois de eliminarem possíveis “concorrentes” na família, excetuando Galo e Juliano, seus primos³⁰⁴. O Império seria dividido entre os herdeiros, que rivalizariam, e seria reunificado no ano de 353 no governo de Constâncio, passando em 361 ao general Juliano, conclamado pelo exército Galês. Juliano tentaria limitar o poder da Igreja e retomar os valores e a religião tradicionais no Império, mas sem sucesso.

A transferência de capital para o Oriente por parte de Constantino inicia o período histórico comumente conhecido como Baixo Império³⁰⁵. Desse ponto em diante o Estado romano estaria na prática dividido (ainda que não oficialmente), e o Ocidente romano não veria à frente mais que decadência³⁰⁶. As extensões territoriais eram vastas em demasia e o perigo bárbaro era cada vez mais evidente e intenso³⁰⁷.

No ocidente, o imperador governava com grande dificuldade; de fato, o poder estava nas mãos dos chefes militares – entre os quais os bárbaros eram maioria – e dos latifundiários. A própria Igreja se impunha como poder político, enquanto a economia vivia uma grave crise e a queda demográfica era preocupante³⁰⁸.

Segundo Bourbon e Liberatti, o Oriente romano eliminaria o Latim do setor administrativo e consolidaria o grego como língua oficial, e ao contrário do Ocidente, contaria com um poder central forte, economia estável, burocracia eficiente,

³⁰⁴ NONY, 2000, p. 270.

³⁰⁵ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 54.

³⁰⁶ GRANT; POTTINGER, 1965, p. 62.

³⁰⁷ HURLBUT, 2007, p. 98-99.

³⁰⁸ BOURBON; LIBERATI, 2005 p. 55.

comandantes militares mais submissos e uma Igreja sujeita ao poder imperial. Raras vezes invasões bárbaras tiveram aí sucesso³⁰⁹.

8.1.1 Cristianismo: benefícios ao Estado

A Igreja se beneficiou do Estado, isso não é segredo, mas houve aí proveito mútuo. A questão é que a cristandade não parece ter trazido benefícios para o Estado em aspectos econômicos, mas foi responsável por transformações morais e por guardar a maioria dos resquícios da cultura romana, incluindo documentos escritos aos quais hoje se tem acesso.

Hurlbut traz a ideia de um Estado em algum prazo menos violento onde, por exemplo, a crucificação foi abolida. Havia ainda o hábito do descarte de crianças que por algum motivo geralmente estético ou biológico desagradavam os pais, usualmente asfixiadas ou abandonadas à morte. A cultura da caridade e a atribuição de um sentido sagrado à vida humana fez com que também essa prática fosse abolida, juntamente com outros costumes advindos do fanatismo pagão. Surgiram logo grupos de pessoas que se dedicavam ao cuidado de necessitados, incluindo as crianças rejeitadas.

Outro ponto positivo num sentido moral, apesar de nada benéfico de um ponto de vista econômico, é que as influências cristãs cooperaram para a proibição da escravidão em Roma³¹⁰. As lutas de gladiadores também foram proibidas no Império em 404, na época de Flávio Onório, essencialmente pelo ato de Telêmaco, um cristão. Registra-se ainda que em Constantinopla, por sua origem debruçada na cultura cristã, jamais se abriu espaço a esse tipo de entretenimento³¹¹.

8.1.2 Cristianismo: malefícios ao Estado

“Se tivesse sido permitido ao cristianismo desenvolver-se normalmente, sem o controle do Estado, e se o Estado se tivesse mantido livre da ditadura da Igreja, ambos teriam sido mais felizes”³¹². O cristianismo seria corrompido pelo poder do Estado e em reciprocidade o corromperia. Um jogo, agora, de malefício mútuo. Em primeiro lugar, o culto com o tempo fez retornar o problema milenar das relações conflituosas

³⁰⁹ BOURBON; LIBERATI, 2005, p. 55.

³¹⁰ HURLBUT, 2007, p. 91.

³¹¹ HURLBUT, 2007, p. 92.

³¹² HURLBUT, 2007, p. 93.

entre coroa e clero, ignoradas no período pagão³¹³. Haverá além disso o problema da intransigência religiosa, que aflorará sem muito tardar. Apesar da condescendência de Constantino, seus descendentes mostrariam fortes traços de intolerância para com o paganismo³¹⁴, como se discorrerá à frente.

No Oriente a Igreja se subordinou ao Estado, mas no Ocidente não fez menos que usurpar o poder secular, o que para Hurlbut não traz como resultado o cristianismo propriamente, mas o estabelecimento de uma hierarquia corrupta dominando as nações europeias, transformando a Igreja quase que numa monarquia política³¹⁵.

O problema mais evidente quando lembramos da queda do Império Romano Ocidental é a decadência do escravismo. Se num sentido moral é comum ter essa contribuição cristã como positiva, no âmbito econômico com certeza não o foi. Nesse sentido a crença cristã também será uma fonte ideológica indubitavelmente forte na limitação e deterioração do processo.

8.1.3 A queda de Roma e sua relação com o cristianismo

Não raro se indica o cristianismo como responsável pela queda do Império, e não sem parcela de razão, mas não se pode apontar a responsabilidade pelo ocorrido em uma só direção. “Essa é uma das questões fascinantes da história e aberta a uma combinação de respostas que vão do envenenamento por chumbo na capital e exaustão do solo no interior até a ascensão do cristianismo”, escreve Blainey, e acrescenta que os hunos e os demais invasores tiveram parte crucial, mas é cabido considerar que encontraram um Império já enfraquecido no momento das invasões³¹⁶.

Florenzano trará à tona a problemática da crise do século III, lembrando que se parte do apogeu à decadência pela queda do escravismo, já que a aquisição de grande quantidade de escravos era necessária economicamente ao império e as guerras de conquista já praticamente se impossibilitavam pela dificuldade da administração de tamanhas extensões³¹⁷, como em mais de um ponto fora referido até aqui. “O fechamento e a estabilidade das fronteiras foi uma causa, o esgotamento da conquista com o vasto território acabou privando o Império de seus ‘reservatórios’

³¹³ FLORENZANO, 1985, p. 92.

³¹⁴ HURLBUT, 2007, p. 100.

³¹⁵ HURLBUT, 2007, p. 93-94.

³¹⁶ BLAINEY, Geoffrey. Uma breve história do cristianismo. Tradução de propriedade da editora. São Paulo: Fundamento, 2011, p. 111.

³¹⁷ FLORENZANO, 1985. p. 91.

de mão-de-obra”³¹⁸. Mas a questão déficit de escravos não se restringe à estagnação das conquistas, já que havia desde cedo o desequilíbrio de gênero entre eles, dificultando a geração de filhos na mesma condição. A criminalização da pirataria seria igualmente crucial, e conteria o comércio de prisioneiros elevando muito seu preço ainda nos séculos I e II³¹⁹, antes mesmo de haver qualquer influência direta nas políticas estatais por parte da religião agora oficial.

A questão da necessidade do aprimoramento do plantio também foi um problema, já que as invenções para tal, apesar de existirem, não foram suficientemente exploradas. “A inovação tecnológica só poderia partir dos grandes proprietários, os únicos que talvez tivessem interesse no aumento da produtividade. Mas, onde propriedade da terra em si é fonte de dignidade e prestígio, também o proprietário não é motivado neste sentido”³²⁰.

Considerando os apontamentos pode-se concluir que o cristianismo parece não ter sido o culpado pela queda de Roma e nem de todo por sua corrupção, mas nitidamente no mínimo como fator potencializador da degradação econômica causada pela queda do escravismo.

8.2 Igreja pós-constantiniana

Como resultado da ascensão da Igreja ao poder, não se vêem, então, os ideais do cristianismo transformando o mundo; o que se vê é o mundo dominando a Igreja. A humildade e a santidade da igreja primitiva foram substituídas pela ambição, pelo orgulho e pela arrogância de seus membros [...] a onda de mundanismo avançou e venceu muitos que se diziam discípulos do humilde Senhor³²¹.

Agora é a vez de falar o que de bom ou mal aconteceu à Igreja com o processo de institucionalização e oficialização no Império. Pode soar irônico dizer que o poder foi nocivo à Igreja, mas é nessa direção que Hurlbut inicia seus apontamentos. Para ele, apesar de o cristianismo ter proporcionado boas coisas ao povo, a sua aliança com o Estado trouxe à Igreja resultados negativos. “Se o término da perseguição foi uma bênção, a oficialização do cristianismo como religião do Estado foi, não há dúvida, maldição”³²². O principal argumento na sequência foi a própria corrupção

³¹⁸ FLORENZANO, 1985, p. 92.

³¹⁹ FLORENZANO, 1985, p. 92.

³²⁰ FLORENZANO, 1985, p. 93.

³²¹ HURLBUT, 2007, p. 93.

³²² HURLBUT, 2007, p. 93.

daquilo que outrora a Igreja professava ser. Agora ser cristão era vantajoso. Bons e maus, sinceros e hipócritas recorriam a Deus buscando alcançar vantagens e suprir ambições, muitas vezes conseguindo cargos nas comunidades para obter influência social e política. “O nível moral do cristianismo no poder era muito mais baixo do que aquele que distinguia os cristãos nos tempos de perseguição”³²³.

Por outro lado, houve para a Igreja uma prosperidade antes inimaginável. Segundo Arruda, o progresso em maior escala houve não tanto com a tolerância, mas com a oficialização, e se encontrou mais adeptos nas camadas urbanas, já que por bastante tempo as populações rurais mantiveram suas origens pagãs. Acrescenta ainda que Teodósio foi o responsável por, enfim, abolir o paganismo no ano de 391 e tornar de fato o cristianismo a religião oficial³²⁴. Duffy reforça:

Os escassos registros da crônica papal dos primeiros tempos que compõe o *Liber Pontificalis*, baseados em fragmentos de informações mal recordadas ou simplesmente inventadas, explodem subitamente numa produção de detalhes no registro do papa Silvestre (314-335). Uma após a outra, as páginas enumeram os favores de Constantino, sobretudo as grandes igrejas basilicais que ele construiu na cidade e em seus arredores³²⁵.

No mesmo debate Veyne destaca que, acima de tudo, Constantino prezou por instituir um culto verdadeiro a Deus, dando assim muito mais importância em firmar hierarquias, estruturas e questões doutrinárias que em converter os pagãos e livrar suas almas da condenação. “Não era a época dos pescadores de almas, a tarefa prioritária era estabelecer fortemente a Igreja, pousar essa pedra sobre a areia das multidões pagãs”³²⁶. A argumentação basicamente remete à questão de que, na impossibilidade imediata de abolir o paganismo, se precisaria potencializar o cristianismo e sua influência. É vista já nos escritos de Eusébio (Eusébio, H.E. X.VII) essa intenção se externando:

Demonstrando por muitos argumentos que o desprezo a uma religião em que se tributa suma reverência à majestade divina acarreta os maiores perigos às coisas do Estado e que, pelo contrário, praticada e devidamente protegida, tal religião garante, pela graça de Deus, a máxima prosperidade ao nome romano e a maior felicidade a todos os nossos negócios, pareceu de bom alvitre, queridíssimo Anulino, que recebam alguma recompensa por seus serviços aqueles homens que, com a devida probidade e observância da lei, prestam seu ministério ao culto da divina religião. 2. Consequentemente, queremos que sejam eximidos absolutamente de qualquer função pública os que exercem seus préstimos, nos limites da província a ti confiada³²⁷.

³²³ HURLBUT, 2007, p. 93.

³²⁴ ARRUDA, 1991, p. 274.

³²⁵ DUFFY, 1998, p. 18.

³²⁶ VEYNE, 2010, p. 152.

³²⁷ BETTENSON, 1998, p. 52

Legalizando a Igreja, favorecendo e fazendo dela sua própria religião, conforme Veyne, Constantino fortalecerá uma verdadeira máquina que pouco a pouco estenderá seu raio de ação a toda a população, e até a povos estrangeiros³²⁸. Se é verdade que Constantino não tinha intenções de evangelizar as massas, ao menos no curto prazo, a Igreja era prosélita em seu âmago.

Nessa direção, os privilégios ao clero pouco a pouco iam aumentando, mas nem sempre pela aprovação das autoridades políticas. Muito do que se instituiu a partir daí em relação à Igreja partiu de costumes que, aos poucos e pelo uso, acabavam se transformando em lei³²⁹.

Mas se existia paz para com a Igreja, dentro dela paz não é exatamente o que se via. Para Constantino o cristianismo tinha toda uma conotação de unidade, mas logo se frustraria com a realidade ideológica confusa dentro da Igreja. “O nível em que estas discussões se travaram era tremendamente baixo. O povo foi fanatizado pelos bispos”, acrescenta Dreher³³⁰. Quando ele se propôs a tentar costurar essas divisões, parecia certo de que essa função também se lhe havia dado por Deus, segundo Duffy:

O instrumento providencial da harmonia humana que Deus lhe depositara nas mãos estava desafinado [...]. Foi um objetivo e uma convicção os quais seus sucessores haveriam de compartilhar, e a imposição da unidade das igrejas a qualquer preço tornou-se uma prioridade imperial – uma prioridade que, ironicamente, os colocou em rota de colisão com os papas³³¹.

Uma das primeiras disputas dentro da Igreja denominou-se Donatismo, cujo intuito era basicamente de decidir o futuro dos que não haviam se mantido fiéis durante as perseguições. A maioria dizia que estes deveriam ser tolerados, julgados com pouca severidade ou até perdoados. Donato (bispo de Cartago), entretanto, se opunha, e seus seguidores se recusavam a reconhecer o bispado de quaisquer pretensos bispos que não tivessem sido estritamente firmes em sua fé no momento de provação. Constantino nesse caso põe a responsabilidade de decisão nos bispos e torna executórias todas as decisões que fossem tomadas nos concílios. A questão donatista se estenderia inconclusiva ainda por bastante tempo, mas conforme a discussão se alastrava ia perdendo força, até se tornar obsoleta³³².

³²⁸ VEYNE, 2010, p. 66.

³²⁹ HURLBUT, 2007, p. 90.

³³⁰ DREHER, 2004, p. 67.

³³¹ DUFFY, 1998, p. 20.

³³² DREHER, 2004, p. 62; VEYNE, 2010, p. 136.

No contexto do Concílio de Nicéia, a Constantino plenamente relacionada, está também uma das maiores heresias dos primeiros tempos (não a primeira, já que os cristãos já enfrentavam movimentos heréticos como o gnosticismo), que é a heresia ariana, da qual, apesar de Constantino ter demorado bastante a perceber, muitos dos clérigos que os cercavam eram adeptos³³³.

A consternação de Constantino em face das divisões dos cristãos norte-africanos haveria de redobrar quando, tendo deposto Licínio, o imperador pagão rival no Oriente, ele se mudou para sua nova capital cristã, a “Nova Roma”, Constantinopla. Pois as divisões da África nada eram em comparação com a profunda fissura na imaginação cristã que se abria, no Leste, por iniciativa de Ário, um presbítero de Alexandria famoso por sua austeridade e pela popularidade entre as freiras da cidade. Ário fora afastado pelo bispo local por pregar que o *Logos*, a Palavra de Deus que em Jesus se fizera carne, não era o próprio Deus, mas uma criatura infinitamente superior aos anjos, embora como eles criada do nada antes do começo do mundo. Ele via em tal ensinamento um meio de conciliar a doutrina cristã da Encarnação com a fé igualmente fundamental na unidade divina. Na verdade, essa ideia privava o cristianismo de sua afirmação central segundo a qual a vida e a morte de Jesus tinham o poder de redimir, pois eram ações do próprio Deus. Contudo, as verdadeiras implicações do arianismo não foram compreendidas de pronto, e Ário conseguiu amplo apoio. Mestre da propaganda, angariou a simpatia popular compondo canções teológicas para serem cantadas por marinheiros estivadores nas docas de Alexandria. Escapando aos salões eruditos, o debate teológico irrompeu nas tavernas e nos bares do Mediterrâneo oriental³³⁴.

Mas claro que a visão do cristianismo como “argamassa” do Império não deveria morrer, e pensando nisso se convocou em 325 o Concílio de Nicéia, ao qual algumas sessões o próprio Constantino presidiu³³⁵. Ósio, seu conselheiro, também foi de fundamental importância no Concílio defendendo fervorosamente a Atanásio, bispo de Alexandria e principal opositor de Ario, e vencedor, ao menos desse embate (já que não teria a partir daí uma vida fácil por isso). O Imperador Constâncio seria ariano fanático e tentaria alcançar o aval de Ósio. O conseguiria, mas só mediante ações violentas (caso da “blasfêmia de Esmirna”, no ano 357), e firmaria a condenação do mesmo em Milão, em 355³³⁶.

Em 335, seus inimigos – que não eram poucos – aproveitaram a proximidade das comemorações do trigésimo aniversário da tomada do poder por Constantino para conclamar a renovada pacificação da Igreja. Convenceram o imperador de que Atanásio ameaçara suspender o fornecimento de cereais do Egito a Constantinopla, caso ele interferisse em seu episcopado, e conseguiram fazer com que fosse destituído, excomungado e deportado para a Gália. A seguir, passaram a eliminar seus aliados um a um³³⁷.

³³³ DUFFY, 1998, p. 22.

³³⁴ DUFFY, 1998, p. 22.

³³⁵ DUFFY, 1998, p. 22.

³³⁶ BETTENSÓN, 1998, p. 54; DUFFY, 1998, p. 23.

³³⁷ DUFFY, 1998, p. 23.

Como se vê, Nicéia não foi o fim da controvérsia ariana, mas apenas seu princípio, e seus adeptos ainda encontrariam apoio no Oriente por três gerações³³⁸. Após a morte de Constantino se veriam outras várias discussões dogmáticas que suscitariam inclusive novos concílios.

Já os teólogos ocidentais pareceram pouco se importar com essas “sutilezas orientais”, mas muito disso se deve ao fato de que o Latim na época sequer possuía terminologias suficientes para trabalhar questões já recorrentes a cristãos de língua grega³³⁹.

Não se pode idealizar um fictício futuro onde o cristianismo realmente constituiu esse ponto de união no Império. Os objetivos se deturparam até em conceitos fundamentais, como reforça Dreher quando alega que “a Igreja deveria ser a representante da fé cristã e não uma pluralidade de pequenas comunidades”³⁴⁰. O que Constantino fez foi fornecer garantias à perpetuação da Igreja e não ao Império através dela, e a perpetuação da instituição cristã, nesses moldes, é ainda assim questionável na atribuição de benefício.

A Igreja à frente consolidaria sua influência política e teria um Papa por senhor absoluto. No ano 869 se daria, por fim, a inevitável divisão entre as igrejas do Oriente e do Ocidente³⁴¹.

No decorrer de muitos séculos, as Igrejas do Ocidente e do Oriente, ou a católica e a ortodoxa, separaram-se em sua teologia e em sua organização. Assim, os católicos, mas não seus rivais, acreditavam no purgatório, uma morada no meio do caminho para o céu, onde os mais merecedores dos mortos recebiam punições conforme adequado. Na Igreja Ortodoxa, a divisão entre os leigos e o sacerdote não era tão pronunciada como na Igreja Católica e, além disso, um homem casado podia ser ordenado padre. Em suas congregações, os leigos também podiam pregar, mas aos católicos não era dado tal privilégio. Nesse sentido, a Igreja Protestante, que veio a aparecer no norte da Europa, tem bastante semelhança com a Ortodoxia. Assim, o cristianismo perdeu sua unidade. Mas a diversidade, com o passar do tempo, talvez tenha sido uma de suas forças³⁴².

8.2.1 Virando o jogo

O povo talvez se perguntasse se aquela conversão do Imperador traria mudanças, e definitivamente as traria. O que não viesse à tona no reinado de Constantino, viria em sua descendência. Boa parte deles poderia um dia ter

³³⁸ HURLBUT, 2007, p. 90.

³³⁹ DUFFY, 1998, p. 23.

³⁴⁰ DREHER, 2004, p. 66.

³⁴¹ OLIVEIRA, 1985, p. 53.

³⁴² BLAYNEY, 2005, p. 113.

escarnecido dos cristãos, mas sem tardar consideraria a ideia de conhecer e talvez frequentar um de seus locais de adoração³⁴³. Essa “conquista” veio gradativamente, mas veio.

Antes de chegar à grandíssima e difícil reforma, a proibição dos sacrifícios aos demônios, um golpe menos doloroso e bem imaginado foi a instituição legal por Constantino, em 321, do repouso dominical. Dando prova assim de esperteza de espírito, o imperador impôs ao mundo antigo, cujo calendário era diferente, o ritmo temporal da semana que até hoje vigora; introduziu assim, de modo indolor, um pouco do calendário religioso cristão no ano civil, mas sem atentar contra a liberdade religiosa de cada um³⁴⁴.

A sutileza está retratada no ato aparentemente singelo da instituição do domingo como dia sagrado, mas também se faria ver em outras vias. Constantino ainda permitia, por exemplo, que quando um edifício público ou o palácio imperial fosse atingido por um raio, fossem consultados os harúspices, como mandava a tradição. Não era dos hábitos menos grotescos, já que consistia em verificar as entranhas de um animal sacrificado aos deuses discernindo assim anúncios e sinais das divindades. Inclusive em 320 ele decretará que se continuasse com as previsões e que todas lhe fossem transmitidas. “Que inesperado respeito pelo paganismo! Ou antes, que seriedade política!”, comenta acerca disso Veyne. Inclui ainda que aos proprietários das casas atingidas por raios era permitido o tradicional sacrifício aos deuses, mas agora apenas em altares na rua, visíveis, ou diante de um templo, para evitar que às escondidas apelassem à magia negra com fins indesejáveis na roupagem do sacrifício aos deuses³⁴⁵. Os sacrifícios oficiais também se havia abolido, mas permanecia a tolerância à adoração pagã³⁴⁶.

À luz da teologia, para um cristão a questão do sacrifício em seu conceito primordial teve no judaísmo uma representação do pagamento da dívida para com Deus, mas carregando em si um prenúncio do sacrifício de Cristo, que expressaria uma expiação definitiva para os pecados de quem ao perdão recorresse. Sendo esse sacrifício eterno e suficiente, a ideia da existência de sacrifícios teria motivos para ao cristão soar até no judaísmo desnecessária e conflituosa com a fé, quem dirá o no paganismo.

³⁴³ BLAYNEY, 2005, p. 109.

³⁴⁴ VEYNE, 2010, p. 152.

³⁴⁵ VEYNE, 2010, p. 157.

³⁴⁶ HURLBUT, 2007, p. 89.

Não só a questão dos sacrifícios, mas até as mais sutis práticas da religião seriam, aos poucos, limitadas.

Até os anos 390, a regra será tolerar parcialmente o paganismo e mais ainda os pagãos. Se estes últimos fossem apenas uma minoria, os imperadores do século IV poderiam ter feito com que frequentassem durante alguns anos, ou algumas semanas, um curso de ensinamento religioso, e, depois de supô-los convencidos, batizá-los por bem ou por mal; é o que Justiniano e muitos outros reis germânicos dois ou três séculos mais tarde com as minorias judias. Mas essa suave violência era implacável a nove décimos da população do Império³⁴⁷.

Se Constantino pôde ser considerado por muitos um imperador tolerante para com o paganismo, sua sucessão se distanciaria mais a cada pouco dessa realidade. Os primeiros coimperadores cristãos após Constantino buscaram acelerar a cristianização utilizando-se por vezes de legislações bastante drásticas. Todas as ofertas a templos pagãos e a sacerdotes seriam confiscadas e transferidas para templos cristãos, e os próprios templos terminariam expropriados e cristianizados, ao passo em que sacrifícios pagãos seriam proibidos e punidos por lei. Na primeira geração após Constantino já se veria a aplicação de penas de morte a adoradores de ídolos e o confisco de suas propriedades. Houve mártires no paganismo, portanto, na geração que antecedeu sua extinção oficial, mas ainda em proporção ínfima se postos em paralelo aos cristãos martirizados por dois séculos anteriormente. Se chegou no período a emitir inclusive decreto condenando criminalmente quem escrevesse contra a religião cristã, obrigando a que todas as transcrições dos referentes escritos fossem queimadas. Nesse rumo, em três ou quatro gerações o paganismo se extinguiria³⁴⁸, ao contrário do que ocorrera com o cristianismo.

O judaísmo, que por tanto tivera a tolerância dos imperadores, não sofreria menos sanções, ainda que a religião agora hegemônica fosse uma vertente sua. Em menos de um século os judeus foram privados do direito de casarem-se com cristãos e de tentarem converter pessoas no Império. Foram considerados ilegítimos e viram em vários lugares multidões destruírem suas sinagogas³⁴⁹.

³⁴⁷ VEYNE, 2010, p. 150.

³⁴⁸ HURLBUT, 2007, p. 100.

³⁴⁹ BLAYNEY, 2005, p. 109-110.

Em 395, por fim, chegaria ao poder o imperador Teodósio, reinando entre os anos 378 e 395 e oficializando o cristianismo no Império, pondo fim em definitivo na tolerância ao paganismo³⁵⁰.

8.2.2 Bipolaridade e sincretismo

Como já se pôde ver, o cristianismo não simplesmente conquistou seu espaço e ascendeu no Império, mas sofreu gigantescas influências e muito mudou em virtude disso. Mas até que ponto essas influências ditaram o que a nova religião imperial veio a se tornar é que carece ser trabalhado. Essas influências remontam a antes do período da institucionalização, já desde a Igreja primitiva, e isso se retrata bem num pequeno exemplo trazido por Blainey acerca do batismo:

O cristianismo lentamente adaptou alguns de seus rituais vindos da vida cotidiana dos romanos. Por exemplo, quando um bebê romano chegava ao seu oitavo dia, alguns grãos de sal eram colocados em seus pequeninos lábios, na crença de que o sal afastaria os demônios que, do contrário, poderiam prejudicar a criança. Quando a Igreja Cristã, em seu início, batizava seus novos seguidores, ela benzia um bocado de sal e, imitando o costume romano, dava-o aos batizados. Isso era para manter o ensinamento de Jesus que, sabendo como os pobres desperdiçavam no uso do sal, escolheu o sal como símbolo para o que era precioso e raro. Quando subiu às montanhas, Jesus dissera a seus discípulos: “vós sois o sal da terra³⁵¹.”

Entretanto há bases sólidas de sincretismo já nos próprios posicionamentos de Constantino, a iniciar pelo já referenciado culto a Mithras, mas mais em sentido estético. Afora todas as semelhanças, segundo Dreher, teria sido essa a fonte de costumes como o sinal da Cruz³⁵². E vale lembrar do adereço de cobertura de cabeça chamado “mitra”, usado por bispos e papas, que não por nada é assim denominado, e tem presença datada na Igreja desde os tempos constantinianos. Não só o culto mitraico, mas o paganismo romano como um todo teve parte nesse processo.

A vitória confirma Constantino no Cristianismo. Mas seu Cristianismo é bem ambíguo: não faz romper totalmente com as crenças passadas. Compreendemos esse sincretismo inconsciente de um convertido mal informado das exigências de sua fé, quando levamos em consideração que a maioria da população do Império era pagã e o próprio do imperador professava, ainda, as velhas tradições. Constantino não quis abdicar ao pontificado pagão: <<conservou um pé em cada campo e, até seu leito de morte, permaneceu, estritamente falando, fora da Igreja, da qual não foi um fiel e nem mesmo um catecúmeno. Mas tudo isso não deve fazer rejeitar a realidade de sua <<conversão>>: desde 312, Constantino acredita no Cristo redentor, cujo monograma ele adota nos escudos de seus soldados antes de fica-lo sobre seu capacete e sobre seu estandarte e de fazer figura-lo em suas moedas; a partir de 312, também, devotou-se à Igreja honrando-a, protegendo-a e favorecendo-a com todas as suas forças.

³⁵⁰ DOWLEY, 2009, p.18.

³⁵¹ BLAYNEY, 2005, p. 107.

³⁵² DREHER, 2004, p. 60.

Assim se explica a nova política religiosa de 313 e a respeito da qual se coloca de acordo com Licinius por ocasião da entrevista de Milão no mês seguinte³⁵³.

A verdade no fim das contas é que Constantino não deu indícios de ser alguém disposto a abrir mão de tudo pela fé que professava. Veyne vai além e alega que o Imperador não pretendia perder sequer “uma migalha” do poder que tinha, e isso se fundamenta entre outras coisas no fato de que fez questão de se manter como sumo pontífice dos cultos pagãos, públicos ou privados, o que se estenderá a seus sucessores no século IV. “Daí a manutenção de uma fachada pagã no Império”³⁵⁴.

Uma possível prova dessas pretensões se pode ver nas moedas imperiais, que continuaram exatamente como antes, sendo cunhadas com uma variedade enorme de divindades pagãs até 322, quando os reversos das moedas, aí sim, passaram a carregar menções cristãs³⁵⁵. Se bem que talvez isso faça sentido quando se considera que a Igreja cristã ainda proibia que fossem feitas imagens de esculturas que representassem a Deus. Até mesmo nos Dez Mandamentos há a ordenança de que não se fizesse algo da estirpe, e frise-se a reprovação de Deus quando os hebreus no deserto tentaram representá-lo com esculturas de ouro. Pode ser essa negação o motivo de não se substituírem num primeiro momento as imagens de divindades nas moedas, ou simplesmente não se atentou à questão de início por não ser um ponto prioritário nas reformas que se pretendia.

O que há de importante nisso tudo é ver que Constantino se firmou como um líder, e cabe aqui a expressão, “bipolar”. Quis manter-se líder pagão e cristão ao mesmo tempo, por irônico e incompatível que soe.

Ao morrer, no ano de 337, Constantino entra para a categoria de (*divus*), ou divino, segundo a tradição pagã, por decreto do Senado, ainda que seu corpo fosse enterrado na igreja dos Santos Apóstolos, em Constantinopla³⁵⁶. Seus sucessores vão manter essa condição de cristãos, mas prezando por manter a fachada pagã, no objetivo de evitar desagrados desnecessários à nobreza³⁵⁷.

³⁵³ GIORDANI, 2002, p. 348.

³⁵⁴ VEYNE, 2010, p. 144-145.

³⁵⁵ VEYNE, 2010, p. 146.

³⁵⁶ VEYNE, 2010, p. 144-145

³⁵⁷ VEYNE, 2010, p. 147.

As cerimônias e os costumes das velhas tradições aos poucos foram se infiltrando no culto cristão, e várias festas foram aceitas portando apenas novos nomes, além de a adoração à Virgem Maria substituir a adoração a Vênus e Diana. Em por volta do ano 405 as imagens de santos e mártires passaram a aparecer nos templos para reverência, o que era enfaticamente proibido antes disso³⁵⁸.

A evolução da prece, para Veyne, também ajuda a mostrar essa paganização da religião cristã:

Um verdadeiro cristão reza a Deus pedindo para amá-lo, glorificá-lo, reza para agradecer-lhe para ser mais firme na fé, dizer a Deus que seja feita a vontade dele. No máximo, no Pai Nosso, solicita-se o pão cotidiano, 'não para gozo da carne, mas para as necessidades de nossa fraqueza!', dirá *Sacramentaire léonien*. Mas, depois do século IV, cristão põe-se a pedir a Deus o que os pagãos pediam a seus deuses: prosperidade, cura, boa viagem, etc.³⁵⁹.

Nos registros de orações do período apostólico presentes nos relatos bíblicos não se encontra menções a pedidos de boa vida, conforto e prosperidade material. As orações cristãs vem a se tornar o exato retrato, nesse sentido, do que faziam os pagãos quando punham tais petições diante dos deuses, pagando com ritos sacrificiais.

³⁵⁸ HURLBUT, 2007, p. 93.

³⁵⁹ VEYNE, 2010, p.179.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho visou analisar a ascensão cristã perante um mundo pagão, perceber traços que expliquem a questão e compreender seu desfecho e seus resultados. Dentro das limitações que o período histórico e o acesso a documentação permitiram, se pôde trabalhar muito a respeito da temática, e o assunto apresentou uma complexidade deveras maior que a esperada antes de a pesquisa começar a tomar maiores proporções. As próprias obras que abordam o tema, em sua maioria, o fazem de forma superficial, e as poucas que esmiúçam o assunto acabam o fazendo de forma confusa ou com organização minimamente inusitada.

Viu-se todavia que o Império Romano, em seu auge nos tempos de Cristo, posicionava-se como uma potência militar adepta de um paganismo clássico, e foi nesse contexto onde se ergueu o cristianismo, que vinha do judaísmo carregando uma ideologia em muito inovadora. Claro herdou em abundância atributos do contexto judaico, bem como do grego, onde inicialmente se expandiu, e algumas semelhanças ainda com outras religiões antes mesmo do período institucional, mas trazia em si uma pregação original de arrependimento, perdão, redenção e amor de uma divindade que oferecia por si a expiação que em outros contextos dependia de ritos sacrificiais, inclusive no próprio judaísmo, sendo assim uma genuína novidade.

Além disso apresentava hábitos por muitos considerados subversivos à religião estatal, enquanto praticavam claro proselitismo. Sem tardar seriam percebidos como algo distinto do judaísmo e se daria a perseguição, e por dois séculos houve violento martírio, o que, segundo alguns teóricos, parece ter sido mais um “combustível” para a expansão que um dificultador.

Outro aspecto é a importância do papel de Constantino, que com todas as suas controvérsias, deu fortíssimas bases para o aumento do poder e influência da Igreja,

mas cuja motivação nessas movimentações pode se atrelar a uma série de outras questões.

A fé cristã no sentido moral traria acréscimos no período ao Estado, mas agravaria alguns problemas econômicas que a Roma em crise tentava contornar. O cristianismo influenciou as bases de tudo o que ocorreria daí para a frente, mas não sem também se deixar influenciar, e viraria o jogo, suplantando o paganismo, em dado ponto, quase que completamente na Europa.

As considerações restritas ao período abordado permanecem distantes de se esgotarem, e muito ainda há a se produzir e a avançar nesse sentido, bem como o é a respeito de toda a história eclesiástica. A Igreja não é um conceito que se prendeu no passado e não se limita às mãos dos historiadores. Sua história continua a ser escrita, e a própria perseguição permanece igualmente visível, sobretudo no Oriente, mas com novas vertentes e focos de fiéis surgindo a todo o momento. Apesar disso permanece viva, intensamente ativa e influente no mundo, se emaranhando em praticamente tudo o que toca as ideologias ocidentais e suas construções, numa continuidade que passa muito longe de ter se simplificado, sendo mais diversa e mais global que jamais fora.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. 18.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ARRUDA, José Jobson de A. **História antiga e medieval**. 15.ed. São Paulo: Ática, 1991.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral; GEIGER, Paulo. **Dicionário histórico de religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BECKER, Idel. **Pequena história da civilização ocidental**. 7.ed. Tradução de Lorenzo Luzuriaga e Paul Monroe. São Paulo: Nacional, 1975.

BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. 3.ed. Tradução de Helmith Alfred Simon e Gerson Correia de Lacerda. São Paulo: ASTE, 1998.

BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA. Edição Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do cristianismo**. Tradução de propriedade da editora. São Paulo: Fundamento, 2011.

BLAYNEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. 2.ed. Tradução de propriedade da editora. São Paulo: Fundamento, 2005.

BOURBON, Fabio; LIBERATI, Anna. **A Roma Antiga**. Coleção Grandes Civilizações do Passado. Rio de Janeiro: Folio, 2005.

CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja cristã. 3.ed. Tradução de Israel Belo de Azevedo e Valdemar Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da Igreja Cristã. Tradução de Lucy Iamaki e Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2012.

DIDAQUE: catecismo dos primeiros cristãos. Tradução de Urbano Zilles. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DOWLEY, Tim. **Os cristãos**: Uma história Ilustrada. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DREHER, Martin N. **A Igreja no Império Romano**. Coleção História da Igreja, volume 1. 5.ed. São Leopoldo: SINODAL, 2004.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores**: história dos papas. Tradução de Luiz Antônio Araújo. São Paulo-SP: Cosac & Naify, 1998.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo**: economia e sociedade (Grécia e Roma). 5.ed. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Roma**: Vida pública e vida privada. 10.ed. São Paulo: Saraiva S.A., 1994.

GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma**: antiguidade clássica II. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRANT, Michael; POTTINGER, Don. **Os romanos** Tradução de Marília Costa. Lisboa: Livraria Moraes, 1965.

HURLBUT, Jesse Lyman. **História da Igreja cristã** Tradução de João Batista. 2.ed. São Paulo: Vida, 2007.

NONY, Daniel; CHRISTOL, Michel. **Roma e o seu Império**: das origens às invasões bárbaras. Tradução de Fernanda Branco. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote Publicações, 2000.

OLIVEIRA, Raimundo F. de. **História da Igreja**: dos primórdios à atualidade. 2.ed. Campinas: EETAD, 1985.

PELLISTANDI, Stan-Michel. **O Cristianismo primitivo**. Série Grandes Civilizações Desaparecidas. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. 2.ed. Tradução de Waltensir Dutra e Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PETIT, Paul. **História Antiga**. Tradução de Pedro Moacyr Campos. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrams Brasil S.A., 1995.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. **História de Roma**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

SCOTT, Benjamin. **As catacumbas de Roma**. 4.ed. Tradução de José Luiz Fernandes Braga Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**: 312-394. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.